

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Luciano Alves

ÉTICA E VOLUNTARIADO NO SERVIÇO SOCIAL

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2010**

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

Luciano Alves

ÉTICA E VOLUNTARIADO NO SERVIÇO SOCIAL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Serviço Social, sob a orientação da Profa. Dr. Maria Lúcia Silva Barroco.

MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

**SÃO PAULO
2010**

BANCA EXAMINADORA

*Dedico esta dissertação à Josefa e Nildo, pais, e Lindalva, tia.
Pela sensibilidade em perceber e aceitar que valores fundamentais
podem se transformar em favor da felicidade.*

AGRADECIMENTOS

Aos sujeitos da pesquisa qualitativa, pois sem a substancial contribuição de vocês este trabalho seria inócuo.

À Fábio Rodrigues, pois se encerro sozinho estes estudos é porque permaneci com a sua fibra de luta e companheirismo desde que me concedeu o caminho para continuá-los, depois do TCC, em 2001. Esta conquista é nossa!

À Professora Doutora Maria Lúcia Silva Barroco, pela sensibilidade ética no acolhimento de tema tão polêmico para orientação e também pelo incentivo no aprofundamento da racionalização desta polêmica.

Ao mestre e companheiro Renato de Paula, por sempre me ensinar que “a topeira precisa saber a hora de sair da toca”.

À Professora Doutora Maria Lúcia Martinelli, por abrir as portas do Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP à temática ainda incipiente no meio acadêmico do Serviço Social.

À Tatiana Ito Coimbra de Lima, Débora Ap. Rodrigues da Silva e Ana Malagutti, pelas primeiras articulações em favor desta realização.

À CAPES e ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUC/SP, pela concessão da bolsa de estudos, proporcionando oportunidades fundamentais para o desenvolvimento dos assistentes sociais e do Serviço Social.

À Dr.a Andrea Almeida Torres, pelo apoio, reconhecimento e oportunidade como docente.

À todos os colegas de mestrado e doutorado, especialmente à Paula Leão, Amanda Guazzelli, Natalina Ribeiro, Marcelo Gallo, Eliane Nicoletti, Priscila Almeida da Cunha, Sara Ribeiro, Sandra Augusta Martine e outros que de alguma forma contribuíram na construção e com oportunidades de reflexão por diversas óticas.

Aos companheiros de direção do CRESS/SP, incluindo Miguel Bersani, pela compreensão e injeção contínua de lucidez na luta.

À União Brasileiro-Israelita do Bem Estar Social – UNIBES, pela atitude em favor do cumprimento do Art. 2º (f) e Art. 10º (c) do Código de Ética dos Assistentes Sociais e a todas as ex-colegas do cotidiano de trabalho, pelo apoio, compreensão e respeito que sempre me dispuseram.

Por último, mas não menos importante, à Célia Sharovsky, por emoldurar diariamente o significado do amor na minha vida.

Palavras

Felizmente há palavras para tudo. Felizmente que existem algumas que não se esquecerão de recomendar que quem dá deve dar com as duas mãos para que em nenhuma delas fique o que a outras deveriam pertencer. Assim como a bondade não tem por que se envergonhar de ser bondade, também a justiça não deverá se esquecer de que é, acima de tudo, restituição, restituição de direitos. Todos eles, começando pelo direito elementar de viver dignamente. Se a mim me mandassem dispor por ordem de precedência a caridade, a justiça e a bondade, daria o primeiro lugar à bondade, o segundo à justiça e o terceiro à caridade. Porque a bondade, por si só, já dispensa a justiça e a caridade, porque a justiça justa já contém em si caridade suficiente. A caridade é o que resta quando não há bondade nem justiça.

José Saramago (1922-2010)¹

¹ Fonte: FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO. **Outros Cadernos de Saramago**. Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/2008/11/06/palavras>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

RESUMO

A presente dissertação de mestrado trata de aspectos da ética relacionados à reprodução de valores de cunho e origem religiosos na atuação voluntária do assistente social. Ancora-se na tradição marxista do arcabouço teórico do Serviço Social brasileiro no que compete ao desenvolvimento do Projeto Ético-Político Profissional. Apresenta as conexões existentes entre o âmbito teórico da profissão e os pressupostos sócio-históricos do voluntariado contemporâneo, buscando racionalizar sua polêmica e objetivando a revelação da realidade. Oferece subsídios para um debate laico acerca da presença do valor moral da caridade na conjuntura que envolve o trabalho voluntário no Serviço Social, bem como sinaliza para o aprofundamento de estudos sobre fundamentos éticos em face da categoria trabalho no capitalismo contemporâneo. Apresenta pesquisa qualitativa amadurecida em decorrência de estudos anteriores sobre a relação da profissão com instituições religiosas e do perfil do formando em Serviço Social acerca do âmbito que envolve formação profissional e religiosidade. Revela, por fim, as matizes que delineiam a profissão exercida sem assalariamento, abordando suas interfaces com a precarização do trabalho, com a despolitização da questão social na sociedade capitalista e com as complexidades da práxis ético-política do assistente social.

Palavras-chave: ética, voluntariado, trabalho voluntário, Serviço Social.

ABSTRACT

The dissertation deals with ethical aspects related to the reproduction of religious values, in nature and origin, of the volunteer social worker. Is based on Marxist tradition of Social Work in Brazil with regards to the development of the Political-Ethical Professional Project. Presents the connections between the profession's theoretical scope and the contemporary volunteering socio-historical assumptions, trying to rationalize the controversial aspects resulting in the reality revelation. Offers support for a secular debate about the charity's moral values in the situations that involves volunteer social work, as well as indicates for further studies on ethical grounds in face of the work category in contemporary capitalism. It presents qualitative research matured as result of previous studies about the relationship between the profession and the religious institutions, and the Social Work learner's profile that involves the professional training and religiosity. This research analyses, lastly, the delineate tints of the profession practiced without payment, addressing its interfaces with the work's precariousness, with the social problems depoliticization in capitalist society and the ethical and political praxis of social worker's complexities.

Keywords: ethics, volunteering, voluntary work, social work.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO I - SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO ASSALARIADO E VOLUNTARIADO.....	25
1.1 (RE) PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS: TRABALHO E VALORES.....	25
1.1.1 Serviço Social como Reprodução Social.....	30
1.1.2 Voluntariado ético-religioso como trabalho social.....	34
1.1.3 Serviço Social: uma missão de apostolado.....	37
1.1.4 Mediação de valores no Serviço Social contemporâneo.....	41
1.1.4.1 A intenção de ruptura com o conservadorismo.....	41
1.1.4.2 Contradições entre laicidade e o projeto ético-político contemporâneo.....	46
1.2 VOLUNTARIADO: CARIDADE E TRABALHO.....	52
1.2.1 Voluntariado e projetos societários.....	52
1.2.2 O valor da caridade e o voluntariado contemporâneo.....	60
1.2.3 O debate do trabalho social voluntário no Brasil.....	68
1.2.4 Ressonâncias nas institucionais profissionais.....	74
CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E “TRABALHO VOLUNTÁRIO” - PESQUISA.....	79
2.1 ARGUMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	79
2.1.1 O “trabalho voluntário” no Serviço Social nega a constituição da profissão.....	80
2.1.2 O “trabalho voluntário” no Serviço Social contraria suas conquistas no âmbito da divisão social do trabalho.....	81
2.1.3 O “trabalho voluntário” no Serviço Social deprecia sua constituição técnico-científica.....	82
2.1.4 O altruísmo justifica o voluntarismo?.....	83
2.2 PESQUISA DE CAMPO.....	85
2.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS.....	87
2.3.1 Questão 01: Sobre o significado do “trabalho voluntário” na sociedade.....	87

2.3.2 Questão 02: Sobre as motivações do “trabalho voluntário”	90
2.3.3 Questão 03: Sobre a relevância da institucional para a realização do “trabalho voluntário”	93
2.3.4 Questão 04: <i>Sobre os valores fundamentais do “trabalho voluntário”</i>	99
2.3.5 Questão 05: Sobre a contribuição para a profissão.....	103
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	114
 ANEXOS.....	121

INTRODUÇÃO

Afinal, o que leva um assistente social deliberar por exercer a profissão de forma voluntária? É uma escolha oriunda de sua consciência da realidade social?

Sendo ou não sendo pela consciência da realidade, o que determina o pensar, o refletir da escolha? Os valores de sua singularidade? Suas necessidades morais? Sua obstinação em materializar seus valores pessoais? Sua concepção acerca da relação entre capital e trabalho assalariado?

Os atos cotidianos de assistente social voluntário não oferecem condições concretas de se ter clareza das contradições e de seus desdobramentos éticos? O que leva um profissional permanecer por meses atuando como voluntário mesmo que se tenha obtido, neste ínterim, a leitura crítica dos elementos ético-políticos envolvidos no contexto dessa relação? Da mesma forma, qual a necessidade ética presente ao se deixar uma colocação de trabalho voluntário para atuar em contratação por trabalho assalariado retornando, posteriormente, ao anterior posto de voluntariado durante as horas livres que têm na semana?

Evidente que se formos tratar exclusivamente das escolhas individuais, **bem como do respeito que se deve ter a elas**, terminaríamos o texto neste parágrafo, simplesmente ao afirmar que “se um(a) assistente social quer ser voluntário(a) na atuação profissional, o problema é dele(a), já que escolheu isto”. A pertinência, portanto, das questões evidenciadas acima, é inaugurar a ilustração do plano aparente que recobre a mediação que se realiza com o voluntariado, em face da reprodução social capitalista.

Outra evidência importante, a qual este trabalho **não tem o objetivo de dar conta**, é o debate sobre o fato de o voluntariado ser reconhecido vulgarmente na sociedade como *possibilidade* de “exercício de cidadania”. Nele repousam diversas e complexas nuances de entendimento sobre a objetividade do que seja “ser voluntário” *de* ou *em* algo, alguém ou lugar, necessitando possivelmente de tipologia específica que pudesse delimitar a importância de cada concepção ou variação de voluntariado².

² Neste ponto queremos nos referir à necessidade de se delimitar o voluntariado, tanto nas fronteiras dos espaços públicos ou privados quanto suas pertinentes terminologias, em parâmetros que melhor explicitariam tal atitude social em relação ao trabalho. Por exemplo, um “Diretor voluntário de Conselho Profissional” não necessita ser referenciado como tal já que a prerrogativa legal (Art. 40º do Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, estabelecido pela Resolução CFESS nº 469/2005) prevê a

Nessa dissertação, portanto, pretendemos analisar a questão do voluntariado no Serviço Social e sua relação com os valores vinculados à religiosidade cristã.

O horizonte da polêmica na cultura do país parece assustar o brasileiro e afastá-lo de experimentar oportunidades de (re) descobertas e transformações no seu modo de ver e entender o mundo. Debates sobre determinados assuntos como, por exemplo, os que envolvem a religiosidade sofrem grande resistência de se desenvolverem tanto por negação maniqueísta, quanto por concreta alienação em termos do senso comum que conhecemos como “assunto de foro íntimo”. Portanto, não se trata apenas de polemizar, mas sim racionalizar a polêmica para revelar sua realidade.

Por ser um debate laico, este estudo dispensa a presença da teologia e quer aprofundar um foco de pesquisa pouco realizado, no conjunto literário do Serviço Social³, tentando contribuir com a explicitação de um debate de carga delicadamente polêmica, mas de considerada relevância para o estudo crítico sobre o exercício e a ética profissional do assistente social.

impossibilidade de tal diretor *optar* por receber ou não um salário por esta atividade, sendo tal cargo de natureza pública e *não remunerado* e *obrigatoriamente* oficializado por eleição direta. Neste caso, seria adequado o uso do termo *Diretor-conselheiro* ou apenas *Conselheiro*.

Outrossim, um “*doador de sangue voluntário*” também não necessita ser referenciado como tal já que a Política Nacional de Sangue (Art. 14º, Inciso III da Lei nº 10205/2001) prevê a impossibilidade do doador *optar* por receber ou não um salário por esta atitude, sendo que tal *não é trabalho* e, portanto, não compondo a CBO (Classificação Brasileira de Ocupações) também não compõe a divisão social do trabalho. Aqui poderíamos ficar apenas com o termo *doador de sangue*, já que o ato de doar é absolutamente antagônico ao de ser remunerado.

³ As únicas publicações específicas que encontramos sobre voluntariado, no âmbito do Serviço Social, são o livro de Pedro Simões denominado “*Assistentes Sociais e Religião - um estudo Brasil / Inglaterra*” e o livro “*Voluntariado: na contramão dos direitos sociais*”, do assistente social Prof. Dr. Jairo Melo Araújo, da PUC-RS, editados em 2005 e 2008, respectivamente, ambos pela Cortez Editora. Na obra de Araújo, o autor apresenta sua tese de doutoramento onde defende que o voluntariado no Brasil é constituído de duas ramificações ideológicas, vinculadas à reprodução social capitalista, as quais chamam de “voluntarismo” e “solidarismo”, onde a primeira estaria ligada a valores religiosos e a segunda a valores laicos e direcionados à concepção moderna de “cidadania”. Neste sentido, o ato de ser “voluntário” passaria por uma destas concepções, a depender do contexto institucional e das relações que o “agente social voluntário” estabelece neste. Todavia, optamos por não ter tal obra como uma das bases de fundamentação pelo fato da mesma não focar uma abordagem ética acerca do voluntariado, ou seja, por centralizar sua discussão na composição sócio-política do voluntariado no Brasil, o autor não aprofunda a reprodução de valores ético-morais em tal historicidade, de modo que nosso trabalho possa contribuir para a ampliação desta linha de pesquisa no Serviço Social.

Mais adiante, no item 1.2.3, trataremos com mais propriedade sobre informações e pesquisas a respeito.

Diversos autores⁴ que dedicam suas obras ao Serviço Social apresentam colaborações importantes para o conjunto literário e técnico-científico da profissão, discutindo elementos que tornaram (e de certa forma ainda tornam) precárias as atuações do Serviço Social em sociedade, como o “messianismo”, o “voluntarismo”, o “imediatismo”, o “maniqueísmo”, etc. E nestes aspectos, valores perpassam nestas análises críticas como produto social em âmbito universal como o rebatimento ético. Sendo terrenos, a religiosidade presente na formação social do assistente social se engendra no cotidiano do exercício profissional.

Este trabalho, portanto, seguirá linha processual de construção teórica, desde o Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, onde se discutiu a atual relação da Igreja Católica com o Serviço Social, no ano de 2001. Perpassando por Monografia *Lato Sensu*, onde se investigou a perspectiva dos formandos sobre a reprodução da caridade na profissão (2007). Nesta última oportunidade, pudemos relacionar resultados que Pedro Simões mensurou de amostra com estudantes ingressantes do curso de Serviço Social da UFRJ em 1999. Publicada em 2005, com amostra da mesma população acadêmica, diferenciando apenas por serem formandos do curso e por estudarem e residirem (em sua maioria) na região do Grande ABC de São Paulo⁵.

Considerando que os fundamentos de determinados valores humanos se construíram historicamente no seio das religiões, **a delimitação e opção pela categoria “caridade” como objeto ético-moral de abordagem, tendo-a como raiz moral do voluntariado no Brasil (CAMURÇA, 2005), não está fora de um propósito lógico e não se direciona à uma oportunidade de combate ideológico ou religioso⁶**, pois é fato, oficialmente pela Igreja Católica Apostólica Romana, que

⁴ Dentre os vários autores que de alguma maneira remontam esta discussão, destacamos Marilda Villela Iamamoto (2008b), José Paulo Netto (1996) e Pedro Simões (2005).

⁵ Um dos autores que vem contribuindo neste estudo é Pedro Simões, graduado e mestre em Serviço Social pela UFRJ e Doutor em Sociologia pelo IUPERJ/UCAM. O livro de Pedro Simões (2005) aglutina em uma só obra toda a compreensão da literatura brasileira e internacional sobre o assunto e ainda aprofunda e detalha os seus desdobramentos como a amplitude da relação religião e profissão no mundo e o problema da expertise profissional (SIMÕES, 2005, p.27); os fundamentos religiosos da assistência social (SIMÕES, 2005, p.57); as motivações e distinções para a escolha da profissão (SIMÕES, 2005, p.81) e; os vínculos e nexos na teoria e na prática (SIMÕES, 2005, p.129) , fornecendo uma completa abordagem e um enorme lastro para novas pesquisas.

Neste sentido é que estamos desenvolvendo estudos neste sentido, para os quais temos resultados em pesquisa recente que apresenta um retrato da categoria recém-formada do Grande ABC de São Paulo. (cf. ALVES, 2007)

⁶ Faz-se necessário ressaltar que o objetivo deste trabalho **não** está assentado em combater quaisquer formas de manifestação religiosa, seja em sua constituição social ou particular dos assistentes sociais. O viés crítico que se faz presente está fundamentado nas premissas da

a caridade compreende o patamar principal da participação social do fiel católico e é com ela que se fundamentam compreensão e prática de enfrentamento da questão social, nos marcos católicos⁷.

A palavra *caridade*, que no senso comum tem significado de “fazer o bem”, tem leitura etimológica como de origem do Latim *carus* e *caritas* (HOUAISS, VILLAR, 2001, p.627). Consta como existente desde o período pré-cristão, onde era ligada ao “dinheiro” e ao “preço” (*carus*) e posteriormente, ratificada na cultura ocidental como “amor”, pelo filósofo católico Tomás de Aquino (*caritas*), *compondo, assim, a fundamentação do tomismo*. Segundo Lauand (1998, p.03), o termo era usado para referenciar primeiramente “valor” e depois “amor” a alguém e principalmente a “Deus” como, por exemplo, a frase “eu lhe **estimo**, meu **caro** amigo”. Este “amor” é aquele filial ao deus cristão, perante as ações humanas que devem sempre atribuir “valor” às suas investidas. Portanto, fazer caridade, é tornar alguém “caro” e “amá-lo”, naquele momento do ato caritativo.

A partir de uma leitura crítica, o ato caritativo significa atribuir preço e valor a alguém, que não tem esses atributos sociais, a alguém que não tem valor no mundo capitalista, concedendo-lhe, portanto, uma parcela do que, pelo “valor”, foi constituído (dinheiro) e pelo “amor” está sendo doado (obrigação para com “Deus”). Trata-se de uma relação que compreende *a naturalização do favor a partir da doação da riqueza material como instrumento básico para se atenuar a pobreza material, a começar pela esmola e a se estender para as organizações de assistência caritativa*.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 onde, no seu artigo 18º, prevê “o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião”. Portanto, não é de intenção depreciativa a crítica que faremos às formas de reprodução social de alguns valores religiosos ligados ao voluntariado contemporâneo, de modo que nosso escopo é ressaltar a necessidade de se tornarem mais claras as bases éticas que informam o exercício profissional do assistente social, as quais estão comprometidas com o direcionamento laico das políticas sociais e que tal direção sócio-política não declina em desfavor da tolerância religiosa, pelo contrário, reafirma que a laicidade do Estado, das políticas públicas e do exercício profissional do assistente social são as formas mais aprimoradas de se garantir a liberdade de consciência e convicção sobre o humano e o mundo.

⁷ A Igreja Católica, conforme sua obra “Compêndio do Catecismo da Igreja Católica”, principal instrumento de educação religiosa católica, bem como em todo o seu extenso bojo de fundamentação doutrinária, aponta a *caridade* como sendo uma virtude teológica, ou seja, uma conduta religiosa original que supõe estabelecer relação direta com o “divino”, mediante sua prática.

De mesma feita histórica e de modo reiterativo, o atual papa Joseph Ratzinger (Bento XVI) quer repor a caridade no debate contemporâneo a partir de duas de suas três encíclicas publicadas (*Deus Caritas Est* em 2005 e *Caritas in Veritate* em 2009), tendo a última maior importância para nosso debate e sobre a qual trataremos mais adiante.

Assim, a caridade é fomentada como são todos os encaminhamentos dogmáticos e doutrinários católicos, pelas encíclicas, alocações e mensagens papais. E, particularmente sobre a caridade, podemos encontrar diversas citações as quais, em sua maioria, remetem ao exercício ético dessa “virtude”. Como o exemplo da Alocução do papa Leão XIII, onde afirma que

A Igreja, pregando aos homens que eles são todos filhos do mesmo Pai celeste, reconhece como uma condição providencial da sociedade humana, **a distinção das classes**; por esta razão, Ela ensina que apenas o respeito recíproco dos direitos e deveres, **e a caridade mútua darão o segredo do justo equilíbrio**, do bem estar honesto, da verdadeira paz e prosperidade dos povos [...]. Mais uma vez nós o declaramos: o remédio para esses males [da sociedade] não será jamais a igualdade subversiva das ordens sociais. (THOMÉ, 2002, p.12, grifo do autor)

E partindo da concepção católica romana de ser a caridade um fundamental pilar para as relações e práticas sociais de seus fiéis, pode-se realizar uma leitura crítica e clara de ser ela, a caridade católica, *vertical* na sua execução prática. Ou seja, ela *confirma e reproduz* a pobreza ou as “necessidades e privações humanas”, na medida em que reconhece as classes socioeconômicas como “instâncias” humanas, determinadas hierarquicamente pela “vontade de Deus”. Suas “classes” são a razão e o incremento principal da relação de seus membros entre si, compreendida a partir de uma naturalidade entre riqueza e pobreza.

Uma leitura mais atenta de como se dá a reprodução social e ético-moral do voluntariado na sociedade brasileira, teremos elementos concretos de que esta propositura serve como um ramo instrumental da caridade, entendida como valor intrínseco na cultura brasileira. Nesta esteira, Marcelo Camurça destaca a presença contínua da caridade em sua forma original, nestas novas premissas filantrópicas que envolvem o voluntariado e considera

[...] marcante a influência das idéias e práticas da 'caridade' na constituição de uma cultura e sociabilidade no Brasil. Daí, as tentativas por parte do projeto de sociedade moderna para o país de reaproveitá-la e/ou submetê-la. O que se pode especular é que seu alcance é ainda maior do que o suposto, na sua capacidade de articular e expressar um ethos e uma auto-imagem na qual os brasileiros se reconhecem e se compreendem. (CAMURÇA, 2005)

No Brasil, portanto, a caridade toma corpo, não só quando é pautada pelo catolicismo, enquanto religião tradicional e colonizadora, mas principalmente pelo sincretismo "vulgar" desta com outras religiões formadoras. A exemplo do protestantismo, o kardecismo e as tradições africanas, como a Umbanda, que permitiram a criação de um ambiente, que autoriza todas as pessoas a agirem caritativamente, sem precisar de obediência concreta para com as religiões, enquanto instituições (CAMURÇA, 2005, p.53-54). Neste âmbito, as iniciativas sócio-políticas gestadas no imaginário cultural do brasileiro – mesmo não percebidas desta forma – tomam, de saída, uma forma caritativa que é entendida e aceita socialmente. Mas, podemos investigar se, de uma maneira mais *qualificada pelo conhecimento científico*, num segundo momento, se elas podem se reconstruir como um *sujeito* vinculado às concepções públicas e laicas mais amplas e baseadas na defesa dos direitos sociais.

Em nossa abordagem, para monografia *Lato Sensu* (ALVES, 2007), construímos o perfil do formando em Serviço Social da região do Grande ABC de São Paulo, o qual aponta uma importante proximidade de valores religiosos. Poucos foram ressignificados ou eticamente refletidos depois de passado o período de formação profissional básica pela graduação. Estudando um universo de 134 alunos (91,78% do total de formandos) vislumbramos o perfil do profissional de Serviço Social da região do Grande ABC, onde temos:

- *Predominância absoluta do sexo feminino;*
- *Faixa etária média de 31 anos;*
- *Natos e residentes da região do Grande ABC/SP (71%), mas ao escolher o Serviço Social como profissão, não se deixaram influenciar pelos desdobramentos políticos que esta parcela geográfica abrigou nos anos 1970 a 1980 (apenas 9% escolheram a profissão por referência de participação em movimentos sociais);*
- *Receberam educação religiosa de seus pais, na fase da infância e adolescência (86%);*
- *Declaram-se adeptos às principais religiões cristãs ocidentais, onde o catolicismo predomina (44%), mas é acompanhado de perto pelo protestantismo (25%) e pelo espiritismo (15%);*

- *Praticam suas religiões (69%), orientando-se nelas pelos seus ritos e atos sagrados, ou pelos trabalhos voluntários de cunho caritativo, ou ainda pela tácita e exclusiva obediência de seus pressupostos éticos na vida social (34%) e, quando não a praticam, apresentam forte sentimento de religiosidade auto-atribuída (21%);*
- *Quando atuam em sociedade (37% não atuam), exercendo a participação social, dão preferência para atividades de cunho e origem religiosos (19%);*
- *Escolheram o Serviço Social como profissão a partir de pressupostos religiosos como “vocação” e “desejo de ajudar o próximo” (47%);*
- *Apresentam entendimento apenas teórico-oficial ao atribuir valores laicos ao Serviço Social (65% atribuindo valores laicos), porém não se expressam com tanta clareza na perspectiva do exercício profissional (conclusões da pesquisa qualitativa);*
- *Não apresentam posicionamentos fundamentados acerca do objetivo social da caridade⁸, levando em conta que tanto ela (de cunho religioso) quanto a sua futura profissão (de cunho técnico-científico), atuam no enfrentamento da questão social de formas antagônicas;*
- *Não caracterizam o lugar da religiosidade, na formação profissional em Serviço Social⁹;*
- *Afirmam a neutralidade ou a imparcialidade na relação entre posicionamento religioso e o futuro exercício profissional (conclusões da pesquisa qualitativa);*
- *Têm importantes dificuldades em definir o Serviço Social enquanto profissão, fundamentando-se apenas em concepções do senso comum (conclusões da pesquisa qualitativa) e, ainda;*
- ***Validam a atuação do assistente social de forma voluntária (não remunerada), na intenção de que esta prática favoreça a profissão perante a sociedade e o mercado de trabalho (conclusões da pesquisa qualitativa).***

⁸ De todas as múltiplas respostas, 65% atribuíram conceituações religiosas à caridade; 38% conceituações laicas e; 25% responderam “nenhuma das alternativas”.

⁹ Enquanto 58% dos alunos aceitariam a abordagem da religião na formação, 42% deles rejeitariam.

Além de diversas e importantes constatações evidenciou-nos, particularmente, como precariamente se apresenta para esses alunos a perspectiva do voluntariado profissional em Serviço Social, a partir de uma concepção crítica da mesma.

O voluntariado se desdobrou de forma importante e reveladora nos nossos estudos, se colocando como exemplo tácito, para os entrevistados, de uma forma de prática social *apartada* daquilo que o Serviço Social preconiza, na discussão sobre sua prerrogativa de profissão, funcionando, assim, tão somente favorável a uma contínua e enraizada concepção ao Serviço Social pelo senso comum, o qual o entende de maneira piegas como “qualificador gratificante de belas práticas do bem”.

A vinculação que os formandos fazem do enfrentamento da precarização das condições de inserção e manutenção adequada da profissão no mercado de trabalho para a “categoria profissional”, denota claramente a transferência dos pensamentos vulgares sobre a suposta “falência” do Estado. No atendimento às demandas da questão social e a “crueldade” do Mercado, ao não permitir acesso a bens e serviços, que levariam o humano a “fazer a sua parte”. Inserindo-se como *voluntário social de maneira assistemática e ascética*, onde *“a gratidão dos mais fracos funciona como doação para os mais fortes, pois este retorno significa para os segundos uma transformação na sua vida”* (CAMURÇA, 2005, p.50).

O objeto da dissertação, *o trabalho voluntário do assistente social*, se coloca, portanto, como um problema a ser estudado não apenas por nos remeter a uma prévia análise da influência de valores em tal propositura, mas também pelas questões delicadas, polêmicas e não raramente intrigantes, que carrega no curso de seu cotidiano, nos espaços sócio-ocupacionais do Serviço Social.

Por sua vez, Pedro Simões (2007) atualiza o perfil dos alunos da UFRJ a partir de estudo realizado em 2006, onde aplica sua metodologia no sentido de observar como se reproduz estas configurações, agora com foco mais estrito na relação entre religião e política e seus rebatimentos no voluntariado.

Apontando estudos sobre alunos universitários como uma via interessante para se entender a juventude brasileira, Pedro Simões apresenta os alunos de Serviço Social, como mais identificados ao perfil de alunos de Pedagogia e Educação, do que os que cursam as Ciências Sociais. Nessa identificação se acoplam valores sociais muito arraigados na cultura brasileira, no que se refere à mobilidade social ascendente ser conferida sob valores cristãos, como a caridade e

o missionarismo, onde a concepção e apropriação de valores politicamente laicos são notadamente secundarizados.

Mesmo sendo a formação profissional em Serviço Social no Brasil, em tese, favorecedora e (re)produtora de um perfil profissional avesso ao constatado, seus resultados concretos parecem ainda apontar esse ideal como um “vir a ser” para a categoria profissional. Isto porque mescla, contraditoriamente, intencionalidade de ruptura com o conservadorismo na profissão via adoção da concepção materialista histórico-dialética da questão social, mas tendo como importante porta de entrada para isso uma Teologia, que experimentou a conjugação de fé e política, a Teologia da Libertação.

Este cenário é apresentado pelo autor, em estudo comparativo que mencionamos, o qual atualiza o perfil dos alunos de Serviço Social da UFRJ dentro de um tempo histórico de sete anos (1999 a 2006). Onde, considerando as óbvias limitações de abrangência, aponta o futuro profissional em Serviço Social cada vez mais ligado a valores religiosos, independente de suas relações com valores éticos ou políticos nos âmbitos de participação religiosa, político-cívica e voluntário-assistencial dos alunos de Serviço Social. E numa contextualização do período citado, o autor cita o aprofundamento político e econômico do país, vinculado a financeirização do capital e também à mobilidade de pertencimento da população às religiões cristãs de forte apelo assistencial, tendo como destaque o crescimento do protestantismo e suas mais variadas denominações evangélicas; a consolidação do espiritismo nas camadas com maior índice educacional e; a redução do catolicismo e crescimento do campo dos “sem religião” (SIMÕES, 2007, p.175-178).

Ilustrando a comparação, o autor cita o estudo do Núcleo de Estudos da Religião – NER, de 2001, que apresenta os alunos religiosos de Ciências Sociais num percentual de apenas 48%, sendo que os de Serviço Social se colocam num alto percentual de religiosos (89%), deixando claro uma marcante e intrigante diferença.

Já, no âmbito do universo dos estudantes de Serviço Social, o autor analisa a **participação religiosa** dos mesmos e relata serem os Protestantes/Evangélicos, o grupo que mais participa em suas religiões (76%), seguido de católicos (51%) e espíritas (33%). O grupo dos “sem religião” apresenta 6% de participação religiosa, demonstrando que essa concepção não está necessariamente vinculada ao

ateísmo¹⁰, mas em entendimento do que seja identidade religiosa, não necessariamente ligada às instituições ou tradições religiosas.

Analisando a **participação cívico-política**, a qual inclui participação política em movimentos sociais, associação de moradores e partidos políticos, o autor destaca maior incidência no grupo dos “sem religião” (23%), ficando na frente dos católicos (11%) e dos Protestantes/Evangélicos e Espíritas com 10% para cada. Aqui se apresenta a diferença de atuação política entre os grupos, acentuando as vinculações laicas aos “sem religião”. Entretanto, é importante destacar que, no total, cerca de 89% dos estudantes não participam politicamente em sociedade.

Em desdobramento para a mensuração da **preferência por um partido político**, a comparação entre 1999 e 2006 mostra que os alunos de Serviço Social desenvolveram um importante descrédito à política partidária, pois os 60% que preferiam algum partido político em 1999 (sendo 87% dessa preferência para o PT), não passam de 21% em 2006. Mesmo ainda tendo preferência pelo PT (48%), se percebe uma migração para partidos mais à esquerda que o PT, sendo 27% para PSTU e 12% para PSOL. A outra parte deixou de ter preferência. No entanto, é interessante observar o que leva o aluno de Serviço Social a ter preferência partidária, qual seja, a análise crítica da conjuntura do país (no argumento da pesquisa, cita-se o período do governo Lula), seguido da formação acadêmica em Serviço Social (considerando a tradição de cunho esquerdista da UFRJ), porém, sem garantir participação política concreta e ativa da maioria desses alunos (SIMÕES, 2007, p.179-183).

Abordando os dados que apontam **a relação do voluntariado com o pertencimento religioso**, o autor não só constata novamente o fato, bem como mostra tendências contraditórias e reveladoras de determinados perfis de voluntariado entre os alunos de Serviço Social.

¹⁰ A representação estatística “sem religião” foi alvo de intervenção pelo III Plano Nacional de Direitos Humanos (III PNDH), no sentido de reformulação no âmbito das aplicações de pesquisas censitárias. Observa-se, por exemplo, no último Censo IBGE/2000, que a religiosidade da população que não menciona instituições religiosas ou que afirma não possuir fé divina (ateus e agnósticos) está representada na categoria denominada de “sem religião”, compondo um contingente expressivo de quase treze milhões de pessoas sem identificação de religiosidade. AS diversas manifestações políticas dos últimos dez anos resultaram na abordagem da questão pelo governo federal, a partir do III PNDH, onde no seu objetivo estratégico VI, item “e”, prevê que o IBGE e o IPEA passem a detalhar com mais precisão esta categoria. Vale lembrar que o III PNDH, apesar de seus retrocessos apresentados ao final da discussão com a sociedade, foi apoiado pelo Conjunto CFESS/CRESS e centenas de entidades que atuam na defesa e na ampliação dos Direitos Humanos. Cf.: WERKEMA, Rafael. **CFESS apoia campanha pela integralidade e implementação do PNDH3**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=417>. Acesso em: 12 mar. 2010.

Diferentemente das evidentes mudanças no perfil por preferência política, o recorte por pertencimento religioso e voluntariado permanece inalterado. É conhecido que a **participação social** dos alunos mostra que 53% deles atuam concomitantemente em suas religiões e em trabalhos voluntários e que os outros 47% são de participantes em espaços políticos, com algumas nuances entre política e voluntariado (11%). Isola-se os que não exercem qualquer participação social, em 36% dos alunos.

Mas a Tabela 6, compilada do autor (Anexo 1), mostra como se distribuem os alunos por pertencimento religioso, segundo participação social, evidenciando quadros interessantes.

Os evangélicos/protestantes são tidos como os mais participativos socialmente, os quais somam quase 88% de inserção social, considerando os âmbitos religiosos e voluntários. Os católicos, tradicionais precursores do voluntariado no Brasil, vem logo atrás com a mesma configuração, num percentual de 83%. Os espíritas com 50% de participação na mesma configuração acima, porém, diferenciando-se dos demais pelo âmbito do voluntariado, com 26%, atuando somente nesta área.

Corroboro com o autor quando expressa a análise conclusiva de que há clareza da existência de uma cultura de voluntariado entre os alunos de Serviço Social, a qual está implícita, tanto para aqueles com maior vínculo com a política quanto para os que têm vínculo religioso em sociedade (SIMÕES, 2007, p.184-187). E sendo o voluntariado uma das expressões (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008) da caridade cristã (CAMURÇA, 2005), temos o bojo inicial para questionarmos o quanto isso rebate ao Serviço Social.

Portanto, neste trabalho damos continuidade na *investigação da caridade, bem como as mediações pelas quais este valor social se expressa, nas proposituras voluntárias do assistente social*. Mais especificamente: *compreender as determinações ideoculturais dos sujeitos, em mediação com o exercício da profissão de assistente social, bem como analisar criticamente os resultados, apresentando possíveis propostas de enfrentamento e abordagem deste processo*.

Diante dos atuais desafios postos ao Serviço Social, o capitalismo tem a seu favor valores, que contribuem no processo de legitimação sociocultural da conjuntura atual em sociedade. Além da evidência do individualismo, valores universais da humanidade, também são instrumentos de apelo para o ofuscamento das

possibilidades concretas de se enfrentar a questão social, como por exemplo, a solidariedade (GUSMÃO, 2000). Também, o apoio de diversas expressões da religiosidade do humano que, compreendidas como fundamentos valorativos e perenes, servem para legitimar a proposta de consolidação deste projeto societário.

Perene parece ser o desafio de descobrir o papel do voluntariado no Serviço Social, pois ele rebate na sua *constituição sócio-histórica, enquanto profissão*. Sendo assim, entende-se que, particularmente para a profissão de assistente social, situada como tal, na sociedade capitalista brasileira, a partir de denso processo histórico de enfrentamentos ideológicos, filosóficos e políticos desde a década de 1930. Há muitas evidências de que o voluntariado se desenvolve adquirindo capacidades de sedução, ainda mais latentes do que ele próprio. Assim, apela para valores universais caros da humanidade e com os quais tenta lapidar as correlações de forças, nos espaços de atuação da profissão, no escopo de “dissolvê-las”, a partir de uma suposta conquista de respeito profissional e técnico-científico. Após o desenvolvimento do cotidiano do exercício profissional, o qual, não sendo remunerado, se impingiria institucionalmente com presença de calibre moral e político, pretensamente consolidados pela concretização da propositura “nobre”, de se abster de remuneração. Em nome de tão mais “nobre” seja a causa institucional ou ainda uma suposta “causa” da profissão: *a conquista do mercado de trabalho, principalmente, onde se desconheça o Serviço Social*.

Esta hipótese não é de acidez crítica banal, visto que é muito presente este discurso em minhas observações empíricas e no cotidiano de várias colegas. Percebe-se, um tom carregado de forte emoção, nestas comunicações. As mesmas sempre nos aguçaram, pelo desvelamento de contradições, já que se pode ter em primeira análise que, para muitas delas, não são objetivamente passíveis de reflexão ética ou já são fruto de tal. Sendo esta talvez pautada em mediações de valores morais, não coadunados com o encaminhamento ético-político atual da profissão.

Estão, assim, colocados os desafios de destrinchar estas mediações ao limite que possam revelar suas determinações históricas de âmbito sócio-cultural. As mesmas, se pressupõem, que tragam influências do Serviço Social tradicional¹¹, sendo esse impingido no senso comum da sociedade, e carregado também de

¹¹ Tendência profissional predominante até a década de 1960 onde, segundo José Paulo Netto (1996), ocorre o processo de renovação do Serviço Social.

importante tônus moral, oriundo de alguns fundamentos que balisaram a formação cultural do Brasil, em relação às determinações sociais: o missionarismo, a caridade e a subalternidade. Também, vislumbra-se vinculações com condutas éticas contemporâneas que marcam o desenvolvimento da sociedade do capital fetiche (IAMAMOTO, 2007), servindo de instrumento às intenções do voluntariado atual: o individualismo, a precarização, a banalização, dentre outras.

No bojo desta discussão, o escopo da dissertação é conhecer como se desenvolve a reprodução do voluntariado exercido pelo assistente social e como a pertinência, e a consequente observação, não rara, da *reprodução de valores caritativos e de valores, na atuação profissional do assistente social*.

Tal abordagem considera as influências teóricas acima apresentadas, bem como o que defende Pedro Simões quando diz que a

[...] discussão do perfil profissional, sua origem de classe, bem como seus respectivos universos cultural e valorativos são, e estão sendo secundarizados, senão quase totalmente esquecidos [...], pois não tem sido objeto de estudo sistemático pela profissão. (SIMÕES, 1999, p.02)

Enfim, aponta-se a necessidade desta construção teórica, a partir da elaboração da hipótese principal de que ***o trabalho profissional voluntário do assistente social, por estar ética, filosófica e politicamente ligada aos pressupostos da caridade-cristã¹², contribuindo com a despolitização da questão social na sociedade capitalista, se expressa de forma missionária na medida em que é exercido em espaços legítimos de atuação profissional remunerada, produzindo ilusões de conquistas profissionais e ignorando a reprodução dos interesses do capital, ao negar a condição de trabalho assalariado. Assim, reifica a caridade, como valor antagônico aos princípios e pressupostos do atual projeto ético-político do Serviço Social aviltando, portanto, a profissão na sua legitimação legal e social.***

¹² O termo refere-se à contextualização ética da caridade no âmbito da sociedade capitalista ocidental contemporânea, enquanto resultante sócio-cultural de algumas tradições filosóficas da Antiguidade e da Idade Média, já que tratar da caridade no âmbito universal do cristianismo seria incompatível com os limites acadêmicos desta dissertação de mestrado.

Portanto, a seguir veremos que a constituição da presente dissertação inicia-se a partir de fundamentação que busca situar o voluntariado na plataforma do Serviço Social, inserido enquanto profissão no contexto sócio-histórico do trabalho assalariado.

Em seqüência, desdobramos a discussão teórica no sentido de evidenciar e debater o valor ético-moral da caridade e suas relações com o trabalho voluntário, resultando como rebatimentos à profissão de assistente social.

Por fim, teremos a pesquisa de campo realizada em um recorte do universo dos assistentes sociais que tiveram experiências de trabalho voluntário na profissão, buscando desvelar suas implicações para o Serviço Social.

CAPÍTULO I - SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO ASSALARIADO E VOLUNTARIADO

1.1 (RE) PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS: TRABALHO E VALORES

Para compreender a reprodução social do voluntariado, bem como suas nuances e contradições, supõe compreender de antemão as relações sociais em movimento derivativo de suas produções e reproduções.

Parte-se da concepção, de que o voluntariado, atualmente reconhecido como o conjunto de ações realizadas de forma livre, espontânea e não remunerada, é, também, uma atividade humana, relativa à determinação histórica do trabalho e inserida no cotidiano societário, sendo, portanto, uma atividade social reproduzida no esteio das determinações das relações sociais. **Neste caso**¹³, se engendram e se desenvolvem numa sociedade capitalista, sendo assim, optamos pela interpretação do que seja a produção e reprodução das relações sociais, elaborada por Carvalho e Iamamoto (2008).

A produção das relações sociais, por assim sendo, não se dão em âmbito isolado, de modo que é no coletivo humano que a produção se expressa como atividade social. Portanto, produção é a atividade humana realizada a partir dos vínculos e mútuas relações humanas, direcionadas para a transformação da natureza.

No âmbito de uma sociedade capitalista, a produção assume um caráter determinado historicamente a estabelecer as condições que a mantém ativa, sustentada pela reprodução social, isto é,

O processo capitalista de produção expressa, portanto, uma maneira historicamente determinada de os homens produzirem e reproduzirem as condições materiais da existência humana e as relações sociais através das quais levam a efeito a produção. Neste processo se reproduzem, concomitantemente, as idéias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que as produzem, encobrindo o antagonismo que as permeia. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.30)

¹³ O destaque aponta para a exposição da perspectiva de voluntariado em sociedade não-capitalista, onde veremos mais adiante, no próximo item 1.2.1.

Se as relações sociais são dadas numa sociedade capitalista, temos o *capital* como componente particular e principal engendrador das relações sociais, sem desconsiderar, obviamente, que estas relações não seriam capitalistas sem a mediação entre *trabalho* e *capital*.

O **trabalho assalariado**, ao operacionalizar os meios de produção do capital, o recria e o expressa em âmbito de reprodução social, na forma de mercadoria. Ou seja, o produto do trabalho passa a ser reconhecido de forma antagônica à sua historicidade, sendo reproduzido socialmente como coisa que deve satisfazer as necessidades sociais, mediante sua aquisição, como mercadoria.

Redirecionando o foco nas relações sociais temos dois pólos que, concomitantemente, definem e redefinem historicamente a base destas relações: os *capitalistas* e os *trabalhadores*, entendidos como duas classes sociais reproduzindo interesses antagônicos ao mesmo tempo em que são produzidas as condições de suas existências.

Aqui, temos o *capitalista* separando força de trabalho dos meios de produção de modo a submeter a primeira em detrimento do uso da segunda, a qual detém pela via da monopolização da produção, no processo de reprodução do capital. Desta relação, o *trabalhador* não usufrui deste monopólio, de modo que sai da relação

[...] da mesma forma como ingressou, como mera força de trabalho, como fonte pessoal de riqueza que se realiza como riqueza para outros. Deixando de lado, por um momento, o desgaste de sua energia vital, que é consumida pelo capital no processo de trabalho, o que recebe em troca da venda da força de trabalho – os seus meios de vida – são consumidos na reprodução de sua vida e de sua família. Não lhe resta, portanto, outra alternativa senão a de retornar ao mercado novamente, vender parte de si mesmo com condição de sua sobrevivência, já que os seus meios de vida estão monopolizados, também, pela classe capitalista. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.47)

Em continuidade de entendimento, partilhamos do cabal questionamento da autora, acerca do confronto entre as duas classes em torno da compra e venda de mercadorias: “o que se esconde sob esta relação de iguais?” (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.48).

A força de trabalho do trabalhador é a sua mercadoria e, ao vendê-la, recebe em troca o *salário*¹⁴, o qual não paga o preço do trabalho, mas somente a parte que o capitalista destina como compensação para a manutenção da interdependência. Isto é, se o fruto do trabalho fosse o preço a ser pago ao trabalhador, este não precisaria se submeter às condições de quem detém os meios de produção, pois ele mesmo os deteria. Assim, a discrepância colocada nesta relação, se expressa na condição deste trabalhador como *trabalhador assalariado*. Na medida em que o capitalista cria, recria e acumula valor ao capital gerado pela força de trabalho do trabalhador, repassando-o apenas o “necessário” para o acesso deste à aquisição dos meios de sua sobrevivência, garantindo o movimento de consumo de mercadorias geradoras de capital e valor, justificando o ciclo.

De outra feita o capitalista, por sua vez, garante sua sobrevivência e aporte de consumo pertinente à sua classe utilizando o capital gerado pelo trabalho e pela valorização da mercadoria, fruto do trabalho. Este capital também é utilizado para a manutenção e ampliação do processo produtivo e de acumulação. Processo este que não só repercute nas demandas do capital propriamente dito, mas compõe em mediação com a reprodução das relações de classes, aprofundando seus antagonismos, e consolidando sua dominação de classe.

Neste escopo, as classes subalternas – que é um entendimento mais amplo das reproduções sociais e dos desdobramentos de conjunto da classe trabalhadora –, lidam com os resultados nocivos do processo de dominação da classe capitalista. Tal condição deprecia as condições de vida, reforçando a subalternidade de classe, na medida em que os aviltamentos sociais das condições de trabalho estão promocionalmente relacionados com a acumulação e ampliação do capital. Ou seja, quanto mais o capital se expande e se sofisticava, mais limítrofes ficam as condições de trabalho e de vida do trabalhador, expressas em fatos do cotidiano social, como o aumento da precariedade da saúde e da habitação; queda progressiva na qualidade de formação ética e intelectual via educação e cultura; redução do tempo para lazer; ampliação de jornadas sem compensação salarial; aumento do trabalho infantil; precarização salarial das mulheres; crescimento dos acidentes de trabalho; etc.

¹⁴ A etimologia da palavra *salário* remonta a quantia dada aos soldados para a aquisição de sal, produto-mercadoria que foi importante moeda de troca na Antiguidade.

Contudo, a dominação do capital nas relações sociais não se dá de forma clara, de forma que as mazelas produzidas são mistificadas na esteira das reproduções sociais, velando as verdadeiras determinações ideológicas que sustentam eticamente a classe capitalista. Neste universo, quer se fazer “natural” a desigualdade de classe (incluindo suas mazelas) no seio das reproduções sociais, de modo a vivenciá-las sem consideração das contradições e conflitos de interesse, de forma a manter estabelecida como “suficientes” as formas de acesso à renda do trabalho, via legitimação da lei da acumulação e da propriedade pelo capital, como objetos destinados apenas para a classe capitalista.

Tais contradições sócio-históricas, em relação às determinações que o capital insere como justificativa da dualidade de classe social, enquanto reprodução de seus valores, se acopla na tese lukacsiana acerca do trabalho ser a centralidade no desenvolvimento ontológico do ser social¹⁵, princípio do qual compartilho para fins de delimitar a categoria *trabalho assalariado* no âmbito da concepção do Serviço Social como profissão.

Sendo o trabalho assalariado, condição de sobrevivência imposta pelo capital ao trabalhador, que não possui meios-de-produção, há que se considerar que esta forma de trabalho não goza de ofertas plenas de possibilidades de se exercer a liberdade, na concretização e direção social da vida, mediante o fruto do trabalho. Ou seja, para o trabalhador **não lhe resta escolha**, senão de receber salário mediante a venda de sua força-de-trabalho. Esta **mediação** leva o trabalhador a conferir **sentido para a vida** a partir das possibilidades de trabalho que lhe são dadas pelo capital, no cotidiano de sua práxis social (ANTUNES, 2009, p.139-143).

Aqui, retomamos a provocação contida no início da Introdução, a qual nos remete a debater a reprodução social, em senso comum do ato de “escolher trabalhar sem receber salário”. A individualidade de **escolher** tem raiz ontológica na **liberdade relacionada ao trabalho** (ANTUNES, 2009, p.143-144), ainda que o ato de escolher seja também determinado pela reprodução social de valores que implicam diretamente na relação entre capital e trabalho, ou seja, pela **constituição ética relacionada** a essa mediação.

¹⁵ Este fundamento é amplamente discutido e envolve polêmicas de entendimento filosófico e ético-político. Dentre os debatedores, selecionamos a pertinente discussão de Ricardo Antunes (2009, p.135-158) como referência deste movimento teórico, de modo que, evidentemente, este trabalho não esgota a necessária profundidade que se deve dar a este debate.

Diante de o trabalho ser o “*modelo de toda a liberdade*” (ANTUNES, 2009, p.145), como debater a liberdade em relação ao trabalho assalariado quando da **escolha** do trabalhador de dispensar o recebimento de salário ao se reproduzir socialmente pelo trabalho?

Podemos constatar historicamente, no exemplo do feudalismo, que o modo mais recente de condição social de reprodução do trabalho, sem assalariamento denominava-se **escravidão** (onde o trabalhador era considerado propriedade de seu senhor e sobrevivia apenas para trabalhar para este). Ou, no limite, **vassalagem** (onde o trabalhador obtinha relativo controle de alguns meios-de-produção mediante oferta de fidelidade e mão-de-obra ao senhor, sendo que sua ascendência familiar não oriunda de escravo era o que lhe auferia esta “liberdade” de acesso aos meios de produção).

Em ambas as situações, ao trabalhador não lhe era permitido o exercício da escolha, já que as condições sociais eram dadas a partir de uma sociedade organizada em torno de valores dogmáticos absolutos, impingidos pelo poder político religioso e monárquico.

Onde encontraríamos razão crítica que fundamente o trabalho voluntário, considerando que na sociedade capitalista a liberdade é relativizada, no contexto do submetimento da força-de-trabalho de uma classe social (a dos trabalhadores) à apropriação dos meios-de-produção por outra classe (a dos capitalistas). Tendo, para tanto, o salário como mediação e acesso relativo à liberdade para a primeira, em face da acumulação de capital pela mais-valia do trabalho e lucro de mercado para garantir a liberdade da segunda classe? Isto é, onde se fundamenta a gênese da categoria *trabalho assalariado*, no contexto que legitima um ato voluntário como ato derivado de uma escolha fundada na liberdade, neste caso sendo o ato de se escolher trabalhar sem receber salário?

Seria, portanto, a recusa ao trabalho assalariado uma legitimação ou reificação social de algum tipo de “vassalagem”, caso o trabalhador não tenha outro meio de sobreviver? Caso contrário, ou seja, se o trabalhador voluntário possuir outro meio de sobrevivência (dependência financeira de parentes, etc.), como situar a relatividade de sua liberdade enquanto trabalhador? Nesta concepção, poderia ser este classificado em algo semelhante a um “servo voluntário”?

Evidentemente que esta dissertação não ousa esgotar este polêmico debate, nem mesmo oferece parâmetros suficientes para tal iniciativa pelo fato de focar apenas uma das modalidades do que se tem considerado como voluntariado, situando-a na particularidade da profissão de Serviço Social: **o exercício profissional do assistente social materializado sem o salário como condição mediadora da estabelecida relação entre capital e trabalho.**

Contudo, cumpre-nos informar que daqui a diante, quando usarmos o termo *voluntariado*, estaremos nos referindo ao termo que é compreendido atualmente pela cultura e determinações do capital como o arcabouço de todo o conjunto de ações humanas espontâneas, incluindo o campo do trabalho, da política e da cidadania. Já o termo “*trabalho voluntário*”, quando utilizado, terá o objetivo de identificar apenas a **negação da materialização** de uma atividade de trabalho assalariado circunscrita na sua pertinência de assalariamento. O termo se expressará entre aspas em decorrência de nossa intenção de recolocar o debate em uma perspectiva de análise crítica destas terminologias.

1.1.1 Serviço Social como Reprodução Social

Tendo por base o conteúdo acima, buscamos agora situar o Serviço Social no processo de reprodução da vida social, entendendo-o como profissão inserida na divisão social do trabalho¹⁶ e, portanto, constituinte elementar para a base de análise desta dissertação.

¹⁶ A divisão do trabalho é uma sofisticação das atividades do trabalho para a satisfação das necessidades humanas. Entretanto, na sociedade que tem o capital como elemento central das relações, em detrimento do trabalho, essa divisão vai servir aos propósitos do capital, ou seja, sua acumulação, concentração instrumentalizadas pelo subjugado do trabalho.

O Serviço Social é produto histórico resultante das determinações da evolução dos rebatimentos sociais da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, da questão social. Entretanto, por ser concebido no escopo dos interesses da burguesia capitalista, o Serviço Social também está subjugado às determinações do capital e, por ser atividade humana, também é trabalho. Portanto, o Serviço Social se legitima *na e a partir* da divisão do trabalho.

Na divisão social do trabalho, o Serviço Social é uma *especialização do trabalho coletivo*, ou seja, é uma atividade necessária socialmente que busca atuar na objetividade da produção e reprodução dos meios de vida socialmente determinadas. A partir da divisão social do trabalho, o Serviço Social se legitima socialmente na medida em que intervém nos rebatimentos originados da relação entre capital e trabalho, ou seja, quando atua objetivamente na questão social e nas suas expressões cotidianas. Para aprofundamento, ver: IAMAMOTO, 2008b.

Dada a realidade de que é possivelmente crível que este trabalho esteja colaborando para suprir uma lacuna, na literatura sobre o voluntariado no Serviço Social, há que se considerar que a escassez de dados e estudos anteriores implica em escolhermos uma vertente de análise teórica podendo, *a priori*, suscitar questionamentos sobre possíveis pretensões de enquadramento da discussão teórica em um âmbito difuso do que se tem assentado sobre o exercício profissional, no vasto arcabouço teórico do Serviço Social brasileiro. Disto, no curso das reflexões que encaminharam à materialização desta dissertação, reafirmamos a anuência à concepção de que o Serviço Social é uma *especialização do trabalho coletivo*¹⁷.

Exemplo interessante disto é o debate que Sérgio Lessa (2000) faz acerca de sua compreensão lukacsiana sobre a relação da categoria trabalho em face da materialidade do Serviço Social, enquanto trabalho na sociedade capitalista. A densidade da abordagem que Lessa realiza, o conduz a afirmar que o Serviço Social não é trabalho pelo fato de, segundo seu entendimento, não cumprir “*a função mediadora entre os homens e a natureza; pelo contrário, atua nas relações puramente sociais, nas relações entre os homens*” (LESSA, 2000, p.52). Neste sentido, a discussão sobre o exercício não remunerado da profissão de assistente social perpassa não somente pela simples negação, neste ato, do trabalho assalariado, mas principalmente pelas determinações éticas colocadas na relação entre o assistente social e a instituição na qual atua de forma “voluntária”.

Todavia, estamos convictos de que o ato de estudar o exercício profissional nas suas determinações éticas se trata de atitude que não pode ser furtar de explicitar onde está assentada a base sócio-histórica da ética que estamos nos referindo. Portanto, os destaques que daremos às particularidades com que os valores se reproduzem na realidade da atuação “voluntária” do assistente social **não querem dissociar uma atitude ou escolha profissional da compreensão mais ampla das determinações sócio-históricas que, coletivamente, encaminham esta propositura.**

Vislumbrar a realidade ética do “trabalho voluntário” na profissão perpassa, invariavelmente, pela análise de particularidades sócio-históricas contidas nos fundamentos desta propositura profissional, a qual a faremos mais adiante. No entanto, no âmbito das reproduções sociais, compartilho da perspectiva de análise

¹⁷ Conforme item 4.3 da Resolução CNE/CES nº 15, de 13 de Março de 2002.

de Carvalho e Iamamoto (2008). Ressaltando, de antemão, que analisar particularidades, não esgota a compreensão coletiva que há de se ter da constituição profissional, ou seja, não é na representação da individualidade do profissional que se deva constituir a base de análise de sua constituição ético-profissional. Pelo contrário, ao considerarmos a particularidade circunscrita na práxis da ética profissional, estamos tratando da universalidade das determinações históricas que explicam a conjuntura e delimitam os aspectos que envolvem a reprodução social, via atuação do assistente social voluntário.

Se “*a reprodução das relações sociais é a reprodução da totalidade do processo social [e] a reprodução de determinado modo de vida*” (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.72), é, então, objetivo compreender que o Serviço Social é, enquanto profissão, atingido por este processo, pelo fato de também compor o tecido social integrante das reproduções das relações sociais.

Deste modo convém considerar a profissão, assim como faz a autora (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.73), a partir de dois veios de expressão existentes no cotidiano das reproduções sociais que envolvem o Serviço Social: *a vivência profissional na consciência dos agentes profissionais, ou seja, o que pensam os assistentes sociais sobre o cotidiano profissional e; a realidade da atuação profissional determinada pela reprodução do capital, a saber, o exercício profissional engendrado pelas contradições históricas da relação entre capital e trabalho situando-se, portanto, além da consciência ou vontade dos assistentes sociais.*

Contudo, o Serviço Social, inserido nas determinações das relações entre classes, reproduz

[...] interesses contrapostos que convivem em tensão. Responde tanto a demandas do capital como do trabalho e só pode fortalecer um ou outro pólo pela mediação de seu oposto. Participa tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais, reforçando as contradições que constituem o móvel básico da história. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.75)

Esta visão configura, definitivamente, que qualquer concepção a-histórica da constituição profissional do Serviço Social supõe retirá-lo do processo da produção e reprodução da vida social, mistificando sua constituição, significado e objetivo social.

Em vínculo de compreensão histórica das relações sociais que engendram a profissão, cabe situar que o Serviço Social, em sua gênese, é forjado basicamente no seio das iniciativas da Igreja Católica. Dentro de seu escopo de recristianização da sociedade, mediante ações de cunho caritativo e assentadas nas premissas da doutrina social da Igreja. Esse desenvolvimento ensejava a “profissionalizar” o apostolado social católico, agregando propositura religiosa com parâmetros técnicos de organização de ações junto aos trabalhadores e suas famílias.

Este movimento se coaduna, depois, com o momento de desenvolvimento do capitalismo na América Latina e a profissão se institucionaliza na medida em que é absorvida pelo crescimento do aparato estatal. Voltado para a prestação de serviços assistenciais e sociais, bem como a partir de sua entrada no ramo privado das empresas industriais de grande capital.

Deste contexto inicia-se o estabelecimento de uma condição que marca concretamente a relação antagônica entre voluntariado e constituição profissional no Serviço Social, na medida em que o assistente social passa a ser trabalhador assalariado. Pretensamente reconhecido como profissional liberal, o assistente social insere sua força de trabalho no mercado do capital, para o qual, no próprio processo de sua reprodução, dispõe o seu trabalho especializado expressado numa imagem que, tendo

[...] suas raízes na origem confessional da profissão em suas íntimas relações com a necessidade de racionalização das atividades filantrópicas, pode ser encarada, também, como uma extensão da imagem com que o Estado tende a se apresentar para o conjunto da sociedade. O Estado aparece como benfeitor voltado precipuamente para o bem-estar dos cidadãos, guardião da justiça e da paz social, detendor de uma ética e de uma vontade supraclasses, representante dos interesses gerais da sociedade; o Estado tecnicamente armado para administrar os conflitos e problemas sociais, a serviço do povo. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.118)

Assim, o assistente social é conformado historicamente no bojo das produções e reproduções da vida social constituindo, contraditoriamente, suas bases de legitimação e significado social. Haja vista que a perspectiva da caridade na

profissão ter sofrido impactos diante da laicização do mercado e do capital durante este processo, não é raro nos depararmos no cotidiano social com compreensões. As mesmas fazem, ainda, alusão e atração social para a profissão, mediante influência ético-moral dos primórdios de sua gênese, sobre o qual passamos a tratar a seguir.

1.1.2 Voluntariado ético-religioso como trabalho social

Não é impertinência em destacar o papel da Igreja na constituição histórica do Serviço Social, por conta de ser fato que esta instituição social foi responsável pela introdução e desenvolvimento da caridade, no seio da sociedade brasileira, valor este que influencia a reprodução social, no reconhecimento e no trato da questão social, no cotidiano do brasileiro.

A caridade, sendo objeto focalizado neste trabalho, se coloca como um dos eixos éticos tanto nas protoformas do Serviço Social quanto no reconhecimento social, em senso comum, do significado social da profissão.

Aqui, cabe iniciarmos a reflexão, passando rapidamente sobre o contexto sócio-político brasileiro que resulta na concepção e constituição de um Estado laico, ainda que sob forte influência moral do catolicismo desenvolvido sob os moldes liberais inspirados das experiências políticas italianas e francesas da época.

É na conjuntura social do final dos anos 20, do século passado, que se engendram as condições para o surgimento do Serviço Social no Brasil. Derivadas de desdobramentos políticos que implicaram em consideráveis mudanças na estrutura do Estado brasileiro e na organização da sociedade, momento onde a Igreja Católica passa a imprimir nova postura social, em face de suas perdas políticas.

Como fulcro principal das relações sociais da época, temos o desenvolvimento industrial brasileiro em ressonância à reorganização do capital no país, deslocando-se do campo agro-exportador para a ampliação industrial competente ao capitalismo do momento. Nesta relação, o destaque fica para as reações sociais (do proletariado organizado e da Igreja Católica) diante dos rebatimentos da agudização da questão social, onde

[...] a pressão exercida pelo proletariado – presente mesmo nas conjunturas específicas em que sua luta não se faça imediata e claramente presente enquanto manifestações abertas – permanece constantemente como pano de fundo a partir do qual diferentes atores sociais mobilizam políticas diferenciadas. Essas políticas demarcaram os limites dentro dos quais irá surgir e atuar o Serviço Social – a caridade e a repressão – limites em relação aos quais deve se constituir numa alternativa. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.128)

Tal conjuntura é derivada da então depreciação das condições de sobrevivência dos trabalhadores, nas regiões concentradoras de aparato industrial. Além da insalubridade ocasionada pela falta ou ausência de água ou rede de esgoto, os trabalhadores enfrentavam: dificuldade de subsistência pela insuficiência salarial para o consumo básico, via salários; ampliação da jornada diária de trabalho em até 14 horas; inserção de mulheres e crianças em atividades insalubres; ampliação dos acidentes de trabalho, sem cobertura médica; ausência de férias remuneradas e de descanso semanal.

Quando não utilizavam a repressão policial e da estrutura hierárquica interna das indústrias, o empresariado se valia de políticas assistencialistas em resposta às reivindicações dos trabalhadores. Na contramão de se ver discutir e implementar medidas para sua participação ou parte na distribuição de ganhos da produção, os trabalhadores recebiam (principalmente das grandes empresas) acesso às políticas particulares que, ao conceder benefícios como vilas operárias, creches, escolas, etc. – maneira que o empresariado encontrou para aglutinar as experiências exercidas nas relações caritativas da religião com sua necessidade de racionalização das relações trabalhistas em favor do capital –, os fazendo adentrar de maneira enfraquecida na relação entre capital e trabalho. Isto é, em troca de comportamento passivo diante das iniciativas sindicais organizadas, os trabalhadores tinham suas vidas e cotidiano inseridos de maneira mais sólida na subalternidade e na dependência exclusiva vinculada às determinações da reprodução do capital e não das livres possibilidades de ampliação de seus direitos.

Entretanto, apesar de ter o apoio e inspiração da Igreja nas suas investidas disciplinadoras aos trabalhadores, a classe burguesa não levaria isto em conta nas articulações políticas para o assentamento de valores burgueses, ou seja, vinculados ao liberalismo imperante na cultura política da época. A Constituição de 1891, que inaugura a influência dos ideais republicanos da burguesia, expressa esta

posição ao retirar da Igreja e transferir para o Estado as prerrogativas institucionais constitutivas da organização da sociedade. Isto é, passa a ser estatal e dentro das prerrogativas de um Estado laico o controle ideológico e de reprodução ético-moral de instituições como a educação, o casamento e a regulação das propriedades de forma alheia aos interesses da Igreja.

Todavia, ainda interessada em manter a influência do seu poder político e moral da sociedade brasileira, em decorrência dos desdobramentos políticos do primeiro pós-guerra, a Igreja consegue manter sua autonomia em um âmbito da reprodução social do qual irá se valer nas décadas seguintes como principal meio de influência política: as *organizações caritativas de cunho religioso*, sob as quais foi desenvolvido um aparato ideológico que embasou a gênese do Serviço Social e o transformou em instrumento para imprimir e solidificar sua interferência na questão social sob a ética religiosa.

A discussão de Antonio Geraldo de Aguiar (1995) apresenta um detalhamento histórico e com agudo recorte no contexto da influência católica no Serviço Social brasileiro. O autor percorre, muitas vezes de forma um tanto “litúrgica”, os momentos que considera marcantes para a profissão, aos quais teve a Igreja Católica como protagonista de inserção filosófica, técnica e política, nas décadas entre 1930 a 1960.

Fruto do fomento da encíclica papal *Quadragesimo Anno*, de 1931, a qual resgata e instrumentaliza a encíclica precursora da Doutrina Social da Igreja, *Rerum Novarum* (de 1891), a Ação Católica¹⁸ desponta no mundo ocidental, como importante veículo de difusão e propagação da proposta conservadora de recristianização da sociedade, com início propulsor na Holanda, França, Áustria, Alemanha, Bélgica, etc. Originou-se de um movimento de leigos, os quais se organizavam nas chamadas Semanas Sociais e em desdobramentos de alcance social e classista burguês, com escopo de doutrinação ao operariado crescente e pobre.

O Serviço Social, segundo o autor, é fruto da ação desenvolvida no Brasil pela Igreja Católica, via Ação Católica. Capitaneado por figuras do clero, como Cardeal Arcoverde, D. Duarte Leopoldo e Silva, D. Becker e especialmente D. Leme,

¹⁸ A **Ação Católica** é o nome dado ao conjunto de movimentos criados pela Igreja Católica no século XX, visando ampliar sua influência na sociedade, através da inclusão de setores específicos do laicado e do fortalecimento da fé religiosa, com base na Doutrina Social da Igreja.

como propulsores da renovação católica do início do século XX, que tinha clara intenção de reaproximação com o governo civil. Apontando D. Leme, o autor cita a Confederação Católica como entidade fundamental na *“transformação dos nossos católicos sinceros, mas inoperantes, num exército conquistador, que sob as ordens da hierarquia, se lance no combate pelo reino de Cristo”*. No final da década de 1920 da Confederação Católica resulta a Ação Católica Brasileira, movimento o qual trouxe figuras consideradas importantes no catolicismo europeu para organizar os primeiros passos do que, segundo autor, dará início ao Serviço Social no Brasil.

O foco da Ação Católica brasileira será a formação das elites, com o objetivo de que os mesmos pudessem influenciar na vida social, *“reformando a sociedade de cima para baixo, cristianizando o povo”* (AGUIAR, 1995). Mais tarde, a Ação Católica se dirige aos jovens, mediante suas seções de juventude: JEC, JOC, JUC e JFC. D. Leme organiza pensadores católicos como Jackson Figueiredo e Tristão de Ataíde para influenciar o meio intelectual e universitário da época. As revistas “A Ordem” e “A Vida”, juntamente com o Centro D. Vital, são os veículos fundados para esse fim e dos quais se originaram as condições para a fundação das faculdades católicas pelo país.

No Estado Novo de Vargas, a Igreja *“se aproveita da mudança de regime para conseguir que se dessem à vida nacional moldes cristãos”* (AGUIAR, 1995). Momentos marcantes são: a inauguração do Cristo Redentor e a criação da Liga Eleitoral Católica para a Constituinte de 1933. Tais iniciativas são exemplos da reinserção ético-política da Igreja na sociedade, de maneira a se amoldar na reprodução das relações sociais, via apelos culturais e político-eleitorais.

1.1.3 Serviço Social: uma missão de apostolado

A fundação das primeiras escolas de Serviço Social se dá sob claro alicerce da Doutrina Social da Igreja, por sua vez fundada no pensamento neotomista¹⁹, a partir de pressupostos conservadores. A formação profissional era doutrinária e moral, com foco em restabelecer a ordem social, com respeito às autoridades hierárquicas entre Igreja e Estado (YAZBEK, 1980). A meta das escolas de Serviço Social da época era proporcionar a constituição de um perfil com forte recorte

¹⁹ Para estudos aprofundados da relação entre neotomismo e Serviço Social, ver: AGUIAR, 1995; e BARROCO, 2001.

apostólico, de modo que as disciplinas científicas funcionavam como “instrumento de trabalho”. Como etapas da formação “profissional”, tínhamos:

- Formação técnica: natureza do Serviço Social, noções de técnicas auxiliares e a moral profissional;
- Formação prática: primeiros esboços de estágio profissional;
- Formação pessoal: *“A vida religiosa e moral do assistente social requer, outrossim, formação doutrinal suficiente, a constante ‘boa vontade’ ou as disposições morais de receptividade e de conformidade à vida divina e o desejo legítimo de Deus”* (HEYLEN, 1962, p.19);
- Formação doutrinária: com preponderância obrigatória à formação técnica.

O trabalho de Carvalho e Iamamoto (2008), detalha de forma consistente, como a caridade cristã permaneceu engendrada no discurso e na ação profissional do assistente social, mesmo após a influência do tecnicismo estadunidense, linha teórica que foi importada não para ser o eixo técnico-científico do Serviço Social, mas para *funcionar mecanicamente* como ferramenta no cotidiano de trabalho, onde *“a caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana”* (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.201). Aqui, o escopo principal do assistente social era, via exercício da profissão, recristianizar a sociedade no concurso da depreciação dos valores liberais que “deturpavam” a ordem moral do brasileiro, o qual se via “fraco” diante da secularização.

Em prol desta “luta”, os assistentes sociais deveriam trabalhar para a reeducação familiar, intencionando o fortalecimento moral desta instituição pela via da religião. Entretanto, tal empreitada apresenta importante contradição no âmbito da reprodução social e de classes, pois, ao buscarem a suplantação da “influência nociva do liberalismo” via tutela do proletariado aos auspícios religiosos, os assistentes sociais são também tutelados pelo capital liberal sendo que,

[...] ao atuarem sobre a reprodução material do proletariado – a partir dessas representações – atuam também na sua reprodução enquanto classe, transmitindo e buscando a adesão para sua visão de mundo e, conseqüentemente, negando qualquer perspectiva desviante de comportamento.

O componente da formação religiosa dos assistentes sociais e de sua vocação mística de um apostolado social constitui, por sua vez, elemento essencial da legitimação de seu projeto. Recristianizar a sociedade ameaçada pela crise, recuperar o Homem, significam mais concretamente recristianizar e recuperar o proletariado. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.213)

Assim, se gesta o pioneirismo do Serviço Social, que no ímpeto de consolidar uma postura moderna de agentes da caridade, não dispensa também seus interesses de vinculações políticas. Destacando-se o fascismo da Ação Integralista Brasileira, inspirado pela aliança do Vaticano ao fascismo italiano – estreitamente alinhadas à dominação do capital, sob as prerrogativas do populismo do Estado Novo de Getúlio Vargas. Embora se pudessem tecer várias considerações sobre as implicações políticas da presença do Serviço Social na sociedade da época, ressaltamos as implicações que a profissão, enquanto sua institucionalização recebe em decorrência das reconquistas obtidas pela igreja na relação com o estado e a política.

O humanismo cristão do bloco católico (grupo hegemônico do Serviço Social da época) se insere com prestígio nas classes abastadas, na esteira efervescente da construção de um Estado nacional positivista que domou institucionalmente o ímpeto dos trabalhadores organizados. Aqui se observa o Serviço Social arregimentando um contingente cada vez maior de estudantes que, inspirados pelo êxito e prestígio social de um caritativismo tecnicista, almejam também alçar do voluntariado vocacional para os importantes cargos técnicos em demanda crescente nos novos gabinetes e secretarias governamentais de políticas sociais, ou seja,

[...] as Escolas de Serviço Social que começam a se organizar nesse período rapidamente devem se adaptar a um novo tipo de demanda. Perdem a anterior homogeneidade, que progressivamente vai sendo quebrada a partir de uma base de recrutamento mais ampla, em que parcelas importantes dos alunos serão funcionários de grandes instituições sociais ou pessoas que aspiram a uma carreira remunerada. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.219)

Findaria aqui este trabalho se tal conformação sócio-política da profissão também pusesse fim histórico no voluntariado próprio dela mesma, talvez tornando-a, caso fosse, exemplo de ressignificação ético-política homogênea, com

consecutivos avanços teóricos-metodológicos – laicos, evidentemente – nas instituições e nas políticas sociais que lançam mão da prestação de serviços do assistente social.

Ao inverso, a formação profissional centralizava, na prática do cotidiano o campo de desenvolvimento profissional, sendo que na academia o foco da formação era, ainda, o sólido embasamento moral e doutrinário em alocução fiel à Doutrina Social da Igreja. Escopo acadêmico que, apesar de se denominar como tal, formava bacharéis distantes da sistematização científica e de metodologia teoricamente fundamentada.

O voluntarismo cristão foi, portanto, acolhido por uma beca acadêmica e legitimado social e institucionalmente sob a tutela de um estado pretensamente laico. Embora com roupagem técnico-profissional, o assistente social ganhava terreno na divisão social do trabalho mediante a imagem de que valia a pena o empenho quase que de apostolado no voluntarismo religioso diante das mazelas sociais, não porque se depreendia o curso do desenvolvimento de uma profissão que se opunha às causas da questão social, mas principalmente, porque se tratava de oportunidade de destaque social e de reconhecimento político das proposituras ético-políticas da Doutrina Social da Igreja pelo âmbito do *ethos* burguês, onde se substituíam

[...] a análise da realidade e a prática social para o enfrentamento da questão social por valores, exigências, isto é, por uma apreensão moral dos fenômenos sociais, através de categorias abstratas como descristianização, liberalismo, etc. As soluções propostas permanecerão dentro do mesmo enfoque ético e religioso, resultando em apelos à consciência. Nesse sentido, os programas econômicos e sociais da Igreja, assim como seus princípios e exigências, não tem caráter de obrigatoriedade para os católicos. São valores morais, isto é, muito mais retórica do que empenho efetivo em sua aplicação. Sua utilidade é essencialmente acadêmica, de proselitismo ideológico e político. E são programas sem realidade política, que permanecem na órbita dos valores morais. Ao mesmo tempo, ao verem no capitalismo despido de seu conteúdo liberal uma ordem natural, considerarão como subversivos quaisquer ataques aos valores fundamentais da ordem burguesa. (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.219)

Desta análise, em recorte sócio-histórico do Serviço Social, em face da gestação e desenvolvimento primordial do *ethos* da profissão, podemos destacar

que a mesma se legitimou social e institucionalmente, desde 1920 até meados de 1960. Em decorrência da ampla empreitada que a Igreja Católica desencadeou no início do século XX, retomando sua influência político-moral na sociedade brasileira.

Daí se destaca a particularidade ético-política da profissão, que se desenvolveu em mediação com a reprodução social da moral cristã, sobretudo no âmbito desta, implicando no reconhecimento e enfrentamento da questão social: **a caridade cristã**.

Adiante, abordaremos a contextualização desta conjuntura em face das demandas éticas e políticas do Serviço Social na contemporaneidade.

1.1.4 Mediação de valores no Serviço Social contemporâneo

1.1.4.1 A intenção de ruptura com o conservadorismo

Como bem sabemos, o termo “conservadorismo” deriva do verbo conservar. Trata-se, historicamente, de um movimento de idéias – uma ideologia – pautada em certos princípios que visam a conservar a ordem, a tradição, a autoridade, a hierarquia e a disciplina tanto no âmbito político quanto da reprodução moral em sociedade. Seus representantes mais importantes, como Edmund Burke, se notabilizaram, pela sua oposição à Revolução Francesa.

O conservadorismo moderno, nascido entre as Revoluções Francesa e Industrial, assume capilaridade essencialmente política, mas se constitui também, dependendo da realidade social onde está inserido, com fortíssimas bases morais. Essas bases são naturalmente construídas na dinâmica das relações sociais pertinentes a uma determinada região, cultura ou crença, seguindo os padrões morais imperantes, sócio-historicamente. Sendo assim, o conservadorismo moderno *“surge do tradicionalismo [...], mas de uma forma consciente”* (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.111), ou seja, a classe dominante detentora do poder intelectual e ameaçada por uma atitude revolucionária avessa às normas estabelecidas, reifica estes padrões morais já cristalizados – e muitas vezes já superados – e implementa o *“reformismo conservador”* (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.110) de forma velada e contraditória às determinações históricas, apenas substituindo *“fatores individuais por outros fatores individuais [‘melhoramentos’]”*

(CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.112) e composto por uma estrutura que visa garantir o *status quo*.

Importa, portanto, considerar a partir disto o profundo enraizamento do pensamento conservador na sociedade brasileira e como ele se apropria da concepção “verdadeira” da realidade, na intenção de mantê-la na ordem. Esta postura conservadora foi, portanto, historicamente reificada pela Igreja Católica da época que, como vimos anteriormente, estava fragilizada pelos efeitos da secularização e pelos constantes atritos com o Estado com os quais mantinham o poder hegemônico.

Portanto, o conservadorismo é uma marca na trajetória do Serviço Social que permanece ao longo de sua história de formas diferenciadas. Porém, a partir dos anos 60, com o processo de renovação profissional, cujas determinações sócio-históricas possibilitam a emergência de um pluralismo, ou seja, o surgimento de novas tendências, que romperam com a hegemonia do tradicionalismo na profissão e proporcionaram a abertura da mesma, para a relação com outras profissões e campos do conhecimento (NETTO, 1996). Tal patrimônio de conquistas é que, dá sentido e historicidade, por exemplo, de se questionar o trabalho do assistente social pautado pelo voluntarismo e pelo messianismo (IAMAMOTO, 2008b, p.113-118).

Levando em conta, inclusive, que o Serviço Social foi componente funcional importante do conservadorismo cristão, em seu escopo de ampliação do poder político e do controle social, é que compreendemos historicamente a opção coletiva que a profissão desenvolveu. Na *intenção de ruptura com o conservadorismo*, de modo a situar a formação e o exercício profissional sob outras bases éticas, filosóficas e políticas que pudessem fundamentar tal propositura.

Nesta diretriz, a profissão, logo após o III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, em 1979 (conhecido também como o “Congresso da Virada”), inseriu-se nova práxis profissional que vai determinar a dinâmica do Serviço Social na contemporaneidade. A base desta práxis é a relação da profissão com a tradição marxista que, inicialmente, se deu de forma “problemática”²⁰ para depois se apoiar na ampla e rica variedade de sugestões que este conjunto teórico propõe, oferecendo nova compreensão do que seja um projeto ético-político como

²⁰ “A obra de Marx [...] não é um Evangelho que ofereça verdades de última instância, acabados e perenes, mas um **manancial inesgotável de sugestões**, para continuar trabalhando com a inteligência, para continuar investigando e lutando pela verdade.” (LUXEMBURGO, 1960 apud IAMAMOTO, 2008a, p.235).

propositura profissional para sua intervenção social e sua configuração no universo da divisão sócio-técnica do trabalho.

A profissão adentrou a década de 80 com enormes desafios teóricos e metodológicos. As inserções iniciais do marxismo no Serviço Social eram basicamente permeadas pelo ‘marxismo vulgar’ contida nas obras militantes de Che Guevara, Lenin, Mao Tse Tung, Trotsky, dentre outros, e pelo compromisso político do profissional forjado na intrínseca relação da prática profissional com a prática político-partidária de esquerda²¹, fazendo com que se preconizasse a ruptura com o conservadorismo.

As propostas logicamente progressistas surgidas desta postura política não se faziam presentes na práxis da profissão quando entravam em contato com os recursos teóricos-metodológicos, ou seja, a utilização do materialismo histórico-dialético foi distorcida mediante a influência de uma abordagem na qual se observou a “‘suspensão’ da dialética do conhecimento, desconectada da história” (IAMAMOTO, 2008a, p.212). Esta atitude, desenvolveu um ecletismo ideológico que explicitava uma grande fragmentação das categorias científicas existentes no conjunto teórico do Serviço Social, fazendo com que o exercício profissional se expressasse socialmente de forma contraditória, onde se apresentava a prática permeada pelo “*fatalismo e pelo messianismo*” (IAMAMOTO, 2008b, p.45), numa convicção de que a consciência teórica resultaria direta e unilateralmente na luta de classes sem a consideração do pluralismo político existente na sociedade. Poderíamos, segundo o autor, considerar que isto foi a coexistência da “*ética de esquerda com uma epistemologia de direita*” (LUKÁCS, 1963 apud IAMAMOTO, 2008a, p.213).

Para a superação desta realidade, o Serviço Social passou a introduzir na sua dinâmica teórica uma “*crítica marxista do próprio marxismo e dos fundamentos do conservadorismo*” (IAMAMOTO, 2008a, p.218). Isto é, o marxismo passou a ser concebido em seu caráter puro, na instrumentalização analítica da profissão, permitindo um

²¹ Entendemos que a relação da prática profissional com a prática política-partidária de esquerda não foi a condição principal onde a profissão se apoiou para construir seu amplo bojo teórico que a fomenta hoje, mas sim numa relação temporal e ética onde as duas instâncias se identificavam mutuamente pelo viés de entendimento da realidade e enfrentamento da questão social.

[...] mergulho na pesquisa histórica, aliada a uma crítica teórica rigorosa do ideário profissional e num esforço de articulação entre a crítica do conhecimento, a história e a profissão, que passa a nortear o debate brasileiro no âmbito da tradição marxista. (IAMAMOTO, 2008a, p.218)

É importante salientar que a historicidade inserida no Serviço Social não quer finalizar, em qualquer época, um conceito isolado e estanque do que é a profissão, mas sim garantir a sua compreensão no processo materialista-dialético e por isso contínuo e pautado na realidade concreta, pois o não conhecimento da historicidade

[...] impossibilita qualquer avanço crítico no âmbito das estratégias e táticas necessárias para traduzir, no campo da ação, os avanços obtidos no nível cognitivo, embora aí se encontre, também, um dos aspectos fulcrais dos impasses atuais do Serviço Social: o seu menosprezo pela sociedade civil brasileira no seu processo de transformação histórica presente, criada pela ação dos sujeitos políticos coletivos. (IAMAMOTO, 2008a, p.249)

Para o Serviço Social, a década de 1990 se caracterizou numa época de consolidação dos acúmulos teóricos e metodológicos oriundos das movimentações da década de 1980. Isto se deu na formulação do atual projeto ético-político do Serviço Social que continua em processo de enraizamento no campo profissional.

Entende-se por projetos profissionais, a apresentação da

[...] auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas. (NETTO, 1999, p.95)

No âmbito do Serviço Social, o seu projeto ético-político é composto pelo conjunto da teorização crítica obtida no seu processo histórico, sobretudo pelas Novas Diretrizes Curriculares do Serviço Social (1996/2002); pela existência e implementação do Código de Ética dos Assistentes Sociais e pelo sistema institucional que compreende o CFESS (Conselho Federal de Serviço Social), CRESS's (Conselhos Regionais de Serviço Social), a ABEPSS (Associação

Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), os sindicatos e demais associações dos assistentes sociais e; pela problematização que está colocada de maneira contínua sobre a própria propositura ética-política enquanto profissão e suas articulações com os projetos societários hegemônicos e alternativos.

A dinâmica do projeto ético-político é permeada pelo pluralismo político existente na profissão, ou seja, as divergências entre os profissionais quanto aos encaminhamentos dos imperativos e indicativos da profissão, entendida como oriunda de uma ampla e complexa relação social. Sobretudo, o valor central e imperante neste projeto é a liberdade, a qual é fundamento da ética, prerrogativa essencial da humanidade e categoria que abarca a possibilidade deste ser social, enquanto sujeito de sua história. Escolher alternativas que julga necessárias para a plena realização de vida, de forma a buscar garantir sua emancipação social (BARROCO, 2008, p.19-30). Em seu desdobramento, o projeto ético-político profissional

[...] se posiciona em favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são postas explicitamente como condição para a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras. Em decorrência, o projeto se reclama radicalmente democrático – vista a democratização enquanto socialização da participação política e socialização da riqueza socialmente produzida. (NETTO, 1999, p.105)

Exatamente num momento onde o projeto ético-político amplia sua influência na teorização, no ensino e na prática profissional, ele se defronta diretamente com as mudanças na sua “*base funcional-ocupacional*” (MONTAÑO, 1997, p.116) implementadas sob as aspirações do atual encaminhamento societário do capitalismo. Mudanças drásticas e velozes que, diferentemente da conjuntura encontrada no processo histórico da ditadura militar, impõe uma intensa aculturação à sociedade brasileira com rebatimentos importantes na reprodução da questão social (IAMAMOTO, 2007, p.105-195).

Entendemos como base funcional-ocupacional do Serviço Social, a posição que a profissão ocupa no contexto das políticas sociais seja no âmbito no qual se delimita a sua função social e no âmbito de sua inserção como profissão na divisão

sócio-técnica do trabalho. Com isto, a crise nesta base funcional-ocupacional, apresenta um desafio ao Serviço Social sob a ameaça de que não se requeira mais suas atribuições enquanto profissão legítima. Atribuições que são consideradas essenciais nas políticas sociais públicas, universais e laicas, mas secundárias nas ações sociais da sociedade civil, sob a ótica da refilantropização destas políticas.

Aqui, podemos visualizar a vinculação da profissão a uma postura de reificação das práticas caritativas e filantrópicas existentes no final do século XIX e início do século XX, onde se engendrou o perfil doutrinário e conservador da profissão consolidando, por meio de atividades voluntaristas, seu favorecimento à classe burguesa então hegemônica.

1.1.4.2 Contradições entre laicidade e o projeto ético-político contemporâneo

Podemos ver na Introdução que a abordagem que fizemos na região do Grande ABC de São Paulo (ALVES, 2007) apresenta proximidade com os estudos de Simões (2007). No âmbito da análise da perspectiva do voluntariado entre alunos do Serviço Social e considerando a amplitude que Simões dá ao estudo do tema e suas evidências claras acerca da relação com o pertencimento religioso. E nas suas palavras, o voluntariado é

[...] criticado no serviço social por três razões principais:

1. Os voluntários foram vistos como agentes que desqualificavam a profissão e que contribuíam para o seu baixo status, uma vez que estes agiam em funções e áreas semelhantes as dos assistentes sociais;
2. O voluntariado, principalmente associado à religião, foi também vinculado a uma imagem do assistencialismo, pela ausência de requisitos profissionais para ação e por operarem projetos paliativos;
3. Com o crescimento do 'terceiro setor', no Brasil, a ação voluntária foi vista como uma forma de incentivo às políticas neoliberais e à redução do Estado. (SIMÕES, 2007, p.188)

Esta contradição, posta entre a laicidade que caracteriza a profissão e a expectativa dos alunos de Serviço Social, a mesma pode ser explicada. Ao analisarmos os dados e percebermos que a noção de cidadania entre os alunos, perpassa principalmente pela via *religiosa*, em detrimento da via política a qual quer fomentar a formação profissional em Serviço Social. Suas socializações primárias

(enraizamento cultural e familiar) são determinantes para a construção deste perfil, o qual será transferido para a prática profissional oferecendo desafios extras ao cotidiano profissional.

Analisando a partir do referencial de Marilda V. Iamamoto, este aspecto de relevância e preponderância do voluntariado na profissão pode agudizar ainda mais as respostas políticos-institucionais que o Serviço Social terá de construir o atual projeto ético-político profissional para manter-se coerente com a realidade contemporânea.

A autora destaca a contemporaneidade como o tempo do capital fetiche²² (IAMAMOTO, 2007), situando o contexto das atuais proposituras de enfrentamento da questão social, via esferas públicas e privadas, e correlaciona esta realidade com os desafios que o Serviço Social tem pela frente.

Por “tempo de capital fetiche”, Marilda assenta a compreensão das relações da profissão na sociedade brasileira, sendo esta atualmente inserida na reprodução fetichizada do capital (o capital financeiro), redimensionando profundamente as categorias do trabalho e da questão social no cotidiano do exercício profissional. Para ela

A mundialização financeira, em suas refrações no País, impulsiona a generalização das relações mercantis às mais recônditas esferas e dimensões da vida social, que afetam transversalmente a divisão do trabalho, as relações entre as classes e a organização da produção e distribuição de bens e serviços. (IAMAMOTO, 2007, p.21)

A autora anuncia que o Serviço Social vive recentemente uma tensão entre defesa dos direitos sociais e a mercantilização e re-filantropização no atendimento às necessidades sociais²³. E como um primeiro projeto (o da instituição e defesa de direitos sociais), aponta a Constituição de 1988, como marco democrático e popular de apreensão e legitimação do que sejam direitos sociais (a Seguridade Social), estes previstos mediante os conceitos de universalização, gratuidade e controle social. Neste âmbito, a primazia do Estado é a premissa que direciona este projeto, o qual gera necessidade de politização da participação social combinada com a

²² É de origem marxiana o conceito de capital fetiche, no qual se busca compreender o capital na sua fase mais densa de alienação das relações sociais. Cf.: IAMAMOTO, 2007, p.93.

²³ Uma relação entre re-filantropização e voluntariado pode ser vista no estudo de Milani (2004).

descentralização do poder do Estado para efetivação da gestão pública de interesses públicos.

Ao passo que se desenvolvia uma recente concepção de Seguridade Social, sob os marcos da Constituição de 1988, é fomentado em paralelo um projeto político-institucional para enfrentar a questão social compreendido pela lógica do capital, com escopo de definhamento da presença pública no processo da consolidação de direitos sociais, estes sendo compreendidos como meros reguladores secundários do objetivo macro que é o crescimento econômico pautado pela abertura de mercado e de capitais, onde o Estado figura apenas como fiador e controlador político-social deste processo, em detrimento de sua legitimidade de garantidor de direitos sociais.

No campo das políticas sociais, sua originalidade pública é fragmentada cada vez mais em iniciativas de atribuição privada, onde a concepção de cidadania social (radicada no direito e expansiva a todos) e travestida de roupagem solidária. Adquirindo caráter de responsabilização civil onde a transferência de serviços sociais para a esfera privada se apresenta como um dos principais veículos de sua legitimação, implicando assim na qualidade do atendimento às expressões da questão social e rebatendo na atuação ocupacional do Serviço Social (IAMAMOTO, 2007, p.195-197).

O espaço dos Conselhos de Direitos, para Iamamoto, são os que podem ampliar potencialmente a qualificação democrática e popular em torno das políticas e direito sociais. Porém, também podem ser lócus de *interesses privados e pautados na lógica do favor, onde o clientelismo e a tutela privada da política podem reduzir os conselhos em meros organismos de fluxo burocrático e funcional ao retrocesso e fragmentação das políticas sociais, processo que já mencionamos.*

Buscando compreender a relação entre esfera pública e o Serviço Social, a autora discute a inserção desta profissão nos Conselhos de Políticas e Direitos Sociais. Citando Elaine Behring e Ivanete Boschetti, a autora apresenta diversos espaços assim configurados, nos quais a presença do Serviço Social tem sido de suma importância como os Conselhos de Saúde, Assistência Social, Conselhos Tutelares e dos Direitos das Crianças e Adolescentes e outros que abarcam demandas de vários segmentos sociais.

A autora cita Raquel Raichelis, para defender que os espaços dos Conselhos devem ser qualificados numa perspectiva de estímulo contínuo e abrangente do controle social, de modo que os atores partícipes possam adensar a diretriz pública dos direitos e políticas sociais. Partilhando poder e experiências coletivas para a qualificação da atuação pública como exclusiva no campo das políticas públicas. Isto, sem deixar de considerar o enfrentamento à concepção dominante do trato comunitário da questão social, onde a cidadania social é reduzida para o campo do voluntariado, onde a questão social é vista como “natural” e moralmente descolada dos interesses do capital e suas reproduções.

Iamamoto aponta o Serviço Social como ator político portador de potencialidades importantes quando se pensa em mobilização sócio-educativa para a requisição e garantia de direitos, mas também não deixa de reconhecer que este debate parece acompanhar o refluxo dos movimentos sociais e de trabalhadores a partir da década de 1990. Mas é importante inserir neste debate um elemento particular que é a compreensão que a categoria (em sua parcela de estudantes e de recém-formados) vem apresentando acerca do modo de inserção da profissão nos espaços sócio-ocupacionais. Neste âmbito, o voluntariado parece ressurgir como “vias de acesso” e de “qualificação” profissional e pessoal, e também com tendências relacionais no campo filo-religioso, em detrimento da compreensão do que seja seu atual papel em sociedade e também sua possível contraposição, no âmbito da militância política, como podemos observar na Introdução.

A autora segue discutindo as atribuições profissionais do assistente social, as quais devem ser objeto de qualificação e aprimoramento constante. Cita a realização de pesquisas e projetos para o conhecimento do modo de reprodução vida, de trabalho e de cultura da população atendida, buscando situá-las no âmbito do enfrentamento das expressões da questão social, pertinentes a estas realidades. Resignificar este conhecimento aos sujeitos sociais, para que possam construir consciência crítica acerca das possibilidades e oportunidades de enfrentamento desta realidade de forma crescente de qualidade democrática, participativa e política. (IAMAMOTO, 2007, p.198-200)

E analisando a desresponsabilização social do Estado e o fomento ao “terceiro setor”, Marilda V. Iamamoto situa a tendência ideo-política das investidas do capital financeiro na atuação do Estado e da “sociedade civil” no que concerne o entendimento da questão social.

O conceito de “terceiro setor” é cunhado para diferenciar do Estado (primeiro setor) e do mercado (segundo setor) as proposituras da “sociedade civil” em torno do conjunto de iniciativas de enfrentamento da questão social. Nesse sentido, a questão social sai do âmbito das relações capital-trabalho e suas expressões são compreendidas agora de forma naturalizada às antigas situações onde o “estado nunca deu conta”.

No arcabouço da concepção do “terceiro setor” se encontram as tradicionais entidades sociais (de origem religiosa ou não), as organizações e movimentos populares de vários matizes políticos e cívicos, e as recentes iniciativas empresariais sob um sub-conceito falso idealista de “responsabilidade social”²⁴. Portanto, “sociedade civil” e “terceiro setor” seriam indissociáveis, no entanto, não-políticos. Ficando os partidos políticos e os sindicatos subjugados a uma nova forma de lidar com a questão social pela via dos “laços de solidariedade”, onde a cidadania é ressignificada em nível precário de promoção do “bem comum” e do voluntariado²⁵.

Ainda sobre a noção de “sociedade civil”, Iamamoto se aporta em Acanda para discutir a utilização deste conceito nas várias investidas políticas, mundo afora. Nisto, a “sociedade civil” para a direita neoconservadora seria a conjectura social que substituiria o Estado “que não faz” pela solidariedade que “não deixa de fazer sua parte”. Em outro âmbito, as pessoas que defendiam uma abertura democrática dos países comunistas autoritários no Leste Europeu também usavam o termo para se diferenciarem do totalitarismo e também a esquerda latino-americana das décadas de 1970 e 1980. Usou-se o conceito para aglutinar os sujeitos nas lutas para o protagonismo social contra a repressão do estado militar. Sobretudo, a concepção neoliberal deste conceito é a que permanece no cotidiano cultural, por favorecer em larga escala “o projeto político de enfraquecimento do Estado social e para disfarçar o caráter de classe de muitos conflitos sociais” (IAMAMOTO, 2007, p.204-205).

Visualizando o assistente social neste contexto, a autora localiza o profissional no dilema de originalmente poder intencionalizar suas atribuições e ações vinculadas ao interesse público, mas contraditoriamente ser subordinado a reproduzir intenções de interesse privado no campo do “terceiro setor”, aspecto amplamente marcante nestas proposituras, somado à tendência de desinteresse

²⁴ Para aprofundamento da crítica ao “terceiro setor”, ver o trabalho de Montaño (2002).

sobre concepções críticas do que seja política pública pelos que postulam ser assistentes sociais. Aqui, a tendência que se aponta é de mercantilização do atendimento às “necessidades sociais”, onde o que passa a ser referência em direito é o do *consumidor*, dinamizando o conceito de “responsabilidade social” das empresas e do capital financeiro.

Ora, deixemos algumas questões: *De que responsabilidade se fala em relação às empresas? Seria aquela pautada em lei, da qual os impostos e tributos lhe são recolhidos para custeio e manutenção de um Estado Social? Ou de outra responsabilidade, a de que o mercado se encaminha em financiar, via fundos públicos. A manutenção do status quo, convertendo as empresas em grandes conglomerados de capital financeiro e internacional, em detrimento de uma atuação política responsável e na defesa da destinação destes fundos ao custeio adequado da proteção social que ele mesmo faz necessitar?* Certamente, nesse sentido, ficaríamos perto do delírio ao pensar na categoria empresarial abarcando proposituras – ainda que inspiradas na revolução burguesa – de equidade e justiça social na atual sociedade brasileira capitalista.

Os assistentes sociais, segundo Marilda V. Iamamoto, por estarem historicamente inseridos na atuação em várias formas de expressão da questão social, são portadores de competências específicas que podem (e devem) se tornar referência no trato das políticas sociais. E habilidades políticas em mediar a prerrogativa pública do direito social com a concepção de (compra e venda) de políticas sociais, podem ser marcantes para o enfrentamento desta última no cotidiano. A esse aspecto, a autora sinaliza que os assistentes sociais estão sendo chamados a atuar no campo da formulação e avaliação de políticas públicas, indo além da primária concepção de “executor terminal de políticas sociais” como afirmava José Paulo Netto. Outras competências são postas à realidade nos campos da consultoria e assessoria, onde se costuma aglutinar longa experiência profissional (IAMAMOTO, 2007, p.206-208).

Em suma, urge decodificar o projeto ético-político do Serviço Social, no sentido de situá-lo como diretriz possível de consolidação da profissão no campo das políticas sociais brasileiras e sul-americanas. Espaço geopolítico marcado historicamente pelas influências sócio-culturais vinculadas ao que mais atrasado socialmente se pode conceber a questão social, onde é possível ressaltar a cultura

historicamente exploradora das relações do império colonial e o disciplinamento tutelador e linear do catolicismo conservador do início do século XX.

1.2 VOLUNTARIADO: CARIDADE E TRABALHO

1.2.1 Voluntariado e projetos societários

Como já mencionamos esta dissertação não pretende esgotar ou direcionar o debate sobre o voluntariado, bem como não irá delimitar a tipologia do voluntariado nos vários contextos sociais onde é encontrado.

Pelo fato de escolhermos o enfoque das mediações de valores em face da propositura de ser “trabalhador” voluntário, não poderíamos perder de vista a implicação deste processo na reprodução social mais ampla, ou seja, nas bases de valores, que comportam o voluntariado, em face da manutenção de um determinado projeto de sociedade.

Em se tratando de uma sociedade que se fundamenta sob a lógica da acumulação de capital, os valores que permeiam remetem, como já dissemos, na exploração da classe que não acumula capital: a classe trabalhadora.

Após o avanço do neoliberalismo e do capital financeiro, como eixos diretivos do capitalismo, a partir da década de 1990, passaram a pulular teses de que o trabalho estaria deixando de ser a centralidade do homem. Bem como a idéia de que as classes sociais estariam se dissolvendo, em decorrência das complexas modificações impostas às condições de trabalho por esta conjuntura. O autor apresenta o debate teórico desta linha de pensamento propondo, portanto, como concepção crítica da mesma, a denominação atual da categoria classe trabalhadora como “*classe-que-vive-do-trabalho*” (ANTUNES, 2009, p.101).

Antunes fundamenta tal categoria, afirmando que a classe trabalhadora realmente sofreu metamorfoses em decorrência dos rebatimentos da reestruturação produtiva inaugurada em tal época, porém, defende que as condições contemporâneas que circunscrevem o trabalho e a classe trabalhadora, não contemplam somente a figura do **trabalhador produtivo**, ou seja, aquele que no entendimento marxiano produz diretamente mais-valia no processo de valorizar o capital, mas também compõe o **trabalhador improdutivo** como aquele

[...] cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais-valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc. [...] Uma noção ampliada de classe trabalhadora [...] incorpora o proletariado precarizado [...], além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho [...]. (ANTUNES, 2009, p.101-104)

O autor segue ainda fundamentando a composição da classe-que-vive-do-trabalho, citando a expansão do trabalho no chamado “terceiro setor”, o mais importante nicho captador de “trabalho voluntário”²⁶ que, no seu entendimento, se estrutura com base numa forma alternativa de ocupação que tem o “trabalho voluntário” como ápice de valor sócio-ocupacional, ainda que se posicione como importantes limitações em repor os postos de trabalho nas políticas sociais, que se esfacelaram em decorrência da forma moderna de organização do capital (ANTUNES, 2009, p.112).

Neste sentido, podemos situar o “voluntariado” como fomentador precário de valores éticos importantes como a solidariedade, ainda que compondo, na esteira do “terceiro setor”,

[...] um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. **Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e, portanto positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação.** Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados. (ANTUNES, 2009, p.113, grifo nosso)

²⁶ Ver o trabalho de Landim e Scalon (2000) para conhecer o mapeamento do voluntariado no Brasil, bem como seus desdobramentos e estratificações sociais.

Contudo, ao invés de potencializar atividades que pudessem oferecer claros indicativos de transformação social como, por exemplo, a cidadania política, o “voluntariado” se coloca como uma **nova roupagem mistificadora** que, ao fim e ao cabo, passam a dar legitimidade mais digerível à lógica destrutiva do capital.

Neste sentido, e imbricando este entendimento com a problematização que fizemos no item 1.1, onde o “trabalho voluntário” não é algo híbrido socialmente, mas que compõe as relações sociais. Sendo determinado pelas reproduções no cotidiano social de uma sociedade capitalista, podemos compreender que reproduzir o “trabalho voluntário” implica, absolutamente, em reafirmar a precariedade do trabalho assalariado.

E sob ótica do teórico espanhol Barreiro Carballal,

El voluntariado funciona, de esta manera, como una ampliación de las actividades de los actores del mercado, viéndose sometido a los criterios de organización económica y empresarial. La vinculación entre empresas y organizaciones de voluntariado, incluso a efectos publicitarios, responde a este modelo, que probablemente sea el hegemónico en las sociedades occidentales. En ellas se está configurando un auténtico mercado de la solidaridad, acrítico y profundamente enraizado en el sistema de economía de mercado. (CARBALLAL, 2009, p.237)

Portanto, o trabalhador, na medida em que produz abdicando de vender sua força de trabalho, lança socialmente uma postura ética que se conforma com a lógica de exploração do capital, onde o trabalho se constitui em formas

[...] que freqüentemente mascaram a superexploração e mesmo autoexploração, como o ‘empreendedorismo’, as falsas ‘cooperativas’, os trabalhos ‘voluntários’, exigidos pelo mercado de trabalho de modo compulsório, visto que se trata de requisito “obrigatório” na difícil busca por novos empregos, pois ninguém mais consegue um emprego se seu curriculum não acusar a realização de ‘trabalho voluntário. (ANTUNES, 2009)

Neste sentido, o “trabalho voluntário” sendo fomentado ideologicamente sob os pressupostos históricos da caridade (CAMURÇA, 2005) se coloca a partir de uma constituição de valores que referendam a **desumanização do homem** ao retirar deste, nesta relação, não somente a mais-valia, mas sua própria capacidade básica de ser livre a partir do fundamento do trabalho, de forma tal que

[...] o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. [...] sob o capitalismo, o trabalhador repudia o trabalho; não se satisfaz, mas se degrada, não se reconhece, mas se nega. [...] O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas compulsório, trabalho forçado. (ANTUNES, 1992)

Aqui, a etimologia do voluntariado, já não faz sentido algum de modo que, mesmo num aspecto de alienação, um trabalhador que se coloca como voluntário não exercita a sua liberdade na conformação de tais valores. Mas os reifica sob a vã pretensão de angariar condições ético-políticas, frente ao mercado de trabalho. Trata-se de um movimento que considero inócuo sob a perspectiva de uma ética emancipadora constante nas premissas do Código de Ética dos Assistentes Sociais.

Entretanto, é importante considerar que o “trabalho voluntário” não é experiência exclusiva das sociedades baseadas no capitalismo, bem como não é exclusividade a sua mediação com valores vinculados ao liberalismo e neoliberalismo.

Ao assinar, a introdução e tradução de publicação de cartas que o guerrilheiro argentino Ernesto Guevara (Che Guevara) enviava a seus amigos de luta, Emir Sader destaca que a comunicação do então revolucionário, em Cuba, visava publicizar a necessidade de se construir um projeto societário socialista. O eixo central era a suplantação de valores sociais vinculados ao histórico de exploração estadunidense, bem como das prerrogativas socioeconômicas liberais, tendo como principal eixo construtor o trabalho como atividade livre e emancipadora do “*homem novo*” a ser transformado (GUEVARA, 1989).

Tais preceitos foram fundantes, tanto da ação revolucionária de 1959 quanto no desmantelamento do estado neocolonial para a construção de uma sociedade socialista, onde a construção desse “*homem novo*” está para Che intrinsecamente

[...] ligada à edificação de uma nova sociedade – solidária, sem exploração nem dominação, de homens livres e emancipados [...]. A ética, como normas, como princípios de conduta individual e de organização social; a economia, como critérios de resolução humanista da reconstrução da base material, para que ela deixe de ser instrumento de dominação do homem pelo capital, para ser alavanca de transformação do mundo conforme seus desígnios; o internacionalismo, por que o socialismo só pode se concretizar como projeto universal, como resposta mundial à internacionalização da dominação

capitalista através da divisão do mundo entre as grandes potências, pelo imperialismo. (SADER,1989, p.14)

Em comprovação de objetivação das proposituras, o autor frisa que Che, enquanto ministro responsável pela economia socialista planificada, viajou pelo mundo debatendo os modelos econômicos a serem adotados pelos países socialistas, de modo que sua concepção de gestão socioeconômica incluía além da supressão do valor monetário como referência afiançadora dos valores e das relações sociais, um tipo de “horizontalização em rede” das empresas estatais (tanto de produção quanto de comércio) onde o capital obrigatoriamente não poderia ser concentrado ou acumulado, sendo redistribuído a partir do monitoramento planificado das necessidades coletivas da sociedade cubana.

Este sistema vigorou com sucesso na sociedade cubana durante até os anos de 1970, proporcionando bases consideráveis de cooperação coletiva e igualdade social durante a construção da sociedade socialista. Todavia, o fundamento de cotidiano neste projeto societário era centrado em uma dimensão ética, que primava por valores caros à humanidade. Entretanto, vinculadas ao devir socialista, como a solidariedade, a associação voluntária, o desapego material e a manutenção da vida derivada diretamente do produto do trabalho e não da exploração do mesmo.

O fomento em reprodução social desta mediação de valores, tendo o trabalho como seu eixo central, se dava por meio de “incentivos morais” ao trabalho onde o trabalhador, além de ser recompensado de forma material (subsistência básica) e imaterial (acesso universal à educação e formação laboral de qualidade) podia ser condecorado publicamente, em âmbito político ou profissional, em resposta a atitudes e realizações laborais dignas de vanguarda na construção objetiva deste projeto societário, onde o ápice de tais atitudes não raro faziam menção à produções oriundas do **trabalho voluntário**, onde

[...] através dele, por sua própria decisão, parcelas da sociedade entregam trabalho grátis a ela, tanto como reconhecimento pelo que ela lhes propicia quanto como forma desapegada dos valores materiais, de contribuir para a construção do socialismo [...]. Nas campanhas pelo trabalho voluntário, o Che dedicou grandes esforços: no convencimento do povo e no exemplo concreto do qual sempre esteve na primeira fila. (SADER,1989, p.17)

Até os dias de hoje, guardando as evidentes proporções sócio-políticas, aquele país ainda mantém tais programas de voluntariado, como podemos ver nas manchetes compiladas da mídia eletrônica cubana:

Nueva jornada nacional de trabajo voluntario.

Será el próximo domingo 27 de septiembre.

Iliana Hautrive.

Una jornada nacional de trabajo voluntario está convocada para el próximo 27 de septiembre, con motivo del aniversario 49 de la constitución de los Comités de Defensa de la Revolución.

Con la participación de trabajadores, cederistas, estudiantes y jóvenes, la movilización se enmarca en la Jornada Nacional de Esfuerzo Productivo iniciada el 22 de noviembre último en ocasión del aniversario 50 del primer trabajo voluntario protagonizado por el Guerrillero Heroico, Ernesto Che Guevara, en el Caney de las Mercedes.

El venidero domingo se continuará brindando un importante aporte a la recuperación del país, en lo fundamental en la producción de alimentos, la reforestación, labores de saneamiento e higienización en centros de trabajo, estudiantiles, comunidades y ciudades; tareas constructivas y toda otra labor que se considere útil.

Especial atención tendrá la limpieza, el embellecimiento y adorno de cada cuadra. Esta jornada es convocada por la Central de Trabajadores de Cuba, los Comités de Defensa de la Revolución y la Unión de Jóvenes Comunistas.²⁷

Ou,

Gran movilización productiva honra el primer trabajo voluntario convocado por el Che.

El llamado a la cita lo realizan la CTC y la UJC, con el interés especial de apoyar la producción de alimentos.

Tomado de Juventud Rebelde.

Una jornada nacional de trabajo voluntario tendrá lugar este 22 de noviembre, en ocasión del aniversario 49 del primer evento de este tipo que se realizó en nuestro país ese día de 1959, convocado por el Che. El llamado a la cita lo realizan la CTC y la UJC, con el interés especial de apoyar la producción de alimentos, y marca el comienzo de una jornada nacional que se extenderá hasta el 22 de noviembre del 2009, cuando se conmemorará el aniversario 50 del primer trabajo voluntario. La movilización se extiende a todos los municipios, a estudiantes, trabajadores y campesinos, en las labores que demanda la recuperación del país, como la agricultura, la

²⁷ TRABAJADORES. Órgano de la Central de Trabajadores de Cuba. **Nueva jornada nacional de trabajo voluntario.** 22/09/2009. Disponible em: <<http://www.trabajadores.cu/news/2009/9/22/xnueva-jornada-nacional-de-trabajo-voluntario/?searchterm=voluntario>>. Acesso em: 25 set. 2009.

reparación de viviendas y la preparación de la venidera zafra azucarera.

Recientemente, el Buró Nacional de la UJC convocó a una jornada de esfuerzo decisivo de la juventud cubana que se extenderá hasta el 8 de enero, con la motivación especial de celebrar los 50 años del triunfo de la Revolución.

Levantamiento general en las FAPI. Un levantamiento productivo general de trabajo voluntario realizaron este viernes los integrantes de las Fuerzas de Acción Pioneril (FAPI), en respuesta a una convocatoria de la Organización de Pioneros José Martí.

La movilización se efectuó también en recordación del primer trabajo voluntario realizado por el Che, en El Caney de Las Mercedes, antigua provincia de Oriente.

Rafael Bruceta Leyva, funcionario de la presidencia nacional de la organización, expresó que los estudiantes laboraron en el apoyo de la recuperación de la agricultura, especialmente en el aprovechamiento de las tierras para huertos escolares y organopónicos, una de sus tareas para los próximos meses. Agregó que los pioneros contribuyen a la reforestación del país con la siembra de árboles en los planteles y áreas colindantes. En la escuela primaria Calixto García y en la ESBU Pepito Mendoza, de Ciudad de La Habana, los pioneros trabajaron, además, en la limpieza y embellecimiento de las áreas, así como apoyaron las labores relacionadas con la recuperación agrícola y la reforestación en áreas de sus escuelas.²⁸

Ou ainda,

Jornada nacional de trabajo voluntário.

La movilización estará dirigida en lo fundamental a impulsar el programa de producción de alimentos y de materiales de construcción y la edificación de viviendas.

GMD.

La Central de Trabajadores de Cuba (CTC) convoca a una jornada nacional de trabajo voluntario para el próximo domingo día 20, como homenaje a los aniversarios 50 del triunfo de la Revolución y 70 de la fundación de esa organización sindical. La movilización estará dirigida en lo fundamental a impulsar el programa de producción de alimentos y de materiales de construcción y la edificación de viviendas; además, la higienización y limpieza en los centros laborales. El Secretariado Nacional de la Central de Trabajadores de Cuba orienta a todos los sindicatos que las tareas se realicen donde sean verdaderamente útiles —en correspondencia con las condiciones y urgencias de cada lugar— y convocar solo al personal estrictamente necesario.

²⁸ TRABAJADORES. Órgano de la Central de Trabajadores de Cuba. **Gran movilización productiva honra el primer trabajo voluntario convocado por el Che.** 22/11/2008. Disponible em: <<http://www.trabajadores.cu/news/2008/11/22/gran-movilizacion-productiva-honra-el-primer-trabajo-voluntario-convocado-por-el-che/?searchterm=voluntario>>. Acesso em: 20 set. 2009.

Este año la campaña nacional de trabajo voluntario comenzó en abril con una movilización en homenaje al Primero de Mayo y se extenderá hasta enero del 2009, por lo que aún restan las jornadas por el 26 de Julio, 22 de noviembre — en el aniversario 49 del primer trabajo voluntario en Cuba convocado por el Comandante Ernesto Che Guevara — y el 28 de enero en evocación de la fundación de la CTC.²⁹

Neste sentido, é concreta a experiência de “trabalho voluntário” em projeto societário diferente do capitalista de modo que, segundo o próprio Che, era feito

[...] todo o possível para dar ao trabalho esta nova categoria de dever social e uni-lo, por um lado, ao desenvolvimento da técnica, o que dará condições para uma maior liberdade, e, por outro lado, ao trabalho voluntário, baseados na apreciação marxista de que o homem realmente alcança sua plena condição humana quando produz sem a compulsão da necessidade física de vender-se como mercadoria. (GUEVARA, 1989, p.31)

Voltando às cargas da contemporaneidade do capital, ao analisar o voluntariado no âmbito do vigente modo do setor empresarial lidar com a questão social: a Responsabilidade Social Empresarial - RSE, Silvana Aparecida de Souza (s/d) destaca que tal modo de relação social tem o voluntariado como importante instrumento de manutenção da concorrência de mercado e da reputação da imagem das empresas perante a sociedade.

Na esteira da velocidade da informação e, portanto, diante da necessidade de acúmulo rápido de capital, o setor empresarial aposta em uma estratégia de *marketing* que agrega ora os produtos da empresa em vinculação direta com seu apoio “beneficente” ou vice-versa. Ou seja, os produtos de instituições beneficentes são ofertados a partir de uma publicidade que compõem não só o vínculo de “parceiro” da empresa, bem como ressaltando que os funcionários destas são voluntários naquelas. Por sua vez, o funcionário é levado ao contexto cotidiano de que sua atitude (mesmo que muitas vezes movida por coerção interna, pelas relações assimétricas) vai gerar não só mais lucro para empresa, mas também visibilidade para ela e para si, enquanto “colaborador” voluntário das “causas solidárias” desta.

²⁹ TRABAJADORES. Órgano de la Central de Trabajadores de Cuba. **Jornada nacional de trabajo voluntario**. 14/07/2008. Disponível em: <<http://www.trabajadores.cu/news/2008/7/14/jornada-nacional-de-trabajo-voluntario/?searchterm=voluntario>>. Acesso em: 20 set. 2009.

Portanto o voluntariado, vinculado aqui ao valor da solidariedade e ao de livre competição do mercado do capital, é reificado e coisificado ao *status* de mercadoria, passando “*de valor social para um valor de mercado para o mercado*” (SOUZA, s/d, p.10).

Contudo, a explicitação dos fundamentos principais que se acoplam à iniciativa do “trabalho voluntário”, tanto em projeto societário capitalista quanto em outro fomentador de valores antagônicos a este – como no exemplo de Guevara –, expõe mais uma vez que a propositura ética do voluntariado não é híbrida, mas diretamente condicionada ao processo histórico de mediação de valores que compõe a constituição e a manutenção de um projeto societário. Ou como Souza diria, parafraseando a compreensão de superestrutura em Marx³⁰,

O trabalho voluntário é trabalho voluntário. Apenas em determinadas condições ele aumenta a possibilidade da realização monetária da mais-valia na circulação, diante da concorrência. (SOUZA, s/d, p.13)

Trata-se de conjunturas que não prescindem do uso, ora mais ora menos indiscriminado, de valores caros à humanidade como justificativa moral, no escopo de legitimar a si mesmas, na maioria das vezes em detrimento dos interesses sociais coletivos.

No interior deste âmbito ético-moral, especificamente de uma sociedade capitalista, podemos mencionar várias formas de manifestação de valores, tendo como exemplos, a solidariedade, a caridade, a filantropia, a benemerência. Elas remetem ao apelo acrítico em favor da “amenização” da questão social, mediante o exercício de tais valores com características massificadas de forma híbrida. Para ressaltar o foco deste estudo, exploraremos em análise o valor moral da caridade.

1.2.2 O valor da caridade e o voluntariado contemporâneo

Conforme apontamos na introdução, a opção por discutir a *caridade cristã* como valor moral e categoria da ética, essa tem por embasamento a constatação histórica de que é esta normativa moral que fundamentou as primeiras

³⁰ A frase referida é : “Um negro é um negro. Apenas dentro de determinadas condições ele se torna um escravo. Uma máquina de fiar algodão é uma máquina de fiar algodão. Ela se transforma em capital apenas em condições determinadas.” (MARX, s/d, p.69)

manifestações de “trabalho voluntário” organizado no Brasil, a partir das iniciativas políticos-institucionais da Igreja Católica a iniciarem nos limiares da chamada “Primeira República”, ao final do século XIX.

Vimos também, que tal empreitada social do catolicismo gerou as protoformas do Serviço Social. A partir de um destacamento especial de cristãos, aptos moralmente em recristianizar a sociedade, pela via do proletariado, constituindo um perfil de apostolado religioso – portanto voluntário – que mais tarde iria se conformar na gênese do Serviço Social como profissão.

Todavia, neste ponto queremos focar em uma breve análise sócio-histórica do fomento da caridade como “combustível” principal que moveu não só o catolicismo a se desenvolver a partir de iniciativas de ação social, mas também o espiritismo e o protestantismo. Estas duas últimas formas de cristianismo e suas relações com o Serviço Social foram rigorosamente estudadas por Simões (2005), de forma que mesmo considerando sua relevância, não será foco central no debate sobre a caridade e Serviço Social proposto nesta dissertação³¹. É considerando que a *face católica da caridade cristã* colaborou de forma mais marcante com a sedimentação do conservadorismo na cultura brasileira e, em desdobramento sócio-histórico, inspirou o desenvolvimento do Serviço Social neste país, que passamos a expor em alguns apontamentos pertinentes ao nosso escopo acadêmico.

As Ciências Sociais é *lócus* principal, onde é depositado e desenvolvido, com profundidade, estudos sobre a religião e a religiosidade, como produtos sociais e históricos, bem como existem vertentes específicas do campo da História que colaboram na exploração das conjecturas em tela. Neste sentido, desde nossa pesquisa desenvolvida com alunos (2007), permanecemos pesquisando trabalhos que pudessem oferecer subsídios a esta discussão em caráter epistemológico mais próximo possível das competências acadêmicas desenvolvidas pelo Serviço Social e a abordagem mais pertinente continua sendo a de Marcelo Ayres Camurça.

Nisto, optamos por corroborar com a afirmação de Camurça (2005) de que o voluntariado contemporâneo é produto reificado da

³¹ No capítulo 2, mais adiante, as instituições controladas pelo protestantismo e o espiritismo e recrutadoras de assistentes sociais voluntários serão alvo da pesquisa de campo com o objetivo de investigar possíveis congruências em relação ao objetivo principal da pesquisa, no sentido de oferecer bases de referências para novos estudos.

[...] história “submersa” da “caridade” no Brasil, marcada pelo donativo pessoalizado, baseado em valores cristãos e centrado em relações de reciprocidade e redes religiosas, hoje emerge adquirindo visibilidade e combinando-se com programas governamentais e empresariais, em meio a transformações recentes nas articulações que visam a constituição de uma ‘sociedade civil. (CAMURÇA, 2005, p.45)

E mais especificamente no âmbito do Serviço Social, o autor oferece interessantes informações que apontam indiretamente para a elucidação das reproduções sociais da profissão em mediação histórica com a caridade como pressuposto ético.

Em seu estudo anterior, onde afirma que “a *prática da caridade do catolicismo brasileiro inicia-se no período colonial trazida pelas corporações medievais*” (CAMURÇA, 2001, p.136), Camurça situa, que tal base moral foi desenvolvida de forma mais organizada na sociedade brasileira a partir dos limiares históricos da Proclamação da República, onde a Igreja Católica vê suas influências políticas e culturais serem ameaçadas pelas proposituras de um Estado Laico republicano, restringindo amplamente sua influencia no cotidiano do poder geopolítico³².

Trata-se de um momento, onde as determinações históricas do pluralismo religioso e da secularização da cultura lançam as instituições religiosas ao desafio de “reconquistar” seus fiéis, os quais não mais estavam restritos a pensamento único, imposto pela Igreja às sociedades tradicionais. As mesmas, praticavam a caridade via instituições católicas denominadas de *Irmandades e Ordens Terceiras*, como as Santas Casas de Misericórdia, as Confrarias Vicentinas, etc., que “acolhiam” na sociedade pessoas que não se “adaptavam” aos pressupostos morais de sociabilidade da época como os recém-nascidos enjeitados, as prostitutas velhas, os negros doentes ou sem amparo para alforria, as crianças órfãs, dentre outras demandas sociais.

A conjuntura societária entre a “República Velha” e o “Estado Novo” se conformava às protoformas da questão social então germinante, sob a diversificação em expansão do capitalismo liberal, onde a sociedade assistia ao vertiginoso crescimento da pobreza na população oriunda destes contextos. Ou seja, proletários pouco qualificados e negros classificados à “vadiagem”, após a abolição da

³² Tal teorização é complementar ao que desenvolvemos nos itens 1.1.2 e 1.1.3.

escravatura. Tal população, segundo Camurça, foi alvo da investida católica denominada de “*Romanização*”, ou seja, o realinhamento vertical da Igreja Católica no Brasil e no mundo aos ditames do Vaticano recém instrumentalizado pela Encíclica *Rerum Novarum* de 1891, documento que inaugura a Doutrina Social da Igreja (CAMURÇA, 2001, p.136).

Mas não é só no aspecto político que se rebate em preocupações para a Igreja Católica. A disputa também ocorre no campo ideológico, tanto frente ao Estado que impunha as então efervescentes premissas do positivismo anti-clerical quanto frente a outras manifestações religiosas, tendo o Espiritismo Kardecista como exemplo estudado por Camurça (2001). Ambas, as denominações do cristianismo buscaram assentar suas influências sociais no desenvolvimento de atividades assistenciais, acentuando importantes conflitos ideológicos no cotidiano litúrgico, em torno da luta pela legitimidade das intervenções baseadas na caridade .E, segundo o autor, este contexto impulsionou tanto a Igreja quanto o Espiritismo, na ampliação organizada da evangelização assistencial dos pobres, via ação de parcela da elite social aliada a propósitos religiosos (2001, p.136-141). Aqui, é possível relacionar o tempo histórico em consonância às intervenções da Ação Católica e do Bloco Católico que engendrou as bases sócio-políticas do Serviço Social (CARVALHO, IAMAMOTO, 2008, p.125-165).

Este breve recorte histórico quer fundamentar, contudo, o contexto da reiteração contemporânea da caridade cristã católica, agora sob os auspícios do atual papa Bento XVI (Joseph Ratzinger), bem como relacionar este debate especificamente em face das heranças que o Serviço Social herdou do voluntariado baseado na ética da caridade. Tal abordagem não tem, em absoluto, intenções teológicas, bem como se restringe no livre debate ético sobre o desenvolvimento social de valores morais.

Ainda no exercício político-ideológico da reprodução em escala mundial das Encíclicas Papais – documento o qual circula rapidamente e tem primazia na evangelização cotidiana dos católicos no mundo –, o atual pontificado católico parece tentar resgatar a hegemonia ético-moral da encíclica *Rerum Novarum* e do compêndio da Doutrina Social da Igreja em tempos de capital fetiche (IAMAMOTO, 2007). Na sua segunda encíclica, o atual chefe supremo do catolicismo discute a caridade com nítido tom maniqueísta, utilizando aforismos que parecem sugerir um

novo *aggiornamento* entre capital e trabalho, pautado na “correta” apreensão do que seja a caridade em sociedade.

O documento inicia vinculando o significado legítimo da caridade com a “verdade”, a qual é a existência de “Cristo”. A caridade, portanto, seria o eixo central da Doutrina Social da Igreja, onde qualquer relação entre humanos que evoquem a solidariedade, a justiça, a política e a economia, deve remeter os resultados tão somente à glória de “Deus”, onde diz o papa ser ciente

[...] dos desvios e esvaziamento de sentido que a caridade não cessa de enfrentar com o risco, daí resultante, de ser mal entendida, de excluí-la da vida ética e, em todo o caso, de impedir a sua correta valorização. (BENTO XVI, 2009, n.1-2)

Apela a um tipo de racionalidade que daria sentido “concreto” à caridade em sociedade, sem influências de um suposto sentimentalismo baseado na ausência relacional de tal “verdade”, isto é, a razão é a fé no sobrenatural e tal conduta daria sentido “verdadeiro” à caridade. Aqui, as determinações culturais e históricas são, para o papa, categorias “ultrapassáveis” pela “verdade”, a qual fecunda a caridade como elemento “*indispensável*” na construção do que chama de “*desenvolvimento humano integral*” (BENTO XVI, 2009, n.3-4).

Numa possível tentativa de “repaginação” da Doutrina Social da Igreja, o papa ressalta que a caridade é “*a proclamação da verdade do amor de Cristo na sociedade; é serviço da caridade, mas na verdade*”, porém, as iniciativas de enfrentamento à questão social

[...] necessitam que tal verdade seja amada e testemunhada. Sem verdade, sem confiança e amor pelo que é verdadeiro, não há consciência e responsabilidade social, e a actividade social acaba à mercê de interesses privados e lógicas de poder, com efeitos desagregadores na sociedade, sobretudo numa sociedade em vias de globalização que atravessa momentos difíceis como os actuais. (BENTO XVI, 2009, n.4-5)

Relacionando as mediações entre justiça e caridade, o papa insere a primeira como dependente da segunda, ou seja, mesmo sem haver o critério de justiça, a caridade daria sentido pleno a este ato, o qual é mais pleno do que a concretização de direitos sociais. E como para ele o objetivo da caridade é o “*bem comum*”, tal propositura ética alcançaria este objetivo, pois

[...] quando o empenho pelo bem comum é animado pela caridade, tem uma valência superior à do empenho simplesmente secular e político. Aquele, como todo o empenho pela justiça, inscreve-se no testemunho da caridade divina que, agindo no tempo, prepara o eterno. (BENTO XVI, 2009, n.5-7)

Mesmo afirmando que a propositura da Igreja não é inserir-se no debate geopolítico sobre a eficácia das políticas sociais, o papa deprecia a concepção laica que orienta a formulação das políticas sociais na contemporaneidade, em favor de um maniqueísmo absolutamente circunscrito pela fé cristã, e pautada pela “verdade” da Doutrina Social da Igreja a qual

[...] para a Igreja, esta missão ao serviço da verdade é irrenunciável. A sua doutrina social é um momento singular deste anúncio: é serviço à verdade que liberta. Aberta à verdade, qualquer que seja o saber donde provenha, a doutrina social da Igreja acolhe-a, compõe numa unidade os fragmentos em que frequentemente a encontra, e serve-lhe de medianeira na vida sempre nova da sociedade dos homens e dos povos. (BENTO XVI, 2009, n.7-9)

Vinculando de forma imediata a humanização do homem à verdade da fé, o papa afirma que as conhecidas iniciativas institucionais de desenvolvimento humano não lograram êxito, porque lhes faltaram a “vocação” de se conceber o desenvolvimento de forma apartada de uma visão transcendente da pessoa. Fundamento que seria a base do tal “*desenvolvimento humano integral*” (BENTO XVI, 2009, n.10-12). Todavia, sem citar fontes, o papa critica a influência ideológica, do que chama de “*utopias e ideologias negativas*” que, além de contradizer o testemunho da *Rerum Novarum*, inserem o homem num tipo de “absolutismo científico”. Cindindo o homem, retirando o evangelho de sua vida ética, pondo obstáculos ao seu “*desenvolvimento integral*”, ou seja, a integralidade humana só é crível com a composição da fé cristã (BENTO XVI, 2009, n.13-16).

Encerrando sua discussão sobre os “fundamentos” do desenvolvimento humano, o papa reitera a vinculação entre “*desenvolvimento humano integral*” e a fé cristã onde, fomentada pela caridade, o homem

[...] não pode deixar de se abrir à vocação divina para realizar o próprio desenvolvimento. A verdade do desenvolvimento consiste na sua integralidade: se não é desenvolvimento do homem todo e de todo o homem, não é verdadeiro

desenvolvimento[...]. O desenvolvimento humano integral no plano natural, enquanto resposta a uma vocação de Deus criador, procura a própria autenticação num humanismo transcendente, que leva [o homem] a atingir a sua maior plenitude: tal é a finalidade suprema do desenvolvimento pessoal. (BENTO XVI, 2009, n.16-20)

Discutindo, agora, os modelos de desenvolvimento social da contemporaneidade, o papa ressalta a necessidade de se retomar os pressupostos da *Rerum Novarum* no sentido de melhor “equalizar” as necessidades dos trabalhadores e das políticas sociais voltadas aos fatores depreciativos causados pela organização atual da economia capitalista, a qual fragilizou principalmente a eficácia das políticas de seguridade social, onde

A exclusão do trabalho por muito tempo ou então uma prolongada dependência da assistência pública ou privada corroem a liberdade e a criatividade da pessoa e as suas relações familiares e sociais, causando enormes sofrimentos a nível psicológico e espiritual. (BENTO XVI, 2009, n.21-25)

Debatendo problemáticas que considera importantes, o papa elenca o “ecletismo cultural”, a “fome e a produção de alimentos”, “a destruição da vida pelo aborto institucional” e o “ateísmo como absolutismo da história e da cultura”, (re)introduzindo a caridade como fomento de todo e qualquer produto científico, pois

[...] a caridade não exclui o saber, antes reclama-o, promove-o e anima-o a partir de dentro. O saber nunca é obra apenas da inteligência; pode, sem dúvida, ser reduzido a cálculo e a experiência, mas se quer ser sapiência capaz de orientar o homem à luz dos princípios primeiros e dos seus fins últimos, deve ser ‘temperado’ com o ‘sal’ da caridade. [...] A caridade não é uma junção posterior, como se fosse um apêndice ao trabalho já concluído das várias disciplinas, mas dialoga com elas desde o início. As exigências do amor não contradizem as da razão. O saber humano é insuficiente e as conclusões das ciências não poderão sozinhas indicar o caminho para o desenvolvimento integral do homem. Sempre é preciso lançar-se mais além: exige-o a caridade na verdade. (BENTO XVI, 2009, n.21-30)

Aqui, a caridade teria também uma função de “*composição interdisciplinar*” entre fé, teologia, metafísica e ciência, num bojo que fundamentaria a já expressa

“integralidade” de desenvolvimento humano, a chave para a solução dos problemas socioeconômicos. (BENTO XVI, 2009, n.29-33)

Analisando os “fracassos” do desenvolvimento econômico em face da responsabilidade da “sociedade civil”, o chefe-de-estado vaticanense os responsabiliza historicamente pela negligência. Ao considerar o “pecado original” como fundamento primordial da constituição humana e parafraseando seu antecessor Karol Wojtyla (João Paulo II), “ignorar que o homem tem uma natureza ferida, inclinada para o mal, dá lugar a graves erros no domínio da educação, da política, da ação social e dos costumes”. Aqui a caridade é colocada como “dom divino” e a “verdade” como uma “imposição divina”, a partir da “iniciativa” de criação divina da sociabilidade.

Sobre o papel do mercado na economia mundializada, o papa retoma a importância de que a Doutrina Social da Igreja pautasse as proposituras de enfrentamento à questão social. Realiza crítica nitidamente dirigida ao conceito de “mão invisível do mercado” de Adam Smith. Assim afirma que o capital não pode arvorar-se em desenvolvimento, contando com parcelas de pobreza, que o legitimem, bem como que políticas econômicas pautadas em tal premissa, não gozam da necessária seraparação do “agir econômico” do “agir político”, pois ambos são “exigencias simultâneas” da caridade e da verdade.

Neste sentido, afirma de forma abstrata sobre a realidade concreta, que no mercado

[...] é preciso que [...] se abram espaços para atividades econômicas realizadas por sujeitos que livremente escolhem configurar o próprio agir segundo princípios diversos do puro lucro, sem por isso renunciar a produzir valor econômico. As numerosas expressões de economia que tiveram origem em iniciativas religiosas e laicas demonstram que isto é concretamente possível. (BENTO XVI, 2009, n.26-37)

Na guisa de satisfação para este debate, que foi proposto neste trabalho, mostra-se impressionante, que mesmo após tecer críticas à primazia do mercado nas relações sociais, o papa assume que a teorização sobre o papel ativo do Estado, contido na encíclica inaugural da Doutrina Social da Igreja (*Rerum Novarum*) se mostra “incompleta para satisfazer as exigências de uma economia plenamente humana”. Com isto, quer fundamentar que o papel da solidariedade dos cidadãos

deve ser enaltecido e alimentado no sentido de se solidificar a “civilização da economia” lançando mão da responsabilidade social das empresas e, inclusive, do **voluntariado**, denominado por ele como “serviço gratuito”, já que

[...] a lógica do mercado e a do Estado se põem de acordo entre si para continuar no monopólio dos respectivos âmbitos de influência, com o passar do tempo definha a solidariedade nas relações entre os cidadãos, a participação e a adesão, o serviço gratuito, que são realidades diversas do ‘dar para ter’, próprio da lógica da transação, e do ‘dar por dever’, próprio da lógica dos comportamentos públicos impostos por lei pelo Estado. A vitória sobre o subdesenvolvimento exige que se atue não só sobre a melhoria das transações fundadas sobre o intercâmbio, nem apenas sobre as transferências das estruturas assistenciais de natureza pública, mas sobretudo sobre a progressiva abertura, em contexto mundial, para formas de atividade econômica caracterizadas por quotas de gratuidade e de comunhão. (BENTO XVI, 2009, n.37-39, grifo nosso)

Tal propositura seria, segundo Ratzinger, guiada pela caridade e pela “verdade”, de modo que o enfrentamento da questão social, ora diuturnamente reclamada pela garantia de direitos ceda espaço ético, para dar mais legitimidade à obrigatoriedade dos deveres, pois “*partilha dos deveres recíprocos mobiliza muito mais do que a mera reivindicação de direitos*” (BENTO XVI, 2009, n.39-41).

1.2.3 O debate do trabalho social voluntário no Brasil

Autores de diversos matizes teórico-metodológicos discutem o voluntariado em face da sociedade capitalista e grande parte deles destaca o valor da *solidariedade* como eixo de direção das proposituras do voluntariado. Porém, como ressalta Landim e Scalón (2000), é somente a partir da década de 1990, na esteira da implementação de políticas neoliberais, delegando obrigações estatais à sociedade civil (MONTAÑO, 1997), que se iniciam debates e produções sobre o voluntariado no Brasil de com escopo, nas palavras das autoras,

[...] quase nada acadêmico e desenvolvido, sobretudo em campo fronteiriço ao das próprias instituições privadas de ação social, de algumas agências governamentais e dos grupos do setor privado que vem criando o novo campo do ‘investimento social empresarial’. (LANDIM, SCALÓN, 2000, p.12)

Confirmamos a informação dos autores ao executar, em meados do mês de abril de 2010, pesquisa livre no *site* Google Acadêmico, a partir de inserção da frase “trabalho voluntário”, no campo “frase exata”, da opção “pesquisa avançada” deste referido meio de busca eletrônica. A iniciativa gerou a oportunidade de acesso acerca de 5.720 links, que vinculam tanto trabalhos acadêmicos onde o tema é abordado quanto, principalmente, o número de citações dos principais debatedores do assunto.

As autoras acima citadas parecem figurar como uma das referências do assunto para a língua portuguesa (mais um critério de busca eletrônica), pois constam 68 citações do seu trabalho “Doações e Trabalho Voluntário no Brasil – uma pesquisa”. Entretanto, quando restringimos o filtro de pesquisa, inserindo ao lado da frase “trabalho voluntário” a frase “Serviço Social”, encontramos cerca de 1.090 possibilidades de acesso a trabalhos que remetem às referências conjuntas entre Serviço Social e “trabalho voluntário”. Em sua maioria, são trabalhos que não vinculam diretamente o “trabalho voluntário” na profissão, mas possibilidades diversas que vão desde breves abordagens sobre o “trabalho voluntário” em contexto do neoliberalismo, até relatos de experiências em empresas e instituições que possuem o setor de Serviço Social.

Mas, quando trocamos a frase “Serviço Social” por “assistente social”, obtivemos apenas 562 possibilidades de acesso mostrando, enfim, alguns trabalhos que vinculam diretamente o exercício profissional com o “trabalho voluntário”. Dentre eles, destacamos como pertinentes para a consideração no âmbito de nossa abordagem os 09 (nove) trabalhos abaixo:

<i>Autor</i>	<i>Nome do Trabalho</i>	<i>Tipo e ano de publicação</i>	<i>Perspectiva de abordagem</i>
Douglas Luciano Lopes Gallo e Celita Salmaso Trelha	Humanizando a Pediatria: Relato de Experiência do Trabalho Voluntário ³³	Artigo científico	Analisa a experiência metodológica de trabalho de instituição médica- pediátrica, onde atua assistente social voluntária.
Eduardo Sérgio Ulrich Pace e Leonardo F. Cruz Basso	Voluntariado, Retorno Social do Investimento e Valor Adicionado ³⁴	Artigo científico	Analisa o retorno financeiro de investimentos empresariais no “terceiro setor”, citando a média salarial do assistente social como base de cálculo do retorno financeiro obtido com o trabalho voluntário.

³³ Cf.: GALLO, Douglas Luciano Lopes; TRELHA, Celita Salmaso. Humanizando a Pediatria: Relato de Experiência do Trabalho Voluntário. **Espaço para a Saúde**. Vol.4, n.1. Londrina: Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva do Paraná, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v4n1/doc/pediatria.doc>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

³⁴ Cf.: PACE, Eduardo Sérgio Ulrich; BASSO, Leonardo F. Cruz. **Voluntariado, Retorno Social do Investimento e Valor Adicionado**. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/004.pdf>>. Acesso em: 15/04/2010.

CONTINUAÇÃO

Ivete Simionatto e Mariana Pfeifer	Responsabilidade Social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania ³⁵	Artigo científico	Cita que o fortalecimento do campo do voluntariado, da solidariedade e das instituições do terceiro setor, precarizam o trabalho do Assistente Social.
Leila Baumgratz Delgado Yacoub e Luiz Cláudio Ribeiro ²	Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social ³⁶	Artigo científico	Cita pesquisa do CRESS 6 ^a Região, de 2004, sobre a inserção do assistente no mercado de trabalho da cidade de Juiz de Fora-MG, a qual não encontrou assistentes sociais voluntários.

³⁵ Cf.: SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. Responsabilidade Social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. **Textos & Contextos**. n.5. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1016/796>>. Acesso em: 15/04/2010.

³⁶ Cf.: YACOUB, Leila Baumgratz Delgado; RIBEIRO, Luiz Cláudio. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. **Revista em Pauta**. n.20. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistaempauta/article/viewFile/165/191>>. Acesso em: 15/04/2010.

CONTINUAÇÃO

Maria de Fátima de Oliveira Andrade, et. al.	Casa Siloé: a história de uma ONG para crianças portadoras de HIV/AIDS ³⁷	Artigo científico	Analisa a experiência metodológica de trabalho de instituição com orientação religiosa católica, onde atua assistente social voluntária.
Pedro Simões	As continuidades do Perfil Profissional ³⁸	Artigo científico	Analisa o perfil profissional dos assistentes sociais do Rio de Janeiro, ressaltando semelhanças com aspectos de influência religiosa dos pioneiros do Serviço Social.

³⁷ Cf.: ANDRADE, Maria de Fátima de Oliveira et. al. Casa Siloé: a história de uma ONG para crianças portadoras de HIV/AIDS. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos**. Vol.14, n.4. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15/04/2010.

³⁸ Cf.: SIMÕES, Pedro. **As continuidades do Perfil Profissional**. Texto apresentado no XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-087.pdf>>. Acesso em: 15/04/2010.

CONTINUAÇÃO

Terezinha de Fátima Rodrigues	Impactos da Desregulamentação do Mercado de Trabalho na Profissão Serviço Social ³⁹	Tese de Doutorado	Cita o trabalho voluntário no Serviço Social como fenômeno integrante da precarização do mercado de trabalho para os assistentes sociais.
Alessandra Medeiros	Voluntariado: Revisitando Antigas Práticas. A Concepção do Voluntário Sobre Sua Ação ⁴⁰	Dissertação de Mestrado	Analisa as concepções que 33 voluntários de organizações de assistência social possuem da ação voluntária a que praticam, concluindo que valores ligados à caridade são ainda determinantes na relação entre executor e receptor de serviços voluntários.

³⁹ Cf.: RODRIGUES, Terezinha de Fátima. **Impactos da Desregulamentação do Mercado de Trabalho na Profissão Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-04-26T09:08:54Z-2992/Publico/SSO%20-%20Terezinha%20de%20Fatima%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 15/04/2010.

⁴⁰ Cf.: MEDEIROS, Alessandra. **Voluntariado: Revisitando Antigas Práticas. A Concepção do Voluntário sobre sua ação**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200240033005010020P3>>. Acesso em: 15/04/2010.

CONTINUAÇÃO

Paula Bonfim Guimarães Cabral	As principais determinações econômicas e ideológicas da “cultura do voluntariado” no Brasil na Atualidade ⁴¹	Dissertação de Mestrado	Situa o enfrentamento da questão social (objeto do Serviço Social), em face do desenvolvimento da “cultura do voluntariado” no Brasil.
----------------------------------	---	-------------------------	--

É necessário ressaltar que, apesar das evidências demonstradas acima sobre a parca produção acadêmica acerca das relações do voluntariado com o Serviço Social, a metodologia de pesquisa implementada não confere o rigor necessário para um levantamento concreto e consistente de dados a respeito da temática referida.

Além de considerar válida a necessidade de continuidade das pesquisas a respeito, percebemos também algumas restrições e lacunas históricas quando o assunto é abordado pelas entidades da categoria dos assistentes sociais.

1.2.4 Ressonâncias nas institucionais profissionais

O ano de 1980 marca uma pontual manifestação do CRESS/SP - 9ª região (à época chamado de CRAS- Conselho Regional dos Assistentes Sociais), via sua publicação periódica (CRESS, 1980). A conjuntura da época era marcada pelas determinações da redemocratização do país, após o definhamento do regime ditatorial e militar, de forma que a profissão se posicionava no contexto desenvolvido no III CBAS – Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, de 1979, denominado então como o “Congresso da Virada”.

⁴¹ Cf.: CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. **As principais determinações econômicas e ideológicas da “cultura do voluntariado” no Brasil na Atualidade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2004/31001017/032/2004_032_31001017066P9_Teses.pdf>. Acesso em: 15/04/2010.

O texto, assinado pela então diretoria da autarquia federal oferece análise sobre o que denomina “Serviço Social Voluntário”. Apresentando inicialmente a diferenciação entre os títulos de bacharel em Serviço Social e o de assistente social, sendo esta, marcada unicamente pelo ato de inscrição do bacharel no CRESS. Ou seja, para obter o título de assistente social e atuar como tal, o bacharel necessita cumprir a condição da inscrição em seu conselho regional e obter seu número de registro, que deve ser usado no exercício profissional.

A matéria segue debatendo sobre a quantidade de profissionais inscritos no CRESS/SP – 9ª Região no ano de 1979, frente à realidade posta pela relação oferta-procura, estabelecida pelo sistema econômico capitalista. O qual, no âmbito do trabalho, posiciona a profissão frente aos desafios da depreciação salarial, bem como da qualidade da prestação de serviço, exigida pelo empregador e executada pelo profissional. Ao citar o voluntariado, a frase “*fenômeno mais constrangedor bate à porta*” usada no texto para referenciar esta atividade na profissão, aponta para um suposto crescimento desta no Serviço Social ou para novas e mais volumosas constatações encontradas pelo serviço de fiscalização profissional.

Em seqüência, observamos que o conselho fundamenta sua posição. Evidenciando que, em decorrência do aumento do desemprego para a categoria dos assistentes sociais, constata-se que os profissionais que se encontram nesta condição se lançam ao voluntariado. Visando não perder o ritmo de seu desenvolvimento profissional, iniciado na obtenção de conhecimentos acadêmicos e aprimorado nas experiências técnico-operativas e teórico-metodológicas obtidas no cotidiano do exercício profissional. Portanto, este submetimento ao mercado de trabalho marcado pela ausência de remuneração, estabelece, segundo o conselho, uma forma nociva de se relacionar com o mercado de trabalho. Frente a uma crescente demanda de assistentes sociais desempregados e dispostos a “continuar atuando profissionalmente” os empregadores passam a sinalizar positivamente a este apelo, oferecendo postos de “trabalho voluntário” em nome da também crescente demanda social que necessita ser atendida.

Desse modo, o conselho entende que tal postura do assistente social passa a colaborar com a depreciação da imagem da profissão na sociedade. Favorece questionamentos acerca de sua importância e função social, bem como justifica que o desemprego na categoria, gerado pelas crises econômicas passe a ser condição

que satisfaz as ações descomprometidas com as prerrogativas de direito público, no âmbito das políticas sociais.

No entanto, a matéria aborda pouco sobre a pertinência da ética neste contexto. Citando apenas de forma passageira o individualismo como um valor que “*além de prejudicar do todo, destrói o próprio indivíduo*”, o texto sugere a necessidade de se ampliar o entendimento, sobre o que envolve a postura ética do assistente social, a frente da constituição profissional do Serviço Social, bem como frente à sociedade de uma forma mais ampla, considerando os valores por estas fomentados e, não raro, reificados.

Neste processo, dez anos depois, em 1998, em consonância com o projeto ético-político profissional, o CFESS se posiciona frente ao voluntariado.

Na ocasião de analisar e se manifestar sobre o conteúdo da Lei nº 9608 de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário no país, o CFESS solicitou parecer jurídico acerca da pertinência de tal lei para o Serviço Social.

A advogada Sylvia Helena Terra (1998), responsável oficial pela prestação deste serviço ao conselho federal, teceu considerações que vão ao encontro às minhas preocupações sobre a questão em tela.

A profissional se posiciona, de saída, afirmando que tal lei contraria “*todas as conquistas trabalhistas previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*” (TERRA, 1998, p.1), na medida em que se apresenta para fundamentar a inserção no mercado de trabalho de pessoas que dele não necessitam para a garantia de subsistência própria negando, portanto, o assalariamento. O voluntariado, portanto, se apresenta de forma anacrônica a qualquer âmbito da relação entre capital e trabalho ocupando, entretanto, sua função social, enquanto desenvolvimento humano via trabalho remunerado, compreendido em uma sociedade baseada em valores e economia capitalista.

No que tange ao Serviço Social, Terra ressalta que o voluntariado, sendo apropriado pelo assistente social, enquanto forma de exercer a profissão, não deve oferecer precedentes para que esta não seja despida de regulação. Assim, nos espaços onde o assistente social voluntário atuar, devem estar garantidos os direitos do profissional, bem como aquilo que competir ao assistente social, cumprir e fazer cumprir tais pressupostos legais e ético-profissionais. A autora finaliza seu parecer sugerindo ao Conjunto CFESS/CRESS elaborar sistemática de fiscalização e

debate, no escopo de acompanhar e intervir de forma “*preventiva, educativa, informativa*” (TERRA, 1998, p.3) no conjunto da categoria, bem como na sociedade.

Em propositura de compreensão, observamos a contradição explicitada, porém não superada, entre o significado radical da constituição profissional e sua negação também radical via voluntariado. Entendemos que não seria tarefa deste documento a superação desta contradição. Dado que tanto a constituição profissional quanto o voluntariado são determinações sociais, postas em sociedade a partir de construção sócio-histórica em larga escala, e considerando, sobretudo os pressupostos da constituição e manutenção de uma sociedade capitalista e de seu aparato jurídico.

Como ressonância do contexto acima, temos conhecimento de que a última intervenção política tomada pelo CRESS/SP em relação ao voluntariado no Serviço Social, foi a que fez frente ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que promulgou, em 11 de outubro de 2006, a resolução nº 285/2006, regulamentando o voluntariado para assistentes sociais e outras categorias no âmbito daquela instituição⁴².

O documento contém como parte de suas considerações que justificariam a sua promulgação, as restrições orçamentárias do Poder Judiciário que dificultariam o provimento de novos servidores públicos, além do apelo a uma suposta “participação espontânea, nascida da consciência social e da solidariedade”. O texto prevê, ainda, seguir as diretrizes da Lei nº 9608/1998, legitimando o fomento sócio-institucional do voluntariado, como tratamos acima.

O CRESS/SP, em conjunto com o CFESS, CRP/SP (Conselho Regional de Psicologia), Sindicato dos Psicólogos e a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça (AASPTJ) realizaram intervenções institucionais, com o intuito de vetar a regulamentação da norma e cobrar a nomeação completa dos profissionais concursados no mesmo ano.

Entretanto, sua pertinência política não recebeu, a nosso ver, fomento necessário, no seio da categoria dos assistentes sociais, visto que após tal manifestação jurídica e política, não se conhece outra semelhante do Conjunto

⁴² Fonte: CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. **Informativo Eletrônico CRESS/SP**. n.96. São Paulo, 20/12/2006. Disponível em: <<http://www.cress-sp.org.br/index.asp?fuseaction=info&id=226>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

CFESS/CRESS acerca do tema. No âmbito de fiscalização, por exemplo, deixa evidentes questionamentos sobre seu alcance na categoria.

Tais contextos se constroem não somente por iniciativa institucional, mas também pela reprodução cotidiana da relação do “trabalho voluntário” com a profissão no cotidiano, em âmbito particular, conjuntura que passamos a abordar adiante.

CAPÍTULO II - SERVIÇO SOCIAL E “TRABALHO VOLUNTÁRIO” - PESQUISA

2.1 ARGUMENTAÇÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

Garantir o respeito (e o direito) às escolhas individuais não significa abster-se de se analisar tal escolha quando ela se configura em face de um coletivo social, no caso, em face de uma categoria profissional e da história de sua constituição profissional. E quando se analisa tal situação no âmbito do Serviço Social, muito temos a considerar sobre o que seja a individualidade profissional do assistente social, em detrimento das contradições que esta postura não se furta em lidar diante da construção histórica do Serviço Social.

Bem sabemos que o Serviço Social foi gestado a partir de experiências de ações sociais com fortíssimo embasamento doutrinário da religião católica e que tais ações, em seu cotidiano, podiam ser chamadas de *voluntárias*, ou seja, ações que partiam da espontaneidade vinculada às obrigações morais religiosas, sem assalariamento. Isto é, as ações sociais religiosas, mais ou menos organizadas, se pautavam na necessidade moral de se praticar virtudes teológicas (a caridade, no caso do catolicismo, por exemplo), dispensando contrapartidas que caracterizassem relação de tomador e prestador de algum favor ou atividade laborativa.

Até este ponto, pode-se até questionar a nossa escolha “individual” da análise de apenas uma profissão, que teve esta gênese histórica, já que é sabido que outras também a tiveram, como a enfermagem, a pedagogia, a medicina, etc.. Ou seja, se tantas profissões tiveram semelhanças na mesma raiz de origem e hoje lidam “bem” com o voluntariado, porque se discutir isso? Porque discutir esta questão relacionada ao Serviço Social, se outras profissões também são exercidas por indivíduos que escolhem onde querem trabalhar?

Ora, é claro que a análise do voluntariado no Serviço Social não encerra a análise do significado social desta profissão e de outras, bem como não esgota em si mesma todas as demandas sócio-políticas colocadas pelo voluntariado na sociedade. Trata-se de se ater, principalmente, na análise da *propositura ética* que encaminha e dá sentido social a esta atividade, ou seja, urge-se fomentar o debate sobre o que enraíza o voluntariado no Serviço Social e as razões de sua reprodução no cotidiano.

Partimos do pressuposto de que o Serviço Social não é criação apartada da história humana, ou seja, esta profissão não foi gestada fora da reprodução da vida social e das determinações históricas do capitalismo, de forma que esta reprodução

[...] coloca necessidades de interação entre os homens: modos de ser constitutivos da cultura, fruto do trabalho, tais como a linguagem, os costumes, os hábitos, as atividades simbólicas, religiosas, artísticas e políticas. Ao mesmo tempo, pela capacidade de criar valor, os homens qualificam positiva ou negativamente suas relações de acordo com o conjunto de necessidades e possibilidades históricas. (BARROCO, 2001, p.16)

Neste sentido, a crítica da realização de escolhas como a de “exercer a profissão”⁴³ de assistente social de forma voluntária parece apontar para: *negar o histórico de sua constituição enquanto profissão; contrariar suas conquistas no âmbito da divisão social do trabalho e; depreciar sua constituição técnico-científica. A seguir, esmiuçaremos brevemente cada uma das hipóteses acima, no intento de melhor apreciar sua compreensão.*

2.1.1 O “trabalho voluntário” no Serviço Social nega a constituição da profissão

Se entendermos que o desenvolvimento histórico do capitalismo gerou necessidades sociais para a continuidade de sua reprodução e que tais condições ofereceram possibilidades também históricas para a gestação e desenvolvimento do Serviço Social temos, de saída, a compreensão de que esta profissão não é fruto de demandas metafísicas. Mais precisamente, o Serviço Social é produção humana derivada, fundamentalmente, de necessidades materiais postas à realidade social, em face das determinações do desenvolvimento do capitalismo, sistema social também oriundo de reprodução da vida social, com centralidade no trabalho como única atividade capaz de transformar a natureza e reproduzir a existência humana.

⁴³ As aspas nesta frase querem chamar a atenção para a semântica da expressão relacionada às prerrogativas históricas do Serviço Social enquanto profissão, ou seja, se o Serviço Social se tornou profissão ao superar suas bases de gênese relacionadas ao trabalho, isto é, o *voluntariado*, como pensar seu significado concreto no âmbito de sua materialização desprovida de assalariamento?

Assim, é possível compreender a transição que o Serviço Social fez entre o seu exercício não remunerado (o trabalho social voluntário) e ligado à reprodução de valores religiosos – como a *caridade* –, e a sua constituição em profissão secular reconhecida socialmente e, portanto, passível de assalariamento. Esta trajetória implica no reconhecimento de que o mero trabalho social religioso, ao ser utilizado pela Igreja Católica, como instrumento a ser aprimorado e como forma de alcance e expansão de sua influência moral em uma sociedade. Aderindo ao secularismo, ganhou mediações próprias que o ampliaram em confluência ao enfrentamento laico ao capital em subalternizar o trabalho aos seus interesses, via conformação do modo e da reprodução da vida dos trabalhadores aos valores e possibilidades capitalistas.

Desta forma, negar o assalariamento no exercício do Serviço Social seria, também, negar sua história de profissão, fazendo com que seu significado social seja reificado, de forma maniqueísta, ao fazer entender que o enfrentamento da questão social tem melhor valor se contiver o altruísmo baseado na abstenção salarial.

2.1.2 O “trabalho voluntário” no Serviço Social contraria suas conquistas no âmbito da divisão social do trabalho

O Serviço Social é produto histórico resultante das determinações da evolução dos rebatimentos sociais da divisão social do trabalho e, conseqüentemente, da questão social. Entretanto, por ser concebido no escopo dos interesses da burguesia capitalista, o Serviço Social também está subjugado às determinações do capital e, por ser atividade humana, também é trabalho.

Portanto, o Serviço Social se legitima **na** e **a partir** da divisão do trabalho.

Na divisão social do trabalho, o Serviço Social é uma especialização do trabalho coletivo, ou seja, é uma atividade necessária socialmente que busca atuar na objetividade da produção e reprodução dos meios de vida socialmente determinados.

A partir da divisão social do trabalho, o Serviço Social se legitima socialmente na medida em que intervém nos rebatimentos originados da relação entre capital e trabalho, ou seja, quando atua objetivamente na questão social e nas suas expressões cotidianas.

Este contexto histórico, implica em compreensão lógica de que o Serviço Social, sendo trabalho, recebe por essa condição a prerrogativa de sua atividade ser considerada como *trabalho assalariado*, já que sua relação com o capital implica também na troca de *força de trabalho* por salário, relação tal que a situa na reprodução social como *mercadoria*.

Neste sentido, conceber a práxis do Serviço Social fora da relação socioeconômica de assalariamento supõe negar a profissão como trabalho e, portanto, situá-la fora do âmbito da divisão social do trabalho, na sociedade capitalista.

No limite, a práxis do Serviço Social engendrada pela ótica do *ethos* do voluntariado, o esgotaria totalmente de qualquer possibilidade de se legitimar socialmente a partir das premissas trabalhistas conquistadas historicamente, fazendo apenas reiterar no coletivo social as iniciativas dos grupos pioneiros da gestação da profissão, sob sua antiga face caridosa.

2.1.3 O “trabalho voluntário” no Serviço Social deprecia sua constituição técnico-científica

Além de se configurar concretamente como trabalho e, neste sentido, estar incluso na divisão social do trabalho, mediante legislação e direitos próprios, o Serviço Social também alcançou patamares de âmbito técnico-científico, se situando academicamente como *ciência social aplicada*. Por valer-se da influência e fundamentação das teorias sociais, o Serviço Social desenvolve sua própria cientificidade na produção acadêmica relacionada à sua práxis no cotidiano de sua intervenção na sociedade.

Esta condição atual é também fruto de luta histórica da categoria dos assistentes sociais pela legitimação social da profissão, de modo a sempre aprimorar o escopo de fortalecimento desta em face da legitimidade do enfrentamento da questão social, seu objeto central.

Trazendo este contexto para nossa discussão, vislumbramos algumas questões que podem apontar para o risco de depreciação desta condição técnico-científica da profissão, quando esta é exercida de forma voluntária.

Como já afirmamos anteriormente, a constituição profissional do Serviço Social brasileiro, incluindo sua cientificidade, se consolidou historicamente a partir da superação de sua concepção e materialidade vinculadas à caridade religiosa. Neste sentido, considera-se que a reprodução social da caridade não é pautada por marco epistemológico ou menos ainda pelas prerrogativas das políticas públicas de um estado laico . Assim, ela é fomentada somente pela *teologia* . A atuação no Serviço Social como “voluntário”, *a priori*, sugere o solapamento das bases que firmam a cientificidade da profissão. Toda ação humana com vistas a reproduzir valores religiosos está fundamentada em pressupostos de fé dogmática, em detrimento do desenvolvimento material contínuo e concreto da constituição profissional, baseada em fundamentos científicos.

2.1.4 O altruísmo justifica o voluntarismo?

A exposição das hipóteses acima vem ao encontro de uma questão talvez central nesta discussão: *o “trabalho voluntário” no serviço social é justificado mesmo reproduzindo agudamente as contradições que questionam a materialidade histórica da questão social?*

A compreensão que Sérgio Lessa traz da *ontologia social* de Georg Luckács, acena para a elucidação deste impasse, quando apresenta o humano como único ser capaz de transformar a natureza pelo trabalho e, portanto, capaz também de *valorar* o produto do trabalho.

A produção de valores e sua expansão, diante da materialidade da vida social passaram historicamente por diversas etapas ontológicas, que os levaram a desembocar na reprodução social da *antropomorfização do ser*. Isto é, o homem, diante da limitação momentânea de superação e aprimoramento de dada condição social fundada no trabalho, direciona sua interpretação da realidade concreta para dar *sentido valorativo transcendente* às determinações sociais do trabalho (LESSA, 2007, p.59).

É claro que a humanidade (especificamente a ciência) já possui condições teleológicas suficientemente desenvolvidas para suplantat objetiva e concretamente qualquer fenômeno pautado na antropomorfização. E se quisermos realizar ligação direta do voluntariado em si, com essa forma de interpretação de mundo, teremos fatores evidentes de que os fundamentos desta propositura ética se encontram no

bojo da *concepção religiosa de mundo*. Para essas situações, Lessa indica que a teleologia,

[...] categoria puramente social e presente apenas nos atos singulares dos indivíduos historicamente determinados, é estendida a toda a natureza, convertendo-se em categoria que confere sentido à ordem universal, [onde] os poderes humanos são explicados pela vontade – esta, muitas vezes inexplicável – dos deuses. (LESSA, 2007, p.59)

Aqui podemos reinserir polêmicas afirmações não raramente ouvidas no cotidiano social, ao debater o voluntariado, de que “ser voluntário é um ‘direito’ da pessoa. Já que não se pode negar a história da profissão, mesmo ela tendo nascido do voluntariado caritativo”, ou ainda que “criticar quem faz é atacar esse direito de não receber salário e também de perder a oportunidade de se fazer um trabalho profissional, mesmo que voluntário”.

Ora, se vimos que a legitimação social da profissão continua se dando historicamente na medida em que se consolidam suas normativas profissionais e técnico-científicas, tais polêmicas já apresentam indicativos de esgotamento. Considerar como “conquista profissional” no âmbito do Serviço Social, uma atividade desenvolvida sobre a esteira do voluntariado, parece cristalizar tal “avanço”. Somente na singularidade ética do humano que o executa, em detrimento de uma sedimentação universal e necessária para a profissão, do método fundamentado na ontologia social, ou seja, na materialidade histórica vinculada ao trabalho é que ela pode ser consolidada.

Barrar a crítica ao voluntariado parece, indiretamente, reafirmar tal concepção religiosa – portanto absoluta e dogmática – de mundo. Desconhecendo e desconsiderando a liberdade objetiva da ciência social de por e contrapor teses e argumentos dados na cotidianidade social, pois pressupostos valorativos da religião são tão somente objetos de estudo situados no âmbito da reprodução da vida social.

Em suma, podemos expor que as três hipóteses trabalhadas neste trabalho são interdependentes entre si, quando se considera a leitura da realidade sob o ponto de vista marxiano da produção e reprodução social da sociedade capitalista.

Neste sentido, podemos aventar elementos de continuidade do debate de que o voluntariado – ainda focado especificamente no âmbito da constituição profissional do Serviço Social – se “desprende” da ontologia do trabalho assalariado e cria para si uma *realidade “fictícia”*, de modo que, segundo Lessa,

O conhecimento não pode jamais esgotar a infinidade intensiva e extensiva de suas determinações – [...] [de modo que] o trabalho, para ter sucesso, não poderia depender de um conhecimento absoluto, total e completo do real. Na verdade todo trabalho contém em si uma ação sobre o conhecido e um salto para o desconhecido. Todo ato de trabalho se apóia em um conhecimento já obtido do ser-precisamente-assim existente e ao mesmo tempo questiona a amplia esse mesmo conhecimento. Nesse preciso sentido, para Lukács, o trabalho é também um permanente salto sobre o desconhecido para incorporá-lo ao conhecido, um contínuo processo de aproximação gnoseológico com o real – e jamais poderia se realizar se exigisse um conhecimento absoluto do existente. (LESSA, 2007, p.62)

A evidência de que este debate precisa continuar a se desenvolver no seio da categoria dos assistentes sociais não significa que assistentes sociais não podem ser voluntários. Resta saber se há fundamento crível e ético-político em tal propositura, pois a liberdade também contida no plano das conformações e conquistas da profissão oferece a possibilidade de evolução da mesma, pela ótica deste debate.

2.2 PESQUISA DE CAMPO

No tocante do objeto desta pesquisa, escolhemos o universo dos assistentes sociais que atuam (ou atuaram) profissionalmente de forma “voluntária”. A finalidade é oferecer informações que permitam mensurar a influência ética-moral de âmbito pessoal ou coletivo no exercício profissional. Quais são tais valores, e de que forma esses profissionais concebem tais relações e rebatimentos do “trabalho voluntário” na legitimação do projeto ético-político do Serviço Social.

Contudo, os entrevistados têm suas opiniões representadas em uma amostra intencional, mediante entrevistas, e são analisados a partir de uma abordagem materialista histórico-dialética e qualitativa, seguindo a metodologia explicitada a seguir:

• Campo da pesquisa: *Bacharéis em Serviço Social, formados a partir de 1990, que atuem ou tenham atuado como assistente social voluntária(o) em entidade privada de origem ou cunho religioso cristão, situadas na região metropolitana de São Paulo (capital e cidades vizinhas), sendo:*

o 03 sujeitos com a experiência em entidade católica;

o 01 sujeito com a experiência em entidade evangélica/protestante;

o 01 sujeito com a experiência em entidade espírita kardecista.

• Processo de busca dos sujeitos da pesquisa: Utilizando a mensagem eletrônica como meio de comunicação, enviamos mensagem para cerca de 300 pessoas do meio do Serviço Social e outras, solicitando colaboração em nos informar acerca de pessoas que correspondam ao perfil para sujeitos da pesquisa, bem como reproduzir a mensagem para suas listas de endereços. Com a iniciativa, atingimos nossos objetivos de forma satisfatória onde pudemos, inclusive, escolher dentre algumas opções de perfil para entidade católica, ano de formação e de região geográfica;

• Instrumental: *Entrevistas com perguntas abertas (Anexo 2) e gravadas em áudio, mediante autorização prévia pelos entrevistados (Anexo 3), onde executamos edições das respostas, principalmente em conteúdos relatados aleatoriamente em relação à seqüência das perguntas, para garantir objetividade na análise.*

• Identificação dos Entrevistados: Siglas “A.S.” de “Assistente Social”, acompanhadas por seu ano de formação em Serviço Social e vínculo religioso da entidade onde atuou como “trabalhador voluntário”, por exemplo: A.S., 2009, islâmica⁴⁴, sendo:

o **A.S., 2003, católica. Formada em 2003, sexo feminino, 30 anos de idade, com a experiência realizada em entidade situada na Zona Leste de São Paulo-SP, atendendo as demandas: população em situação de rua e distribuição de alimentos;**

o **A.S., 2001, evangélica. Formada em 2001, sexo feminino, 31 anos de idade, com a experiência realizada em entidade situada na Zona Leste de São Paulo-SP, atendendo as demandas: população em reabilitação de deficiência física temporária;**

⁴⁴ Por razões éticas, os nomes das entrevistadas bem como identificações institucionais foram descaracterizadas.

- o **A.S., 1990, católica. Formada em 1990, sexo feminino, 44 anos de idade, com a experiência realizada em entidade situada na Zona Leste de São Paulo-SP, atendendo as demandas: população portadora de DST/AIDS;**
- o **A.S., 1992, espírita. Formada em 1992, sexo feminino, 43 anos de idade, com a experiência realizada em entidade situada na Zona Leste de São Paulo-SP, atendendo as demandas: população gestante de baixa renda;**
- o **A.S., 2008, católica. Formado em 2008, sexo masculino, 31 anos de idade, com a experiência realizada em entidade situada na Zona Leste de São Paulo-SP, atendendo as demandas: população vítima de tortura policial e carcerária;**

2.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

2.3.1 Questão 01: Sobre o significado do “trabalho voluntário” na sociedade

o *Conteúdo das entrevistas:*

- o **A.S., 2003, católica:** Então, o trabalho voluntário é bastante contraditório, porque ultrapassa a questão da caridade, no sentido religioso...Tem aquela questão de você estar fazendo trabalho voluntário para adquirir conhecimentos para depois você possa utilizar como profissional e tomar uma proximidade com um campo de trabalho. E também pode ser uma forma de substituir algumas ações do Estado. Então é...bem contraditório e também pode causar uma falsa concepção de que você está fazendo o bem de que você está resolvendo o problema da sociedade e você, enquanto voluntário, pode se sentir bem com isso, pensando assim: “ah estou fazendo um bem e contribuindo para uma sociedade melhor”. Eu acho que o voluntariado passa essa idéia, quando a gente vê em programas na televisão veiculando isso, mas aí acaba mascarando as reais condições das pessoas. Talvez, o voluntário em si, tenha mais com a ação dele do que as pessoas que recebem o serviço...;
- o **A.S., 2001, evangélica:** Depende do trabalho voluntário. Se você for fazer uma ação esporádica dentro da entidade que você trabalha, ou na

entidade religiosa que você freqüenta, cabe. Agora, se você ter aquele compromisso profissional, aí já não. E eu não tinha a clareza total [quando da experiência como assistente social voluntário]...eu entendia que realmente o trabalho voluntário seria de ações e orientações que na caberiam carga horária ou horas destinadas. [...] Eu vejo que o voluntariado sempre está ligado a uma instituição religiosa, como caridade, e não com fins profissionais. [...] E acho que outras propostas que não são necessariamente religiosas acabam tendo essa influência também;

o A.S., 1990, católica: É claro que ser de procedência católica e trabalhar na Igreja, eu acho que pro mundo de hoje, com valores perdidos, com a situação de sempre levar vantagem, de individualismo, eu acho que se deva valorizar o voluntariado na sociedade, pra qualquer nível profissional e pra qualquer pessoa [...] porque eu acho que sempre tem alguma coisa para você fazer para ajudar uma pessoa e tudo que se faz assim recai no voluntariado. Então, acho que cada vez mais é primordial você ter um pouco mais de voluntariado nas ações pra criar humanização das relações. [...] Porque o trabalho voluntário desperta para valores que você não tinha mais [...] e isso não tem vinculação política nem ideológica e sim de fundamentação de ser humano mesmo! É saber que pode ajudar, que pode transformar aquela situação de forma isenta [à política e às ideologias];

o A.S., 1992, espírita: Para mim, eu gostei porque já foi dentro da minha formação, né? Eu acho que isso é uma diferença que tem do trabalho voluntário na atualidade, que é você poder fazer aquilo que você tem de melhor, aquilo que você se formou. Uma vez vi um economista falando que ele servia sopa na noite [para pessoas em situação de rua] e aí ele resolveu ir ver as finanças dessa associação e aí viu que ele podia fazer o melhor dele...É deixar de fazer o bem pelo bem e fazer com algo mais técnico [...] com cunho mais científico mesmo. [...] Eu acho que tem uma população que ignora [o voluntariado], mas acho que é de cima para baixo...Uma alta administração de empresa hoje financia, valoriza, acaba de alguma forma incentivando esse voluntariado acontecer...Acho que vai ter um caminho de benefícios que essa empresa vai ter...Uma empresa

mais cidadã...Mas acho que quanto mais a gente vai descendo nessas camadas...Nessa estrutura capitalista...Isso vai se diluindo e a sociedade como um todo não reconhece...[...] Vêm como simplesmente fazer o bem;

o **A.S., 2008, católica:** Na verdade é bem complicado, essa questão do voluntariado...E eu acho que é complicado também dependendo do lugar, da proposta de trabalho que cada lugar desenvolve...Em alguns lugares acaba sendo necessário e outros usam para...Enfim...Para tirar benefícios [...] porque não tem compromissos empregatícios [...] e a gente do Serviço Social que sempre tem uma fala de que “vamos combater a precarização do trabalho”, a gente acaba reafirmando isso quando faz isso [o trabalho voluntário]. [...] então você precariza porque não valoriza o seu conhecimento [...] e agrega [para a sociedade] à precarização no geral...É cada vez mais a força de trabalho vendida por pedaços, por partes, sem vínculos e muito individual. Então, eu vejo isso como ruim.

oAnálise:

Os entrevistados apresentam concepções convergentes sobre o que seja o significado do “trabalho voluntário” em sociedade. Apesar de nenhum deles afirmar claramente se o “trabalho voluntário” está ligado diretamente a valores religiosos como a caridade, todos a citaram. Ora para justificar uma pretensa transição entre o “fazer o bem” e o “fazer tecnicamente”, ora para fundamentar a concepção de que o ato de “fazer o bem” na sociedade, mediante o voluntariado. Não significa reproduzir valores ideológicos, apesar de que se possa vislumbrar a possibilidade de reiteração da precarização do trabalho, quando se executa uma atividade que deveria ser considerada como “profissional”.

Aqui se confirma a hipótese apresentada no item 2.1.1 na medida em que podemos constatar a necessidade de que os entrevistados apresentaram de reproduzir fundamentação maniqueísta para justificar sua concepção sobre o voluntariado contemporâneo. Apesar de observarem nítida contradição entre conceber a materialidade do “trabalho voluntário” em face da precarização das relações de trabalho, os sujeitos da pesquisa insistem em considerar como válidas “algumas” possibilidades de “trabalho voluntário”. Principalmente quando esta vai

trazer supostos benefícios e vantagens para a sua carreira profissional como, por exemplo, a obtenção de experiência de atuação profissional.

Tal condição parece remeter o compromisso profissional à coisificação onde o “trabalho voluntário”, no esforço de viabilização de “valores perdidos” em sociedade, se estabelece como o “bem” simbolizado.

Partindo do princípio de que os entrevistados, formados em Serviço Social, tenham consciência de que esta profissão, como todas as outras, sofre as determinações atuais do capital, configuradas em condições limitadoras. Como exemplo mais evidente, a precarização das relações de trabalho, poder-se-ia esperar que tal condição fosse alvo não somente de crítica ideológica, mas também de semelhante postura, em relação ao rebatimento que tal condição traz para a sua singularidade profissional.

2.3.2 Questão 02: Sobre as motivações do “trabalho voluntário”

oConteúdo das Entrevistas:

o A.S., 2003, católica: Foi bem recente! Eu faço parte de um grupo de teatro católico que não desenvolve trabalho religioso e sim apenas técnicas de teatro. E foi por intermédio deste grupo que eu conheci esta entidade que falou que estava procurando voluntários, enfim...E eu me propus a ser voluntária na função de assistente social [...] Porque eu vi uma possibilidade de acompanhar essas pessoas e minha motivação de fundo foi fazer esse acompanhamento [...] de construir as intervenções e ter resultados. Inclusive [...] eu trabalho [de forma remunerada] até hoje e é esse tipo de ação pontual [que realiza] e eu sentia falta disso, de construir um vínculo com as pessoas. [...] Eu poderia até procurar outra atividade assalariada, mas eu não queria sacrificar outras atividades que eu fazia [...];

o A.S., 2001, evangélica: A minha motivação foi ter a experiência profissional de implantar o Serviço Social numa instituição do terceiro setor. E eu acho que consegui esta experiência;

o A.S., 1990, católica: Antes de estar aqui [na instituição onde trabalha] eu já trabalhava como voluntária em outra instituição, quando estudava

pós-graduação. Então propus estagiar aqui, enquanto eu pudesse desenvolver o trabalho de assistente social...Porque a atuação dos voluntários daqui era muito solta, era feita com muitas dificuldades...Os voluntários não tinham conhecimento algum da AIDS...Falavam até absurdos...Faziam visita aos portadores somente por misericórdia, por dó mesmo. [...] E eu já estava envolvida [depois do período de estágio], pois já não era somente voluntariado porque eu já desempenhava o papel de assistente social...Eu preparava cursos pros voluntários, escrevia projetos para captar recursos, fazia visita domiciliar, atendimento de plantão...Então eu me aproveitei da instituição, mas acabei ficando como voluntária...Já assumi a presidência da instituição, mas hoje continuo desempenhando as atividades de assistente social e com consciência disso;

o **A.S., 1992, espírita**: Acho que vou falar um pouco da minha trajetória: eu, ainda bem mais jovem, conheci um grupo de voluntários da FEBEM (atual Fundação CASA) e ainda não tinha nem o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) [...] e fiz parte do grupo de voluntários na parte de recreação. Aí fiz Serviço Social e apareceu a oportunidade de estágio nesta instituição...E quando terminei o estágio eu pensei: “poxa, poderia fazer um programa mais legal, junto com outras amigas”. Então eu já tinha esse hábito né? De tal dia da semana, tantas horas, me doar pro meu estágio...Era uma relação de troca com a instituição. E ao final, na avaliação, apareceu essa oportunidade de propor um projeto lá na instituição e tocar como voluntária. E o que me motivou é estar na minha profissão sem, talvez, a pressão de ser um emprego. Então foi muito gratificante [...] fiquei lá muitos anos [...] era compromisso. [...] E lá tínhamos estagiários, instrumental [de trabalho], prontuário...Era Serviço Social mesmo;

o **A.S., 2008, católica**: Primeiro porque eu me identificava com a linha de trabalho [da entidade] que é os Direitos Humanos e eu queria ter uma experiência nessa área e segundo que eu era recém formado e logo quando você se forma fica esse medo [de não ter experiência].

oAnálise:

Constata-se unanimidade entre os entrevistados no que se refere à oportunidade de experiência profissional como fator motivador da escolha pelo “trabalho voluntário” como assistente social. Fazem parte, ainda, dos contextos que encaminharam tais escolhas, fatores, como facilidades, em consequência de realização de estágio, em Serviço Social, entendido como doação de tempo, desejo de mudar o atendimento social da instituição, inserção em primeira experiência “profissional” e até mesmo o distanciamento das pressões contidas nas relações entre patrões e empregados no emprego formal.

Além de alguns expressarem que poderiam ter escolhido atividade assalariada, em detrimento do “trabalho voluntário”, se fez presente na fala dos entrevistados, uma quase irrestrita confiança e legitimação aos objetivos que a entidade visava alcançar mediante o “trabalho voluntário” do assistente social. Uma postura até então ausente de crítica ético-política e voltada ao ímpeto de se desenvolver o Serviço Social, sem prévia consideração de probabilidades e possibilidades que se entende ser adequado ao pleno exercício profissional. Neste sentido, tais motivações são institucionalmente empenhadas para legitimar a contradição de se precarizar o trabalho assalariado mediante o “trabalho voluntário” em nome de um “bem” valorizado socialmente.

Esta análise nos remete a compreender, confirmada a hipótese debatida no item 2.1.2 acima. Tanto por conta da tácita escolha por reiterar e legitimar a histórica exploração de que o capital submete às classes subalternas, mediante a agudização da precarização do trabalho como estratégia de acúmulo de lucro. E mais-valia (estratégia aqui representada como poder político institucional) quanto à também reiterada iniciativa aligeirada de se pressupor a legitimação institucional do Serviço Social, via “trabalho voluntário”, tal como era o “missionarismo”, oriundo das experiências das pioneiras damas da caridade do Serviço Social.

2.3.3 Questão 03: Sobre a relevância da institucional para a realização do “trabalho voluntário”

o Conteúdo das Entrevistas:

o **A.S., 2003, católica:** Fui bem recebida pelo dirigente. Eu falei para ele que o meu trabalho seria primeiro conhecer a entidade e suas demandas e que eu iria reservar oito horas [...] por semana e a partir disso eu iria construir um projeto de intervenção. [...] Mas depois eu fui ficando muito decepcionada porque, na verdade, eu acabei percebendo que o dirigente da entidade queria o meu currículo para poder adquirir convênios [...] aumentando as chances de conseguir mais recursos, fazendo um uso que eu não queria. [...] E eu coloquei para ele que iria fazer um trabalho com os moradores do albergue, fazendo entrevistas individuais para conhecer suas demandas e depois montar um trabalho [...]. E nas entrevistas percebi muitos problemas! [...] E essas pessoas acabavam tendo uma vida muito voltada para a entidade e os mais antigos tinham receio de falar comigo e também proibições de não falarem comigo, colocadas pelo dirigente da entidade! [...] E o dirigente queria que eu desse broncas, mas expliquei que as entrevistas eram instrumentos do meu trabalho e não para uso da instituição [...]. Então, tinha uma série de coisas muito rígidas na entidade que os moradores tinha de se submeter...E ele queria que eu desse advertência para quem não estivesse acatando as regras e eu não concordava porque não é minha atribuição e teríamos de construir as regras em conjunto [...]. Sendo que depois eu descobri que alguns usuários recebiam o benefício BPC [Benefício de Prestação Continuada, concedido pela esfera federal] e o dinheiro era inteiramente utilizado pela instituição e as pessoas não podiam comprar nada...Nem roupas, calçados, comida, enfim, uma série de violações...Só que aí, no dia seguinte que soube disso eu não pude mais entrar na instituição [...]. Ele [o dirigente] era seminarista [...] mandei, então, uma carta registrada colocando meus argumentos, fazendo a crítica, explicando o que é o Serviço Social, mas não tive resposta até hoje. [...] Durou três meses a atuação na entidade]. Isso foi o ano passado e eu fiquei com uma série de

dúvidas...Se deveria denunciar ou não...Mas as coisas de sigilo não ficaram na entidade, ficaram comigo no meu diário de campo que eu registrava;

o **A.S., 2001, evangélica:** A partir do momento que fui convidada a trabalhar nesta instituição, por intermédio de meu ex-marido que trabalhava na contabilidade de uma escola e os [seus] diretores e coordenadores tinham, paralelamente, esta instituição [...] que tinha o trabalho de fisioterapia, fono[audiologia], psicologia e advogado para a comunidade. E a coordenadora pedagógica tinha o interesse muito claro dos títulos públicos [conselhos de direitos, utilidades públicas, etc], para conseguir alguns contratos [convênios] [...]. E o significado do trabalho voluntário que foi me passado [pela coordenação da entidade] foi de caridade religiosa, mas deixei muito claro que minha proposta não era essa e falei que iria implantar o Serviço Social, conhecer a equipe e o trabalho que estava sendo feito, sendo que a própria instituição colocou para que estava totalmente desorganizado [o atendimento social]. [...] Eu trabalhava aos sábados, com duas estagiárias do Serviço Social, atendendo a população que estavam em lista de espera, porque por ser entidade filantrópica não cobrava dos usuários, mas solicitava uma contribuição [...] e nós fazíamos uma triagem para ver se o usuário poderia estar ajudando, fazendo avaliação socioeconômica da família [...] e nesse atendimento os usuários [já cadastrados anteriormente] acabavam informando que o atendimento da psicóloga custava tal...Da pedagoga custava tanto...Então eu fiquei assustada! Porque na primeira impressão era para fazer a avaliação para ver as condições de usar os serviços [...], mas eu entendi que eles já tinham essa prática e só para mim [enquanto Serviço Social] que foi colocado que o trabalho era voluntário... E foi revoltante! Porque ao mesmo tempo em que a fala da instituição era de que o trabalho do assistente social era imprescindível (porque a gente deu um norte para a instituição toda, eu e as estagiárias) [...] e todas as propostas eram aceitas [...] eles barraram a proposta de reunião multidisciplinar, dizendo que não tinham agenda compatível. [...] E fiz duas conversas sobre o assunto e ouvi outra desculpa, que iria entrar dinheiro em caixa de parcerias para poder pagar os profissionais...Passou

um tempo, eu e as estagiárias resolvemos escrever um projeto, avaliando o que foi feito até então, e apresentamos ao presidente da entidade e colocamos a nossa posição...De que, a partir daquele momento, a gente só voltaria se fosse trabalho remunerado;

o A.S., 1990, católica: A relevância foi mesmo de poder fazer estágio, de alguém poder assinar meu estágio, falando sinceramente. [...] Mas com o passar do tempo, fui conhecendo o trabalho e percebendo que poderia e queria ficar lá para fazer algo como Serviço Social. E foi relevante porque o trabalho era necessário, porque em 1992 era muito polêmico esse negócio de AIDS, atendimento na saúde e questões morais...Então foi muito bom porque a instituição passou a perceber que era necessário ter o Serviço Social, pela própria necessidade da população atendida. Mas, comigo sendo voluntária nisso, a organização não se preocupou em contratar assistente social [...] até hoje, mesmo eu somente fazendo projeto, eu falo para pedir para o convênio [com a prefeitura e Estado] inserir no orçamento o assistente social, mas eles não pagam. [...] Mas a organização mesmo nunca se interessou mesmo por isso e colocavam outras prioridades na frente [...], eles pagavam cozinheira, oficineiro, mas assistente social, advogado, psicólogo, não [...] e o cotidiano ia afastando isso também. [...] E eu nunca usei o número do CRESS [na atuação como assistente social voluntária] porque não era necessário...Só seria se eu fosse remunerada ou se a instituição me obrigasse a usar;

o A.S., 1992, espírita: Então, esta instituição atendia gestantes...Era uma das atividades e tinha outras que o Serviço Social não atuava. [...] Está meio no foco [a relação da instituição com o Serviço Social] com a instituição espírita esse cuidado com a gestante e o nascimento do bebê [...] pela própria filosofia espírita sobre o nascimento e tal...Então, eles tinham muito respeito pelo nosso trabalho, pelo desejo que a gente também tinha de cuidar dessas gestantes [...] e não tinha nenhum questionamento...Eu acho que até eles exigiam menos e tinham como base fornecer a cesta básica para que a gestante pudesse estar bem alimentada e ter um parto mais garantido...Isso a 12 anos atrás. [...] A gente cadastrava, oferecia as cestas, cuidados básicos essenciais e a gente acabou caminhando e propondo um pouco mais...E eles [os

dirigentes da instituição] sempre estavam por perto vendo [...] inclusive participavam de algumas palestras que organizávamos para ver o que estávamos falando, sim. [...] Embora a doutrina [espírita] de um lado e os pressupostos do Serviço Social, que são teórico-metodológicos eu acho que tem uma afinidade que é a promoção do ser humano [...] o bem-estar pro nascimento saudável [...] a promoção seria meio que um elo entre os pressupostos entre o Serviço Social e o que a instituição apregoava;

o **A.S., 2008, católica:** [...] Eu aceitei porque a proposta deles, como entidade, é trabalhar sempre com voluntariado. Então, todos os parceiros que eles tem é nesse viés...Eles fazem um projeto de atuação, mas sempre colocando essa questão do voluntariado como uma ajuda de custos. [...] Fiquei 08 meses [como assistente social voluntário] e daí precisei sair porque consegui outro trabalho, que me exigia mais horas, remunerado, com registro, tudo tranquilo e eles me fizeram um convite, de novo, para retornar...Porque eles não conseguiram contratar pessoas, nem por voluntariado, então acabei voltando para auxiliá-los. A relevância, o público que ela [a entidade] atende é vítima de tortura [...] porque é uma população que não bem vista [...] e essa instituição é interessante porque acho que é a única que topa fazer isso e tem dificuldade de parcerias por causa disto, do público que atende. A relação dela [a entidade] com o Serviço Social é no sentido do que a gente acredita, na questão da cidadania, da democracia, de uma sociedade mais justa [...] para que essas pessoas busquem seus direitos como cidadão comum. [...] E a opção pelo trabalho voluntário eu acho que está muito ligada à questão da Igreja [Católica]...Do viés de religião que é muito antigo isso, acho que não rompeu de fato [...] e o que percebo que o voluntariado para eles é um compromisso moral, do que você se identificou como vida, [...] com valores de crenças religiosas também. [...] Por exemplo, tem pessoas que são protestantes e católicas trabalhando, então, cada uma acredita que aquele trabalho pro próximo como uma benfeitoria...Porque Deus ou Jesus ou que seja, fez sempre o bem ao outro. [...] Eu não vejo como caridade, porque não é uma questão de necessidade, porque o outro é mais necessitado, com uma carência [...] e

lá não! Lá mais no sentido de identificação com o próximo como ser humano mesmo [...] não como inferior ou impossibilitado, que não está tendo clareza ou direcionamento do que ele precisa. [...] E tem ateus trabalhando também [...] e o forte é o católico. [...] E a maioria tem outro trabalho remunerado e sempre voltado para essa questão dos Direitos Humanos. [...] Os técnicos [do atendimento social] assinam um documento [baseado] na lei [...] e tem pessoal do administrativo [...] que não é voluntário e os demais são, a coordenação, a vice-coordenação. [...] A diferenciação [entre funcionários voluntários e contratados] é porque o outro trabalho [o administrativo] tem demandas diferentes...Assim...Questões trabalhistas...Espera aí, não é só questão trabalhista...É que não conseguiram alguém, de fato, que fosse fazer trabalho, por exemplo, de contador [como voluntário]...Então, não conseguiram. [...] Num primeiro momento da instituição eram tudo voluntariado, mas por exigir um compromisso maior...Porque eu percebi que nesse tempo de existência dela [da entidade] houve muita rotatividade de profissionais, então muita coisa ficam perdidas e bagunçadas como balanços e tudo isso. Então precisava de uma coisa mais rígida, então a coordenação nova propôs desse jeito para ter regularidade maior, que vá além da identificação [com o trabalho da entidade], uma coisa mais dura. [...] E o Serviço Social tem alguma perspectiva, remota, mas tem [de ser contratado via CLT]. [...] O problema é a falta de recursos e [a escolha por contratação CLT] acaba sendo pelo valor [social que a atividade tem];

oAnálise:

Os entrevistados divergem sobre o que entendem por relevância institucional que encaminhou a escolha pela realização do “trabalho voluntário”. Ressalta-se, como na questão 2, as oportunidades de favorecimento imediato no campo profissional como a realização de estágio profissional e a obtenção de “novas” experiências profissionais.

Interessante também foi constatar que alguns entrevistados enredaram as declarações para informar decepções que tiveram depois que suas motivações foram frustradas diante das intenções últimas das entidades captadoras do “trabalho voluntário”: *fazer constar, oficialmente, o atendimento por assistente social, mesmo que claramente precarizado pelo vínculo voluntário, para obter vantagens político-institucionais, na obtenção de títulos e contratação de convênios com o poder público.*

Todavia, o que mais nos demandou atenção foram os conteúdos relatados por alguns entrevistados, dando conta das violações de direitos e pressupostos éticos (dos usuários das instituições e da própria profissão) que foram convidados a reproduzir na oportunidade do “trabalho voluntário” que executavam, sendo:

- *Censura aos usuários na comunicação com o profissional;*
- *Aplicação de arbitrariedades ao direito de ir e vir (trancamento incondicional do espaço de moradia);*
- *Indícios de crimes qualificados de estelionato e apropriação indébita contra direitos de idosos (controle indevido de benefícios sociais);*
- *Indícios de crimes contra a administração pública (cobrança de contribuição em entidade sem fins lucrativos);*
- *Preterimento da remuneração (ainda que precária) ao assistente social, apontando indícios para o crime de formação de quadrilha pelo fato de profissionais de outras áreas, a princípio com vínculo institucional para “trabalho voluntário”, receberem valores pelos atendimentos que realizam ou funções que executam e;*
- *Possibilidade de instauração de processo ético-profissional pelas supostas violações a diversos direitos e deveres profissionais, previstos no Código de Ética dos Assistentes Sociais.*

2.3.4 Questão 04: Sobre os valores fundamentais do “trabalho voluntário”

o Conteúdo das Entrevistas:

o **A.S., 2003, católica:** Como valores eu posso dizer que, quando eu comecei na entidade, o valor central era a liberdade, [pois] as pessoas ficavam presas no local quando os portões fechavam [...] também sobre a liberdade de escolha das pessoas que tinham o benefício [...]. Eu acho que como voluntário não [existia relação com outros valores]. Porque é assim, minha prestação de serviços era voluntária [...] mas não foi uma motivação assim: “ah, eu vou fazer porque eu vou me sentir uma pessoa melhor” [...]. E foi singular pra mim porque eu queria me sentir mais completa no sentido profissional [...] eu entendia que seria uma complementação profissional e uma satisfação de receber uma experiência profissional, mesmo. Porque quando eu decidi, eu me despi de todos os pressupostos do voluntariado, [que é] fazer o bem ao próximo, tentar melhorar a sociedade, fazer a diferença, fazer uma caridade [...] e deixei bem claro no começo que não era essa a minha perspectiva. [...] Era sim [para a entidade] a reprodução da caridade. Não tinha nenhum critério técnico...Era tudo muito paternalista e clientelista [...] bastante generalista, sobre o que está colocado no senso comum como a inclusão social, de que está trazendo mais recursos para a comunidade;

o **A.S., 2001, evangélica:** Foi na questão de aprimoramento profissional mesmo né? Na questão ética de mostrar para quê o Serviço Social existe [...] não foi pela caridade [...], o que fez meus olhos brilharem foi adquirir conhecimento no terceiro setor, que era uma experiência que eu não tinha. [...] E por pouco tempo isso deu certo...Porque o profissional amadurece também com o tempo e com as experiências práticas e teóricas. E hoje acho que o profissional tem de ser valorizado, bem remunerado e ter condições de trabalhar, pois sem isso nem adianta ser bem remunerado. E lá, no começo, até por um comodismo meu, eu era valorizada pelo que eu estava fazendo e não ligava para a remuneração. E não existiu ética né? Nem da minha parte e nem da parte da instituição, porque acaba denegrindo a imagem da profissão...Porque a instituição vai

achar que sempre terá um profissional, de braços abertos, querendo exercer esta função de forma voluntária. [...] e em relação à psicóloga, por exemplo, ser remunerada e o Serviço Social não, eu acho que tem muito do que, infelizmente, a gente ainda vê a sociedade vincular a assistente social como aquela mulher boazinha que tem uma cesta básica na bolsa e sempre vai dar um jeitinho de resolver o problema do usuário...Então, eles meio que naturalmente fizeram isso com o Serviço Social para legitimar essa caridade religiosa de que não precisa ser pago;

o **A.S., 1990, católica:** Vou ser sincera: os meus valores que fundamentavam isso era a solidariedade ao trabalho...É a solidariedade com o ser humano que está numa situação de exclusão...Também vejo se a instituição é séria...Enfim, é baseado no valor de solidariedade cristã. [...] E foi nisso sempre [desde sua socialização primária], desde garota quando participava de grupo de jovens da igreja e tudo mais [...] e quando você vê já está fazendo Serviço Social. [...] E a caridade não é a mesma coisa que a solidariedade cristã [respondendo e justificando depois de intervenção do entrevistador], a caridade cristã é...A justiça...É ter a justiça...Deu para entender?...Então, se houver a injustiça automaticamente tem a caridade...Então, a justiça vem...Não sei se estou sabendo me explicar...Vem antes da caridade...E não é fazer caridade por fazer, para ser caridoso...Porque a caridade da Igreja tem um tripé: caridade assistencial, promocional e libertadora...Então, a caridade assiste num primeiro instante de necessidade; ela promove, então a pessoa começa a entender o que ela precisa, e; ela liberta, que é quando a pessoa entende o que são os seus direitos e valores e sozinho pode ir atrás das suas conquistas. E dentro disso há essa solidariedade então as coisas se misturam. [...] Então acho que as duas estão juntas, não dá para separar...Não sei se a caridade vem antes ou depois, [...] mas a caridade que estou falando não é esmola [...] é uma caridade mais organizada, que passa por várias linhas da Igreja, diante de seus movimentos, pastorais, associações. E como a gente vem com esses valores, a gente acaba militando nas pastorais, a gente acaba misturando os papéis e fazendo Serviço Social sem perceber que está fazendo, ou percebe e faz por conta do trabalho ser sério;

o **A.S., 1992, espírita:** Eu gostava muito do sentimento de cooperação [...] e isso era uma válvula que me alimentava...Acho que também o amor! O amor é um valor? [...] Eu sentia que tinha um amor pelo que eu fazia, o retorno do que tinha sido trabalhado nos grupos. [...] Eu faço relação [questionada se há relação dos valores citados com a premissa espírita conhecida: “sem caridade não há salvação”], eu acho que o que a pessoa sente fazendo a caridade, o bem-estar que ela sente, é muito próximo com a cooperação [...] se a gente pensar que isso foi em 1993 até 1996, eu acho que o Serviço Social estava mais próximo daquela caridade religiosa...Tinha uma ligação, né? E talvez eu estava envolvida nisso porque eu não tinha feito minha ruptura com a questão da caridade. [...] Na época estava mais próxima daquele Serviço Social...Os modelos que eu vinha conhecendo, da caridade [...] hoje eu acho que aquilo é um trabalho de cooperação e acho que até com essa entrevista estou pensando mais nisso...;

o **A.S., 2008, católica:** Os meus valores eu vejo pelos valores do Código de Ética da profissão e o compromisso com a proposta de trabalho da instituição. [...] E não chega a ser uma contradição [quando questionado se existe contradição na medida em que o Código de Ética foi construído na esteira da ruptura com o conservadorismo, incluindo o voluntarismo]...Eu tenho muita dificuldade em fazer uma ligação...Na verdade é assim: eu acho que tudo que a gente se propõe, que a gente vê de orientação teórica, nunca vai de encontro com a prática porque a prática vai muito rápido...Muda muito rápido...O cotidiano é muito efêmero...Passa muito rápido e você acaba se perdendo um pouco. [...] E eu acho que a valorização da profissão está muito longe de ter reconhecimento e uma luta para isso acontecer. Porque a demanda é muito grande de profissionais e a demanda muito grande de serviço...E o profissional não é valorizado pelo serviço e também ele não se enxerga nessa valorização...Eu me questionei sobre o voluntariado poucas vezes [...] só que eu deixo esse [posto] voluntário hoje, tem mais trinta pessoas dispostas a ser voluntário...Isso é muito difícil de construir valorização da profissão. [...] É um dilema ético sem muitas saídas. [...] E falta mais identificação dos profissionais, mais identificação com a classe de trabalho [...] e o assistente social está sempre só [nos espaços de trabalho

onde dividem atividades com outros profissionais], sempre nessa questão do “ajudar”. É o que vai resolver o problema que não tem solução [...] e talvez nisso [praticando esta postura] você acaba se perdendo um pouco como profissional [...] acho que isso contribui um pouco pro próprio profissional se rever. [...] mesmo que teve esse movimento de reconceituação eu acho que a ruptura de fato parece que não há...Você [vê] uma repetição [...] no batente mesmo predomina a coisa maior do socorro. Você tem de ser imediato, e quando você é imediato, reparador, acaba se apegando ao que você tem na hora [...] acaba indo totalmente pro cotidiano. [...] e eu vejo que o pensar em longo prazo, pro futuro, eu vejo que é mais complicado pros profissionais;

oAnálise:

Nas declarações dos entrevistados, acerca do que concebem sobre os valores que fundamentam o “trabalho voluntário” no Serviço Social, se destacam aspectos em comum, como *a necessidade de ressignificar a caridade como um valor singular. A inconsistência em refletir eticamente a suposta ausência da caridade e sua relação com o voluntariado e a exposição de dilemas éticos vinculados ao antagonismo de valores reproduzidos no cotidiano, como assistente social “voluntário”.*

A maioria dos entrevistados relatou que não é a caridade cristã que fundamenta(ou) seu “trabalho voluntário”, mas sim valores como a liberdade e referências ao Código de Ética dos Assistentes Sociais, informando valores laicos no conjunto de seus princípios fundamentais. Já os entrevistados que afirmaram que a caridade faz parte, sim, de sua ética profissional, enredaram por um entendimento de que este valor é presente como fundamento profissional e confluyente a outros valores presentes no âmbito religioso, não (re)produzindo desigualdades do ponto de vista de uma condição humana com equidade.

Os que não informaram o valor da caridade apresentaram dificuldades em explicar como se dá a ausência deste valor no “trabalho voluntário” mesmo que este não seja de sua singularidade. Considerando que reconhecem que a caridade cristã é, mesmo que com representações diferentes, fundamento básico do voluntariado na instituição onde atuam(ram), estes entrevistados entendem que sua atuação “voluntária” não reproduz(ia) tal valor mas, em contrapartida, não conseguiram

vislumbrar de que forma ocorre este desprendimento já que concordam que o “trabalho voluntário” oferecido e aceito era pautado pela caridade cristã e, mesmo assim, continuaram a executá-lo.

Por suas vezes, os entrevistados que tiveram a caridade cristã como fundamento do seu “trabalho voluntário” – além de entenderem que há uma relação “histórica” com as suas socializações primárias e a trajetória do Serviço Social –, apresentam confluências com outros valores presentes na cultura religiosa. Como o “amor”, a “solidariedade”, a “cooperação” e a “justiça”, sempre na direção de requalificar a caridade fora de uma postura autoritária e subalternizante como, por exemplo, a esmola. Porém, é importante ressaltar que os entrevistados que manifestaram estas concepções não relataram ter presenciado violações de direitos aos usuários, como a experiência dos demais.

Parecem estar imersos em dilemas éticos os entrevistados que apresentaram algum conteúdo crítico em relação ao “trabalho voluntário”. Quando não lamentaram por terem demorado a perceber o uso que se fazia de valores considerados eticamente altivos (ou até sagrados) para a prática de violações aos Direitos Humanos, os entrevistados expressaram que, mesmo sendo em condições precárias e precarizadoras, o “trabalho voluntário” pode ser um instrumento de luta para os assistentes sociais valorizarem a profissão, desde que tenham “clareza” do que estão fazendo um “trabalho sério”. Pelo suposto fato de que a “teoria é mais devagar do que a prática”, o profissional deve ocupar o posto de “trabalho voluntário”, com “identificação com a classe de trabalho”, antes daqueles que não possuem tal identificação, saiam da “fila de espera” e ocupem este espaço.

2.3.5 Questão 05: Sobre a contribuição para a profissão

o Conteúdo das Entrevistas:

o **A.S., 2003, católica:** Contribuiu assim, porque as coisas, as arbitrariedades que eu vi lá, eu já pensava que estavam superadas e não estavam. Porque eu já tinha uma clareza do papel do assistente social, que não era o papel do voluntariado ou de uma ação qualquer, movida pelo interesse da ajuda, não era isso! E para a profissão como um todo eu acho que contribui para reforçar os princípios do nosso código de ética,

porque quando a gente lê o código de ética na faculdade parece que é muito óbvio o que está ali, que não precisavam estar num documento para que as pessoas cumprissem [...] e percebo a importância do código de ética, de você ter de andar com ele no seu dia-a-dia...Porque muitas vezes as pessoas desqualificam a profissão e é preciso ter na mão para esclarecimento [...]. Acho que pra mim, o que ficou bastante claro foi a importância de se ter a clareza de que a profissão não é voluntarista. A minha ação foi voluntária, mas não foi voluntarista! Então, eu acho que o trabalho voluntário é uma coisa e o Serviço Social é outra. E a diferença é que, primeiro, o nosso arcabouço teórico é outro e não está mais preso ao neotomismo e ao pensamento conservador da Igreja Católica de reformar o indivíduo. E sobre o Serviço Social voluntário, ele não existe [...], [pois] quando você vai prestar o Serviço Social voluntário, você vai fazer uso do mesmo referencial técnico da profissão e não outra coisa. Agora, claro, você não pode fazer somente isso sem vender sua mão-de-obra [...] e nesse sentido você está atuando, sim, como profissional, mas a sua prestação de serviço é gratuita. [...] e a responsabilidade do assistente social, quando vai ser voluntário é maior ainda porque precisa diferenciar da ação voluntária comum [...]. Se você, como assistente social, se propõe a ser voluntário tem de ter muita clareza, senão não vai fazer, porque ela pode reforçar estereótipos inadequados;

o **A.S., 2001, evangélica:** Isso é algo que venho investigando, sobre a valorização profissional e salarial do assistente social. Então vejo que este entendimento tem de vir de dentro da faculdade, das aulas de ética profissional...Que a ética profissional não cabe só dentro daquele livro que o CRESS dá [a carteira profissional, tendo incluso o código de ética], tem de ser abordado o que acontece paralelamente no dia-a-dia ao código de ética. E a partir do momento que o profissional impor esse respeito ao mercado de trabalho...E não fazer aquilo que eu fiz...Que acabou me beneficiando profissionalmente de início, mas acabou se perdendo pelas próprias questões éticas do trabalho voluntário. [...] E a partir de então eu tive outra visão sobre a profissão, sobre o que não fazer...É uma visão mais crítica que te faz botar na balança as coisas que te beneficiam e que te prejudicam. [...] porque eu vejo que quem faz

trabalho voluntário não tem como ser considerado trabalho profissional...Porque até mesmo quando vão te apresentar em público não falam que você é o profissional tal e sim que você é o voluntário tal. [...] E queria deixar esse recado: que o profissional é quem deve se impor! [...] e que não adianta ter conselho profissional se o profissional não se impõem e, por isso, não tem reconhecimento da sociedade;

o **A.S., 1990, católica:** Eu não sei! Eu sei que o Serviço Social...A minha formação me ajuda a fazer esses trabalhos. É o contrário, eu vejo assim! [...] Mas tem como [contribuir] porque você redescobre valores, aprende, trabalha, analisa situações que não estão no cotidiano da maioria dos assistentes sociais. Mesmo na área pública, esse trabalho voluntário como assistente social ligado à Igreja, vejo que você enxerga muita coisa que você não vê no seu trabalho diário. [...] E na época que eu e outras colegas fomos dispensadas de uma instituição que resolveu não pagar mais salário de assistente social, eles mencionaram de pegar assistentes sociais aposentadas para fazerem o trabalho voluntário...E nós nos sentimos diminuídas! Porque se for assim vão pegar todas as aposentadas como voluntárias e nós ficamos sem emprego...Mas, por outro lado eu não faço esse trabalho voluntário e estou tirando o lugar de alguém? Aí eu penso tudo isso, mas não tenho resposta...Porque eu vejo dentistas, médicos como Doutores da Alegria [programa de voluntários de atividades lúdicas para pacientes hospitalizados] e vários profissionais sendo voluntários, porque eu, assistente social, também não posso ser? Mas, tem aquilo que falei e que não tenho resposta;

o **A.S., 1992, espírita:** Eu acho que é sair da teoria [...] e para mim foi muito importante porque eu estava no estágio de empresa e eu aplicava muito pouco os conceitos de Serviço Social. [...] As coisas começaram a fazer sentido depois que você concretiza as coisas. [...] Na época estava se discutia a LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), ele estava em construção... E ali a gente entendia o que era a necessidade do BPC (Benefício de Prestação Continuada, prevista na Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS) [...] Ali, de frente a uma gestante de 11 anos como eu atendi, a gente entendia o que eu estava [fazendo] a noite, na cadeira da faculdade, ouvindo e discutindo e fazendo prova [...] aquilo não

é minha realidade [...] e no meio dia-a-dia como voluntária as coisas começaram a fazer sentido. [...] Hoje o Serviço Social se ampliou [...] ele pode ser voluntário, mas com o comprometimento de um instrumental metodológico [...] é como o exemplo do economista voluntário que dei lá no começo: é a profissão dele! Ele é assalariado, mas num dia da semana é voluntário [...] e o Serviço Social ganhou esse espaço no voluntariado numa nova roupagem porque a partir do momento que ele supera [com o voluntarismo caritativo histórico] ele ampliou. [...] E eu acho que sim [que contribui para o Serviço Social] porque é benefício para os dois lados...O lado da instituição que recebe o voluntário, vai estar tendo um profissional qualificado, que deixou de fazer o bem, a caridade, para impulsionar algo. [...] Eu nunca tinha pensado isso! [quando perguntada se enxerga isso como precarização do mercado de trabalho para o assistente social] Eu acho que todo o tempo que fiquei no voluntariado [...] o bem-estar meu era tão bom, [...] agora pensar isso com a precarização... Acho que caminha sim...Acho que sim...(risos), começo a pensar mais agora. [...] O voluntariado precisa fazer sentido [...] porque se já não tem o pagamento eu acho isso importante. Agora pro Serviço Social, pra alguém que está indo pra essa área [voluntariado] eu acho que não diminuir a profissão, não esquecer dos seus instrumentais, estar atento à proposta da administração [institucional] [...] se está com afinidade com o Serviço Social;

o **A.S., 2008, católica:** Bom, eu penso que pode contribuir no sentido de que eu não vá me perder [...] e repetir as coisas [...] eu posso perceber que tenho de lutar pela profissão, porque sou um sujeito dessa profissão [...] e me permite entender porque ela pode estar tão perdida ou não está tão forte, e aí quando falo que se eu não ocupar essa posição no voluntariado tem mais dez querendo ocupar ou quinze atrás querendo. [...] É perceber como mudar essa questão do voluntariado, porque existe, participo dela, mas não é cem por cento que sou a favor do voluntariado. [...] A possibilidade, como voluntariado, é mostrar para instituição que não é para voltar pra aquela questão antiga do voluntariado [...] de 1920, 1940 [...] da caridade, da ajuda, enfim [...]. E também pra me identificar como sujeito nesse trabalho precarizado [...], que faz parte desse cotidiano

também, porque se eu quiser mudar e tiver vontade isso possibilita muita coisa!

oAnálise:

Podemos compreender que, para os entrevistados, a experiência que tiveram (ou ainda tem) mediante o “trabalho voluntário” como assistente social, contribuiu para “valorizar a profissão” diante da conjuntura societária. Principalmente, no que se refere ao mercado de trabalho, à imagem ética da profissão e ao que a profissão pode experimentar para além da teoria. No decorrer de suas falas, os entrevistados também se expressaram acerca da concepção que passaram a ter do voluntariado depois de atuarem como assistentes sociais “voluntários”.

As profissionais que se formaram em Serviço Social entre 1990 e 1992 apresentam semelhante particularidade de entendimento no que se refere a uma possível constatação, no “trabalho voluntário”, de legítima dicotomia entre teoria e prática no Serviço Social. Ou seja, de que entendem que sua atuação “voluntária” mostrou que a teoria do Serviço Social apresenta a realidade da questão social de forma idealizada, de modo que a conjuntura que presenciaram no concreto do “trabalho voluntário” é o Serviço Social de fato.

Encontramos divergências entre os sujeitos da pesquisa que mencionaram a ética profissional como alvo principal para contribuição, mediante suas experiências com o “trabalho voluntário”. Enquanto, por um lado, se apresentou uma autocrítica sobre sua postura ética diante do cotidiano como assistente social “voluntário” (no sentido de se revelar uma superação de alienação em relação às questões éticas que são determinantes no “trabalho voluntário”). Por outro lado vimos que permanecem compreensões de que o “trabalho voluntário” como assistente social é viável, desde que se mantenham presentes os pressupostos e a utilização dos instrumentais de trabalho, como forma de garantir as qualidades de uma intervenção profissional.

Apresentam-se aqui, com mais ênfase, uma maioria compreendendo que mesmo o Serviço Social tendo superado a lógica da caridade na sua constituição profissional é possível concebê-lo e inseri-lo de forma não assalariada nos espaços

sócio-ocupacionais que possuam tal encaminhamento ético-moral em sua constituição institucional.

Expressam, inclusive, que durante a entrevista passaram a refletir (ou mesmo se deram conta) que é crível que o “trabalho voluntário” como assistente social tenha todas as características de reprodução da precarização do trabalho e da profissão. Mas que ainda assim, e em direta contradição. Entendem ser possível inclusive enfrentar a precarização e a desqualificação da profissão por meio do “trabalho voluntário”. Desde que esta atuação “profissional” seja pautada pelo “comprometimento de um instrumental metodológico” ou pela “clareza” de não “reforçar estereótipos inadequados” ou para se posicionar bem, se posicionar diante de outras profissões que possuem inserções “voluntárias”. Ou ainda “estar atento” se a proposta institucional tem “afinidade” com o Serviço Social no sentido de não voltar para aquela “questão antiga do voluntariado”, ou seja, para a caridade, já que a profissão teria ampliado sua “presença” no voluntariado a partir do momento em que rompe com este valor moral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se entendermos que a profissão de assistente social é um produto social que se constituiu como tal a partir de resultados históricos que a levaram estabelecer que o enfrentamento das expressões da questão social – outrora enviesado por pressupostos éticos ligados à caridade cristã (incluindo o voluntariado), os quais, comprovadamente, alimentam essas expressões –, somente tem efetividade se for direcionado por valores antagônicos à sua própria reprodução, por que, ainda hoje, assistentes sociais insistem em fazer o contrário?

Esta é a pergunta que deixamos ao coletivo dos assistentes sociais e aos demais pesquisadores, preocupados com o amadurecimento ético-político do Serviço Social em direção ao adequado enfrentamento da questão social.

Portanto, constatamos que esta dissertação, mediante sua pesquisa de campo e o diálogo interlocutório com a construção teórica que oferecemos inicialmente, comprovou a sua hipótese inicial, ou seja, que ***o “trabalho voluntário” do assistente social - por estar ética, filosófica e politicamente ligado aos pressupostos da caridade cristã, contribui com a despolitização da questão social na sociedade capitalista, na medida em que se expressa de forma missionária em espaços legítimos de atuação profissional remunerada, produzindo ilusões de conquistas profissionais, mesmo não ignorando a reprodução dos interesses do capital ao negar a condição de trabalho assalariado. Assim, o “trabalho voluntário” do assistente social reifica a caridade como valor antagônico aos princípios e pressupostos do atual projeto ético-político do Serviço Social aviltando, portanto, a profissão na sua legitimação legal e social.***

Além disso, apresentamos a confluência de confirmação de outras hipóteses pertinentes e correlatas ao debate acerca da precarização do trabalho do assistente social, de modo que apontamos as considerações, como elementos de fundamentação conclusiva.

O “trabalho voluntário” no Serviço Social nega a constituição da profissão, na medida em que ***o ato de ser contrário a precarização do trabalho, reproduzindo-a da forma mais absoluta possível com a opção da abstenção do assalariamento (o “trabalho voluntário”). Se configura em negação dos fundamentos que materializam uma atividade humana como profissão numa***

sociedade capitalista, bem como de que esses fundamentos são antagônicos à reprodução – quer seja social, quer seja individual – de valores baseados no maniqueísmo, regra nas declarações dos entrevistados.

O “trabalho voluntário”, no Serviço Social, contraria suas conquistas no âmbito da divisão social do trabalho a partir da constatação de que os assistentes sociais da contemporaneidade não pertencem à classe burguesa como outrora, nos tempos das pioneiras e da gênese da profissão. De modo que hoje são das classes subalternas, são da “classe-que-vive-do-trabalho”, conforme debatemos no item 1.2.1. Sem dúvida, o pertencimento a esta classe social realmente os obriga a se submeter à precarização do trabalho, muitas vezes como meio de manutenção em um determinado patamar de competição no mercado de trabalho.

Mas, tal condição **não intima os assistentes sociais a escolher por se inserir de forma profunda nesta precarização** esperando que, em troca, possa receber a experiência, o prestígio e o reconhecimento por ter cumprido uma “missão” ao tentar estabelecer patamar de qualidade à instituição mediante a atuação como assistente social voluntário. Permanece o questionamento sobre qual espaço ocupou a formação acadêmica em Serviço Social na escolha pela atuação “voluntária”, visto que o arcabouço teórico-metodológico e a contextualização sócio-histórica da profissão caminham em outra direção há pelo menos duas décadas.

O “trabalho voluntário”, no Serviço Social, deprecia sua constituição técnico-científica, **pelo fato de figurar como garantidor institucional e gratuito para a obtenção de vantagens políticas. Mas com parcial (e alguns casos, total) ausência de garantias que o sustentem a sua legitimidade técnico-científica, reificando uma identidade profissional ligada ao conservadorismo autoritário e subjugador de seu objeto principal: a questão social.**

Entretanto, restaram motivações para ampliação dos estudos para aprimorar a investigação das razões que movem uma instituição a escolher uma profissão para a execução de préstimos talvez criminosos, não demonstrando, comprovadamente, interesse em reconhecê-la como legítima e portadora de potencialidades técnico-científicas críveis ao mercado de trabalho qualificado. Pelo contrário, ficou evidente que a priorização quando da possibilidade de remuneração e vínculo empregatício foi direcionada não para profissionais da atividade-fim da instituição (como os assistentes sociais), mas sim a funções garantidoras da manutenção política e legal da instituição, desempenhadas setor administrativo e de contabilidade, por exemplo.

Seriam pertinentes, ainda, estudos que evidenciem o âmbito ético-moral que impelem os assistentes sociais não reconhecerem que uma inserção profissional precária implica em atendimento precário aos usuários institucionais, autorizando e legitimando a prática de graves (e talvez criminosas) violações institucionais que, sob a roupagem de valores religiosos, submetem o cidadão e o profissional a humilhantes arbítrios e subjugo.

Tais atitudes não deixam de fazer alusão ao ideário neotomista, que impele a caridade tradicional a buscar materializar suas virtudes por meio da execução de ações sociais que, conhecidamente, reiteram valores éticos. Pressupõem a manutenção da subalternidade autorizando, inclusive, algumas instituições religiosas a embutirem a solicitação de tais posturas autoritárias, durante a execução do “trabalho voluntário” do assistente social.

Neste ritmo, os assistentes sociais parecem entender que o altruísmo justifica o voluntarismo, de modo que o **conteúdo revelado na pesquisa se coaduna com a conjuntura debatida por nós no item 1.2.2 acima. Evidenciando que a postura ética dos entrevistados, no limite, se direciona a justificar a inserção da profissão em espaços que se pautam por valores que facilmente servem – e historicamente serviram – de pretexto para o continuísmo de atendimentos sociais precários, quando não fomentadores de sutis, mas criminosas, violações dos Direitos Humanos.**

Todavia, há que se ressaltar que não encontramos evidências de que os profissionais reproduziam tais condutas de forma deliberadamente consciente. O que observamos não se coloca fora do contexto complexo e sofrível dos espaços sócio-ocupacionais nos quais os assistentes sociais são, muitas vezes, obrigados a se submeter. Por outro lado, o fato do “trabalho voluntário” se colocar simbolicamente vinculado ao “bem” situado como valor maniqueísta, pode levar os profissionais a idealizarem esta atuação, contribuindo para ocultar as suas contradições.

Há que se ressaltar também, que permanece a necessidade de amadurecimento ético destas questões-limite na formação profissional. Consideramos que o “trabalho voluntário” não está colocado para além da simples liberdade de escolha de executar um trabalho precário considerando, ainda, o que conhecemos de avanços na luta por garantias no campo da qualidade do trabalho e do atendimento à população, a partir da materialização do atual projeto ético-político.

Além de trazer à tona o que discutimos no item 2.1.4 acima, estabelecem-se, possibilidades de aprofundamento de estudos sobre uma possível secundarização de conteúdos sócio-culturais que façam relação com a própria trajetória social do profissional de Serviço Social. Pois não encontramos outra forma de compreender sobre o que os entrevistados entendem como possíveis contribuições que o “trabalho voluntário” possa dar ao Serviço Social senão pela via da reprodução de uma conduta ética-profissional semelhante ao de um “missionário”.

As evidências se apresentam na medida em que se ainda compreende como presente a dicotomia entre teoria e prática, em detrimento da compreensão de que o fazer profissional se dá a partir de (re)produção da práxis profissional historicamente situada. **A ausência de compreensão socio-histórica remete o profissional a conceber a questão social, objeto da profissão, de forma idealizada e reclamante de superação, ou seja, na teoria se diz o ideal, mas é na “prática” que nos colocamos na “missão” de buscar a concretização deste ideal de profissão. Deste modo, se estabelece um pragmatismo que tem fundamento na alienação.**

Seria importante aprofundar os estudos e compreender qual a necessidade de se legitimar uma conduta “missionária” no sentido de se fazer estabelecer a qualidade no Serviço Social inserido em espaços sócio-ocupacionais de cunho ou origem religiosos, mediante o “trabalho voluntário”, se os pressupostos que garantem a legitimidade institucional de tais espaços são, no mínimo, os previstos nas legislações que dispõem sobre o estabelecimento de convênios com o poder público e que tornam tais instituições pertencentes a uma rede de políticas sociais públicas e, sobretudo, laicas. Já que anteriormente reconheceram que o Serviço Social superou a necessidade de se reproduzir a caridade e que o “trabalho voluntário” é uma forma de precarização do trabalho.

De certo que caberia, também, estudar a relação disto com a complexa constituição sócio-histórica da laicidade do Estado brasileiro e sua efetividade no âmbito das políticas públicas. Mas ao que compete o objetivo deste trabalho acadêmico, podemos afirmar que a referida compreensão dos entrevistados se coloca em ampla contradição ao que o Serviço Social oferece de compreensão e direção social de políticas públicas nos âmbitos acadêmicos e de representatividade institucional.

Dados como este revelam, a nosso ver, que parecem ser insuficientes as condições no cotidiano que favoreçam **o amadurecimento da reflexão e postura ética na práxis profissional**. Dadas as constatações de como é difícil e penoso para o profissional contemporâneo perceber-se como sujeito coletivo sócio-historicamente, inserido em uma conjuntura de precarização e alienação.

Em suma, encerramos uma trajetória de dez anos de estudos sobre algumas pertinências ético-políticas da profissão, bem como sobre aspectos correlatos do perfil profissional do assistente social, apontando para a importante necessidade de ampliação e aprofundamento de estudos sobre as relações do cotidiano profissional com as demandas éticas da profissão oferecendo, como contribuição inicial originada deste trabalho, diversas evidências que apontam preocupações quanto à abrangência e alcance que as extensões da formação profissional dão para eixos ético-políticos de suma importância para o aprimoramento e materialização do atual projeto profissional como, por exemplo, a laicidade do Estado, das políticas públicas e da própria profissão.

Tudo para que não sejamos precários em tempo de precarização.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Antonio Geraldo de. **Serviço Social e Filosofia: das Origens a Araxá.** 5ªed. São Paulo: Cortez - Unimep, 1995.

ALVES, Luciano. **Caridade e Formação Profissional na Visão dos Formandos em Serviço Social.** Monografia (Pós-graduação em Políticas e Práticas em Promoção Social), Faculdade Paulista de Serviço Social, São Paulo, 2007.

ANDRADE, Maria de Fátima de Oliveira et. al. Casa Siloé: a história de uma ONG para crianças portadoras de HIV/AIDS. **História, Ciências, Saúde - Manguinhos.** Vol.14, n.4. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-59702007000400010&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15/04/2010.

ANTUNES, R. **A Rebeldia do Trabalho: o confronto no ABC paulista - as greves de 1978/80.** 2ªed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1992.

_____. **Os Sentidos do Trabalho** - ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 10ªed. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARAÚJO, Jairo Melo. **Voluntariado: na contramão dos direitos sociais.** São Paulo: Cortez, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Ética e Serviço Social.** Fundamentos Ontológicos. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** Biblioteca Básica / Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2008.

BENTO XVI. **Caritas in veritate.** Encíclicas. 29/06/2009. Disponível em: <http://www.vatican.va/holy_father/benedict_xvi/encyclicals/index_po.htm>. Acesso em: 13 jul. 2009.

CABRAL, Paula Bonfim Guimarães. **As principais determinações econômicas e ideo-políticas da “cultura do voluntariado” no Brasil na Atualidade**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <http://www1.capes.gov.br/estudos/dados/2004/31001017/032/2004_032_31001017066P9_Teses.pdf>. Acesso em: 15/04/2010.

CAMURÇA, Marcelo Ayres. Fora da Caridade não há Religião! Breve História da Competição Religiosa entre Catolicismo e Espiritismo Kardecista e de suas Obras Sociais na Cidade de Juiz de Fora: 1900-1960. **Locus**. Vol.7, n.1. Juiz de Fora: Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de For, 2001. p.131-154.

_____. Seria a caridade a “Religião Civil” dos brasileiros? **Praia Vermelha**. Estudos de política e teoria social. Vol.1, n.12. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2005.

CARBALLAL, Luis Barreiro. El Voluntariado: entre la ciudadanía y la ideología. **Revista Katálisis**. Vol.12, n.02. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2009. p.235-240.

CARVALHO, Raul de; IAMAMOTO, Marilda V. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil** - esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 25ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. **Informativo Eletrônico CRESS/SP**. n.96. São Paulo, 20/12/2006. Disponível em: <<http://www.cress-sp.org.br/index.asp?fuseaction=info&id=226>>. Acesso em: 05 jul. 2010.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS. Análise do Serviço Social Voluntário. **Jornal do CRAS**. n.7, Ano II. São Paulo, mai.jun. 1980.

DEMO, Pedro. **Solidariedade como Efeito de Poder**. Coleção Prospectiva. n.7. São Paulo: Cortez, 2007.

FUNDAÇÃO JOSÉ SARAMAGO. **Outros Cadernos de Saramago**. Disponível em: <<http://caderno.josesaramago.org/2008/11/06/palavras>>. Acesso em: 23 mar. 2010.

GALLO, Douglas Luciano Lopes; TRELHA, Celita Salmaso. Humanizando a Pediatria: Relato de Experiência do Trabalho Voluntário. **Espaço para a Saúde**. Vol.4, n.1. Londrina: Núcleo de Estudos em Saúde Coletiva do Paraná, dez. 2002. Disponível em: <<http://www.ccs.uel.br/espacoparasaude/v4n1/doc/pediatria.doc>>. Acesso em: 15 abr. 2010.

GUEVARA, Ernesto “Che”. **O Socialismo Humanista**. Coleção Clássicos do Pensamento Político. n.40. Petrópolis: Vozes, 1989.

GUSMÃO, Rute. A Ideologia da Solidariedade. **Serviço Social e Sociedade**. Processo de Trabalho e Assistência Social. n.62. São Paulo: Cortez, 2000.

HEYLEN, V. **Código Moral do Serviço Social**. São Paulo: Herder, 1962.

HOUAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilella. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 15ªed. São Paulo: Cortez, 2008a.

_____. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. 10ªed. São Paulo: Cortez, 2008b.

LANDIM, Leilah; SCALON, Maria Celi. **Doações e trabalho voluntário no Brasil**: uma pesquisa. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2000.

LAUAND, Jean L. **Antropologia e Formas Quotidianas** - a Filosofia de S. Tomás de Aquino subjacente à nossa linguagem do dia-a-dia. Conferência proferida na Universitat Autònoma de Barcelona, Dept. de Ciències de l'Antiguitat i de l'Estat

Mitjana. 23/04/1998. Disponível em: <http://www.hottopos.com/notand1/antropologia_e_formas_quotidiana.htm>. Acesso em: 12 mai. 2007.

LESSA, Sérgio. Serviço Social e trabalho: do que se trata? **Temporalis**. Ano 1, n.2. Brasília: Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, jul.-dez. 2000. p.35-58.

_____. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. Ijuí - RS: Editora Unijuí, 2007.

LÖWY, Michael. Ética Católica e o Espírito do Capitalismo: o capítulo da sociologia da religião de Max Weber que não foi escrito. **Revista de Cultura Vozes**. Vol.92, n.1. Petrópolis: Vozes, 1998.

LUKÁCS, G. **La Théorie du Roman**. Genebra: Gonthier, 1963.

LUXEMBURGO, R. In: MERHING, F. **Carlos Marx**. México: Biografias Grandeza, 1960.

MARX, Karl. Trabalho assalariado e capital. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. Vol.1. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. p.52-82.

MEDEIROS, Alessandra. **Voluntariado**: Revisitando Antigas Práticas. A Concepção do Voluntário sobre sua ação. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002. Disponível em: <<http://servicos.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=200240033005010020P3>>. Acesso em: 15/04/2010.

MILANI, Maria Luiza. **A presença da solidariedade na re-filantropização das manifestações da questão social através do serviço voluntário no Terceiro Setor**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O Serviço Social frente ao Neoliberalismo. **Serviço Social e Sociedade**. n.53. São Paulo: Cortez, 1997.

_____. **Terceiro setor e questão social** - crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social** - Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3ªed. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social Frente à Crise Contemporânea. In: **Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social** - Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais - Módulo 1. Brasília: CFESS, ABEPSS, CEDD, UNB, 1999.

PACE, Eduardo Sérgio Ulrich; BASSO, Leonardo F. Cruz. **Voluntariado, Retorno Social do Investimento e Valor Adicionado**. Disponível em: <<http://www.lasociedadcivil.org/docs/ciberteca/004.pdf>>. Acesso em: 15/04/2010.

RODRIGUES, Terezinha de Fátima. **Impactos da Desregulamentação do Mercado de Trabalho na Profissão Serviço Social**. Tese (Doutorado em Serviço Social), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_arquivos/3/TDE-2007-04-26T09:08:54Z-2992/Publico/SSO%20-%20Terezinha%20de%20Fatima%20Rodrigues.pdf>. Acesso em: 15/04/2010.

SADER, Emir. Introdução. In: GUEVARA, Ernesto “Che”. **O Socialismo Humanista**. Coleção Clássicos do Pensamento Político. n.40. Petrópolis: Vozes, 1989.

SIMIONATTO, Ivete; PFEIFER, Mariana. Responsabilidade Social das empresas: a contraface da sociedade civil e da cidadania. **Textos & Contextos**. n.5. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC-RS, nov. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/viewFile/1016/796>>. Acesso em: 15/04/2010.

SIMÕES, Pedro. **Religião e Assistência Social**. 1999. Disponível em: <<http://www.ifcs.ufrj.br/jornadas/papers/09st0102.rtf>>. Acesso em: 31 jan. 2006.

_____. **As continuidades do Perfil Profissional.** Texto apresentado no XVII Seminário Latinoamericano de Escuelas de Trabajo Social, 2001. Disponível em: <<http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-017-087.pdf>>. Acesso em: 15/04/2010.

_____. **Assistentes Sociais e Religião** - Um estudo Brasil / Inglaterra. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade.** Vol.27, n.1. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 mai. 2008.

SOUZA, Silvana Aparecida de. **Trabalho Voluntário e Educação:** Reflexões sobre formas renovadas de exploração da força de trabalho contratada. s/d. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT09-5382--Int.pdf>>. Acesso em: 28 set. 2009.

TERRA, Sylvia Helena. **Parecer Jurídico nº 10/98.** Lei nº 9608, de 18 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre o serviço voluntário. São Paulo, 1998.

THOMÉ, Nilson. Contribuição ao Estudo de Críticas Neotomistas ao Marxismo. 2002. Disponível em: <<http://www.pg.cdr.unc.br/revistavirtual/numerosete/Artigo9.htm>>. Acesso em: 24 abr. 2005.

TRABAJADORES. Órgano de la Central de Trabajadores de Cuba. **Jornada nacional de trabajo voluntario.** 14/07/2008. Disponível em: <<http://www.trabajadores.cu/news/2008/7/14/jornada-nacional-de-trabajo-voluntario/?searchterm=voluntario>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **Gran movilización productiva honra el primer trabajo voluntario convocado por el Che.** 22/11/2008. Disponible em: <<http://www.trabajadores.cu/news/2008/11/22/gran-movilizacion-productiva-honra-el-primer-trabajo-voluntario-convocado-por-el-che/?searchterm=voluntario>>. Acesso em: 20 set. 2009.

_____. **Nueva jornada nacional de trabajo voluntário**. 22/09/2009. Disponível em: <<http://www.trabajadores.cu/news/2009/9/22/xnueva-jornada-nacional-de-trabajo-voluntario/?searchterm=voluntario>>. Acesso em: 25 set. 2009.

WERKEMA, Rafael. **CFESS apoia campanha pela integralidade e implementação do PNDH3**. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/noticias_res.php?id=417>. Acesso em: 12 mar. 2010.

YACOUN, Leila Baumgratz Delgado; RIBEIRO, Luiz Cláudio. Emprego, Desemprego e Precariedade do Trabalho do Assistente Social. **Revista em Pauta**. n.20. Rio de Janeiro: Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/revistaempauta/article/viewFile/165/191>>. Acesso em: 15/04/2010.

YAZBEK, M. C. A escola de Serviço Social de São Paulo no período de 1936 a 1945. **Cadernos PUC**. n.6. Salvador, 1980. p.11-60.

ANEXOS

ANEXO 1

Tabela 6. Participação social, Segundo Pertencimento Religioso

Participação Social	Pertencimento Religioso				Total
	Católico	Evang. / Protestante	Espírita	Sem Religião	
PARTICIPA	60,7%	84,0%	54,4%	38,8%	62,9%
<i>Religião</i>	23,1%	38,3%	9,5%	2,4%	21,8%
<i>Religião e Trab. Voluntário</i>	21,4%	31,4%	21,1%	3,5%	21,8%
<i>Trab. Voluntário</i>	5,8%	4,8%	14,3%	10,6%	7,8%
<i>Política</i>	1,6%	1,6%	4,1%	16,5%	3,8%
<i>Todas</i>	4,9%	3,7%	0,7%	0,0%	3,2%
<i>Política e Trab. Voluntario</i>	2,6%	2,1%	2,7%	5,9%	2,9%
<i>Religião e Política</i>	1,3%	2,1%	2,0%	0,0%	1,5%
NÃO PARTICIPA	39,3%	16,0%	45,6%	61,2%	37,1%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SIMÕES, Pedro. Religião e Política entre Alunos de Serviço Social (UFRJ). **Religião & Sociedade**. Vol.27, n.1. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, jul. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-85872007000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 25 mai. 2008.

ANEXO 2***Pesquisa Qualitativa para Dissertação de Mestrado – Strito Sensu***

Curso: Mestrado em Serviço Social Instituição: PUC/SP Data: Outubro 2007 a Março de 2008

Tema: *Ética e Voluntariado no Serviço Social* - Pesquisador: Luciano Alves

Nome fictício: _____ Idade: _____ anos _____ Sexo: ☐ Masc. ☐ Fem.

Entidade: _____ Cidade da entidade: _____

1. Fale, conforme sua opinião, sobre o significado do trabalho voluntariado na sociedade contemporânea.
 - *Objetivo: investigar o conhecimento do sujeito da pesquisa sobre o voluntariado enquanto propositura humana da reprodução social do trabalho, a qual nega o assalariamento.*
2. Fale sobre as motivações que a levaram a atuar como assistente social voluntária.
 - *Objetivo: explorar os fatores motivacionais que encaminharam a opção pelo trabalho voluntário como assistente social, objetivando identificar suas razões ontológicas.*
3. Explique a relevância da instituição escolhida para a realização do trabalho voluntário e a sua relação com o Serviço Social.
 - *Objetivo: conhecer as relações do sujeito da pesquisa com a instituição onde atua (ou atuou) como assistente social voluntária, bem como elementos históricos das relações desta com o Serviço Social, objetivando colher fundamentos que expliquem a opção institucional pelo trabalho voluntário.*
4. Fale sobre os valores que fundamentam seu trabalho como assistente social voluntária.
 - *Objetivo: investigar e estudar os valores expressos nas declarações dos sujeitos da pesquisa, de forma a identificar suas raízes ontológicas na relação com o trabalho profissional do assistente social.*

5. *Explique de qual maneira esta experiência pode contribuir com a profissão.*

- *Objetivo: conhecer quais os nexos conjunturais que os sujeitos da pesquisa utilizam para relacionar a atuação como assistente social voluntária como possível contribuição ao Serviço Social.*

ANEXO 3

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa intitulada: *Ética e Voluntariado no Serviço Social*; sua participação não é obrigatória e a qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Esta pesquisa é parte das exigências do curso de Mestrado em Serviço Social que o pesquisador (Luciano Alves) está realizando junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Maria Lúcia Silva Barroco e tem como objetivo geral *conhecer a realidade do trabalho do assistente social, exercido de forma voluntária, bem como a mediação de valores posta nesta relação*.

Sua participação consistirá em responder à uma entrevista (gravada), onde serão abordadas questões de cunho profissional sobre a temática da pesquisa.

Ressaltamos, que todas as informações obtidas serão utilizadas de maneira a garantir o sigilo dos sujeitos envolvidos, observadas as questões éticas que envolvem a problemática estudada e que os resultados da mesma serão apresentados aos entrevistados, após sua conclusão.

Eu _____ Assistente Social com registro profissional no CRESS - ____ n.º _____ declaro que estou ciente das informações contidas nesse documento e concordo em participar voluntariamente desta pesquisa. Declaro ainda que recebi uma cópia deste documento e que me foi garantido o direito de retirar este consentimento a qualquer momento da pesquisa e a esclarecer quaisquer dúvidas que surgirem no seu processo de desenvolvimento.

São Paulo, _____ de _____ de 2010.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Dados do pesquisador:

Nome: Luciano Alves

Assistente Social – CRESS/SP n.º 31783

Endereço Eletrônico: luciano.alves@uol.com.br